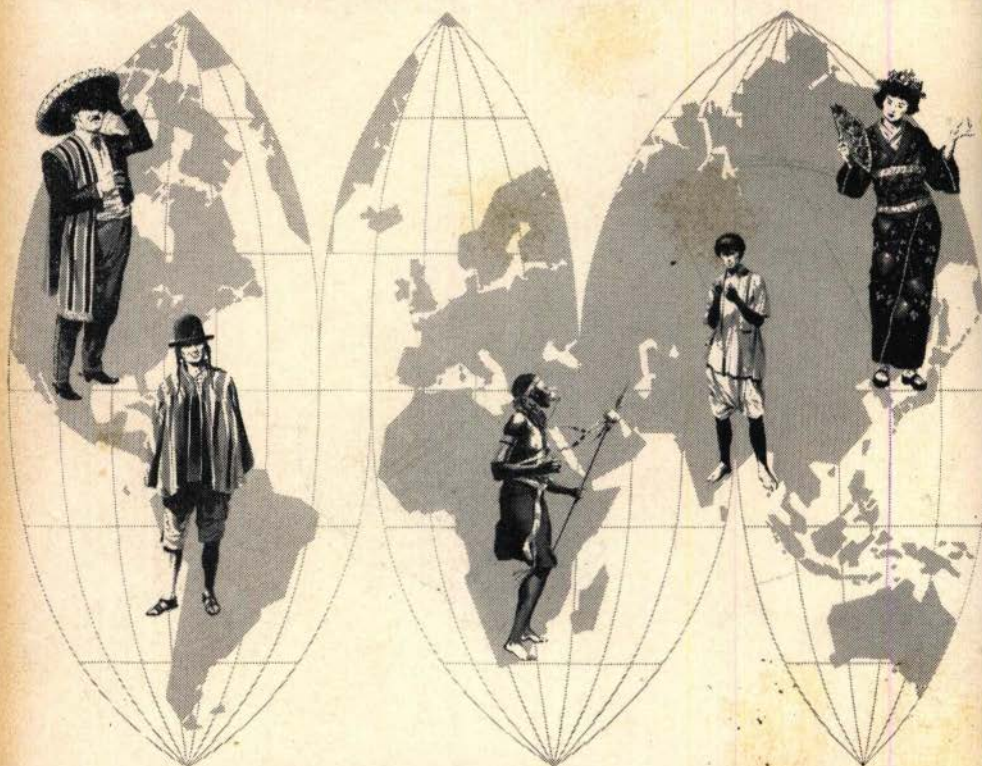


Defesa Nacional



REVISTA
DE
ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS

confie seus negócios ao Banco que conhece o mundo



Há sempre novos consumidores

interessados
em seu
produto

Se a sua fábrica ou empresa está localizada nos países da ALALC, ou nas nações da África, nos promissores mercados da Ásia ou nos tradicionais centros da Europa e da Commonwealth - o Banco de Londres oferece uma experiência de mais de um século em serviços bancários. Através de nossas 14 filiais no Brasil ou de nossas numerosas filiais e correspondentes em todos os continentes, pesquisamos sempre novos consumidores para expandir sua empresa. Confie seus negócios ao Banco de Londres. O Banco que conhece o mundo, conhece também os melhores mercados para o seu produto.

BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA LIMITED - O Banco que conhece o mundo

São Paulo: Rua 15 de Novembro, 143-163

Rio de Janeiro: Rua da Alfândega, 29-35

Outras filiais: Bahia, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Joinville, Maceió, Manaus, Porto Alegre, Recife, Santos.



A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
LIII

Rio de Janeiro, GB — Mai/Jun 1967

Número
613

As idéias e opiniões dos artigos assinados, são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Accepta-se intercâmbio

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil NCr\$ 2,50
(Desconto em folha autORIZADO, mensal: NCr\$ 0,50.)

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante.)

Exterior NCr\$ 10,00
(Registre e via aérea compertam acréscimos.)

Número avulso:

Mês NCr\$ 0,50
Atrasado NCr\$ 0,70

ENDEREÇO

Ministério do Exército
Ala Marcílio Dias

Caixa Postal: 17 (DO MEX)
ZC — 55

Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
A Nova Constituição Brasileira e a Guerra — Prof Mário Pessoa ...	7
História e Civismo — Gen A. de Lyra Tavares	25
Análise Geral da Crise Mundial — Capitão-de-Corveta Dalmo Honaiser	35
Ação Cívica das Forças Armadas — Cel Germano S. Vidal	41
Atire Certeiro, Atire Rápido, Atire Longe — Cap Augusto B. Fregapani	55
Comemoração dos 50 Anos do Primeiro Tanque de Guerra — Josef Soucek	59
Transportes no GEF — Maj P. Marcos Efemérides da Artilharia — Gen J. Borges Fortes	65
Orientação e Formação para a Cidadania na Escola — Prof. ^a Marília Mariani	71
Fronteira com a Venezuela — Min Rel Ext	81
Uma Interpretação do Conceito de Relações Públicas — Ten-Cel F. França Guimarães	89
O Método em Questão — Cmt Lambert (Trad Ten-Cel Jobim)	99
O Serviço de Intendência do Exército — Ten-Cel A. Pinheiro Grande ..	109
8 de Maio de 1945 — Dia da Vitória — Ten-Cel Tadeu Cershi	121
Princípios Fundamentais da Defesa — Cel L. Kazmin	133
Maneiras de Desenvolver a Atividade Gimnodesportiva nas FA da Comunidade Luso-Brasileira — Gen J. Jordão Ramos	139
O Eclipse de 12 de Novembro de 1966 — Cap J.M. Aveiro Carneiro....	145
Sobre o General Ulhoa Cintra — Cel F. Cerqueira Lima	153

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELLECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício 1967/1970)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — General José Campos de Aragão
Diretor-Secretário — Ten-Cel Lauro Paraense de Farias
Diretor-Gerente — Ten-Cel (Res) João Cápristrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div (Res) Adailton Sampaio Pirassinunga
Cel Nilton Freixinho

CONSELHO FISCAL — 1967

EFETIVOS:

Mar João Baptista de Mattos
Cel José de Sá Martins
Maj Sady de Almeida Vale

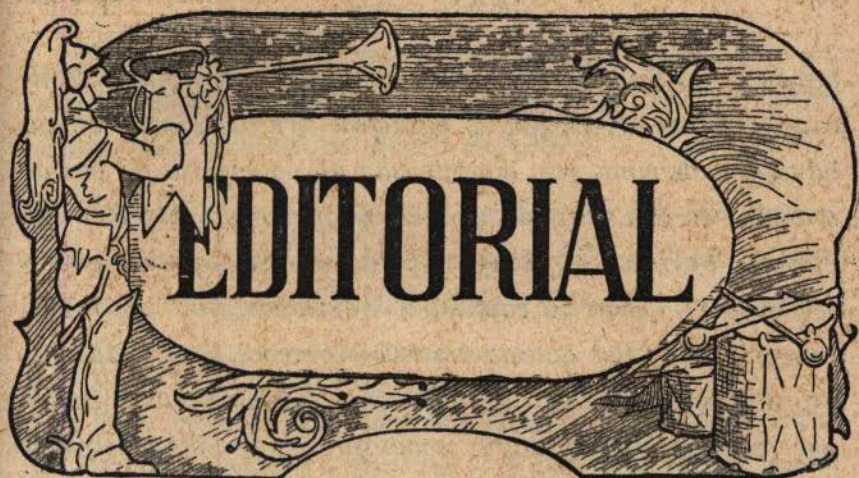
SUPLENTE:

Gen Armando Batista Gonçalves
Ten-Cel Rubens Mario Caggiano Jobim
Maj Lauro Lima Santos

CORPO REDATORIAL DA REVISTA

Redator-Chefe — Ten-Cel Lauro Paraense de Farias
Redatores: Ten-Cel Inf Eduardo de Ulhoa Cavalcanti
Ten-Cel Cav Sady Boano Mussoi
Ten-Cel Art Dávio Ribeiro de Faria
Maj Eng Darino Castro Rebelo

"A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o
perigo comunista ao umbral de cada casa, e
a última frente se situa no espírito de cada
cidadão."



Os meses de maio e junho assinalam duas grandes efemérides na História Militar Brasileira: Riachuelo e Tuiuti. Estes feitos serão eternamente lembrados e reverenciados pelas gerações dos verdadeiros patriotas. É um vaticínio justo pois, quem com acuidade e bom senso investigar aquelas memoráveis vitórias das Armas Brasileiras, verá que ali estão exemplos de bravura, abnegação e estoicismo que dignificam a uma Pátria consciente de sua perenidade.

Por imposições de uma situação conjuntural, inteiramente alheia à vontade dos brasileiros, fomos arrastados à guerra. E não foi fácil, inicialmente, superar a nossa tradicional vocação pacifista. Foi a imperiosa necessidade de desagravar a soberania da Pátria espezinhada e ferida que nos levou, realmente, aos campos de batalha do Paraguai.

Indubitavelmente, a batalha do Riachuelo foi que possibilitou a arrancada para a grande vitória final na guerra. Naquela sangrenta tarde de 11 de junho de 1865, praticamente, deixara de existir a esquadra do inimigo. O aniqui-

lamento dos seus navios, pelo desassombro com que o Almirante Barroso arremeceu a esquadra brasileira na refrega liquidada, de uma vez, a pretensão do adversário de barrar o acesso do Rio Paraná. O apêlo oportuno do intrépido Almirante Barroso: "O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever!", içado na capitânea Amazonas, foi respondido com a bravura dos guarda-marinha Greenhalgh, Capitão Pedro Afonso, marinheiro Marcílio Dias e tantos outros heróis que regaram com o sangue generoso o tombadilho daqueles navios, defendendo a honra da Pátria.

Em Tuiuti estiveram também presentes forças do Uruguai e Argentina, valentes e arroçadas, mas coube, verdadeiramente, às tropas brasileiras o pêsso do esforço da batalha. E quando se investiga os lances memoráveis da épica jornada de 24 de maio de 1868, tem-se que reconhecer que a maior palma de louros cabe ao bravo dos bravos, o General Osório.

Ninguém melhor do que uma testemunha do entrevero, o alferes Dionísio Cerqueira poderia retratá-lo como o fêz, vendo-o por tôda parte na luta "surge, no seu belo cavalo de combate, o Gen. Osório, com o largo chapéu de feltro negro, o poncho flutuante, deixando ver a gola bordada, a lança de ébano encrustada de prata na mão larga e robusta, o olhar fascinante, dominando aquêle cenário trágico de glória e de morte". E nós acrescentamos: dir-se-ia um Deus da Guerra, já que tinha, nos momentos decisivos, o dom de arrastar os que trepidavam no avanço. Sob suas ordens estavam outros intrépidos e valentes chefes: Sampaio, Mallet, Argolo, Mena Barreto, Souza Neto e tantos outros.

É assim, com essa mística carismática e lendária, que aquêles heróis de Riachuelo e Tuiuti permanecerão eternamente, ante os olhos da Nação Brasileira.

Não fôra pois a firme determinação daqueles bravos, que ali tombaram com o pensamento voltado para a nossa soberania e integridade territorial e, talvez, outro fôsse o curso de nossa formação histórica.

Hoje, mais de uma centena de anos decorridos, daqueles lances dramáticos e decisivos, o Brasil continua incólume, na sua marcha ascencional entre os povos, disposto a não deslustrar as glórias e os exemplos dados pelos seus maiores.

Por tudo isso, nessa hora também decisiva para o destino do Brasil, em que as perspectivas de progresso e de um desenvolvimento à base da valorização do homem haverá de por certo nos conduzir ao desejado bem-estar socio-econômico a que temos o direito de almejar, A Defesa Nacional não pode deixar de, nessas páginas iniciais, tributar um preito de homenagem sincera àqueles que, no passado, alicerçaram o Brasil, entregando-nos livre e soberano e que agora prosseguem pleno de esperanças no futuro.



A NOVA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E A GUERRA

Prof. MÁRIO PESSOA

Do Corpo Permanente da ESG

A nova Constituição Brasileira, em vários dos seus artigos, faz expressas e variadas referências à GUERRA (v. arts. 8 — Compete à União: II — declarar guerra e fazer a paz; 23 — Compete à União, na iminência ou no caso de guerra externa, instituir, temporariamente, impostos extraordinários, compreendidos ou não na sua competência tributária, que serão suprimidos gradativamente, cessadas as causas que determinaram a cobrança; 34 § 4º — A incorporação, às forças armadas, de deputados e senadores, ainda que militares, mesmo em tempo de guerra, depende de licença de sua câmara, concedida por voto secreto; 47, II — É de competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar o Presidente da República a declarar a guerra e fazer a paz; 64 § 2º — A abertura de crédito extraordinário somente será admitida em casos de necessidade imprevista, como guerra, subversão interna ou calamidade pública; 83 inc. IX — Compete privativamente ao Presidente: declarar guerra, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem autorização, no caso de agressão estrangeira verificada no intervalo das sessões legislativas; 92 § 2º — Cabe ao Presidente da República a direção da guerra e a escolha dos comandantes chefes; 94 § in fine — ... por decisão do tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra; 122, § 3º — A Lei regulará a aplicação das penas da legislação militar em tempo de guerra; 150, § 11 — ... Quanto à pena de morte, fica ressalvada a legislação militar aplicável em caso de guerra externa; 152, inc. II — O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio no caso de guerra; 153 — A duração do estado de sítio, salvo em caso de guerra, não será superior a sessenta dias, podendo ser prorrogada por igual prazo).

Tais referências não representam novidade, na vida republicana do País, uma vez que as Constituições de 1891 (v. arts. 23, § 2º, 34 inc. 11, 48 ns. 7 e 8, 72 § 21); de 1934 (arts. 4, 5 inc. III, 56 inc. 9, 85, 161); de 1937 (arts. 15, 73, 163 e 174), de 1946) arts. 4, 5 inc. II, 87, inc. VIII, 108 § 2º e 141 §§ 5 e 31) já as haviam feito ou empregado termos substancialmente idênticos.

De resto, a Constituição do Império também aludia à GUERRA (v. art. 102, 9º).

A GUERRA INTERESTATAL

A que tipo de guerra se ligam os citados artigos da nova Constituição Brasileira?

Qual o critério que o legislador constituinte implicitamente adotou para orientar a definição ulterior desse tipo de conflito armado, uma vez que sobre ele aparentemente pouco esclarece?

Incluir-se-ia nela o fator ideológico indispensável que se deduziria da luta contra a subversão estimulada e apoiada às vezes logisticamente do Exterior?

Ou seria um critério estritamente militar?

Valeria, no caso, o critério inspirado na Segurança Nacional, na sua integridade, e tutelada pelo artigo 89 do mesmo texto?

Essas indagações são pertinentes (embora aparentemente desnecessárias), dado que em torno da palavra GUERRA criou-se um mundo artificial de adjetivações, uma inversão de conceitos, cada qual correspondendo a uma determinada peculiaridade de luta armada com as suas próprias incidências no campo político-jurídico.

A referida palavra tornou-se imprecisa pela nebulosidade com que a cercaram e ainda hoje a cercam os fazedores de termos novos.

Ao presente duelo do último pós-guerra, entre a ideologia democrática e a ideologia marxista-leninista, expresso, particularmente, na chamada Guerra Fria, estão ligadas numerosas outras conceituações de luta armada. A Guerra Fria, que o tenente-coronel de aviação espanhola J. Diaz Lorda também chama de *guerra dos nervos*, em seu *Derecho Internacional en Paz y en Guerra*, pode, na sua exasperação, levar à Guerra Quente.

Assim, face à conjuntura nacional ou internacional, apareceram a guerra subversiva, a guerra insurrecional, a guerra revolucionária (esta denominação vem desde a Revolução Francesa que a chamava também de guerra de propaganda com o propósito confessado de eliminar monarquias absolutas), a guerra psicológica, etc.

São, no entanto, denominações de sentido figurado.

Mas, a palavra *Guerra*, a que se refere a Constituição Brasileira de 1967, é exclusiva e juridicamente, a luta armada regular entre Estados. É fenómeno de que trata o Direito Internacional e que obedece, uma vez manifestado, às leis da guerra baseadas nos costumes e nas convenções internacionais relativas à matéria.

O *Dictionnaire de la Terminologie du Droit International* (Sirey, 1960) diz que o termo guerra designa a luta armada entre dois ou vários Estados, cada qual procurando impor sua vontade ao adversário pela força.

Para o autor dêste artigo, a GUERRA é a violência organizada pelos governantes estatais, oficialmente declarada ou aceita, revelando-se por sucessivos e coordenados atos de força armada, empregados contra o adversário para vencê-lo e impor-lhe condições de paz, que visam a satisfazer o interesse da coletividade estatal vencedora contra o interesse da coletividade estatal vencida.

Louis Delbez define a guerra no sentido jurídico como a luta a mão armada entre Estados, desejada ao menos por um dentre eles e empreendida com o objetivo de satisfazer um interesse nacional. Esclarece que o direito tem por tarefa essencial definir com precisão esse fato-condição, ou melhor, procurar um critério jurídico de guerra. Acentua que a guerra deve ser definida pelos seus agentes, pela vontade de guerra de um deles pelo menos, pela natureza das medidas tomadas na luta a mão armada e, finalmente, pelo seu objetivo (um interesse nacional a satisfazer). Conclui: o conceito jurídico de guerra apresenta, então, um aspecto complexo e comporta quatro elementos, todos necessários: um elemento orgânico, um elemento psicológico, um elemento material e um elemento teleológico (v. *La Notion de Guerre — Essai d'analyse dogmatique*, Paris, 1953).

Esses quatro elementos, a que se refere Delbez, são de índole a esclarecer a confusão estabelecida por algumas pessoas que entendem por guerra a fenomenologia das operações militares, reduzindo-a, portanto, só ao elemento material, quando, na realidade, êste é apenas um dos componentes do conflito armado interestatal.

E ainda mais: insistem no equívoco de equiparar à guerra a *subversão interna* (v. art. 64, § 2º, da Constituição Federal de 1967), à chamada guerra revolucionária, etc.

Traços característicos de que se cogita mesmo da guerra interestatal, em a nova Constituição, estão claramente expostos nos artigos 47, inc. II e 83 inc. IX, ao falar da “declaração de guerra”, hipótese somente possível nas relações internacionais. De resto, não se declara guerra a subversivos. E também nos artigos 8 inc. II, 47 inc. II, quando se escreve “fazer a paz”, tarefa confiada ao Presidente da República, depois de autorizado, pelo Congresso: é intuitivo que executará a tarefa pelo instrumento do *tratado*, acôrdo internacional que só se realiza entre Estados, no caso.

Destarte, a Guerra, de que trata a presente Constituição Federal, é a luta armada entre Estados. É o conceito clássico, correto e único da guerra internacional, no Direito das Gentes.

Não é possível que êle abranja outras contrafações conceituais, em que a palavra guerra também aparece. Os qualificativos, aliás, não se ajustam à tecnicidade do termo. Apenas, por ênfase, fala-se em guerra *interestatal*, dado que a palavra em si já quer dizer, à luz do Direito Internacional, luta armada entre Estados. É a guerra tal como

a definem Pontes de Miranda, Clovis Bevilacqua e Lafayette Pereira entre muitos outros no Brasil. É a guerra que se faz para a satisfação egoística de um interesse nacional.

Assim, a *Guerra*, a que alude a Constituição Brasileira, é o conflito armado interestatal que pode, sob o ângulo estritamente militar, abranger variadas formas instrumentais para obter a vitória.

Essas formas instrumentais, por sua vez, usam, por um particularismo exagerado, certos adjetivos para caracterizá-las, sob alguns ângulos escolhidos: são as chamadas guerra *convencional*, guerra *atômica*, guerra *termonuclear*, guerra *química*, guerra *bacteriológica*, guerra *submarina*, guerra *psicológica*, etc.

A GUERRA CIVIL

Compreenderia a palavra *Guerra*, utilizada pela Constituição de 1967, a *Guerra Civil*?

Esta expressão encontra acolhida no Direito Internacional positivo através da Convenção sobre os Direitos e os Deveres dos Estados em caso de Guerra Civil, adotada a 20 de fevereiro de 1928 (6ª Conferência Pan-Americana, Havana) e aparece depois no art. 12, inc. III, da Constituição Brasileira de 1934, na Lei Constitucional n. 1, de 16 de maio de 1938 (art. único, letra g) e no artigo 207 da Constituição Federal de 1946 ("comoção intestina grave com o caráter de *guerra civil*"). A cláusula, que se repete no art. 183, § único da referida lei básica, está na antiga Lei de Segurança Nacional (Lei n. 1.802, de 5-1-53), quando estabelecia a pena de reclusão de 3 a 8 anos aos cabeças e de 2 a 6 anos aos demais agentes, responsáveis pela eclosão da Guerra Civil.

Todavia, não há definição *legal* desses dois tipos de conflito armado. Tampouco as define ou caracteriza qualquer lei brasileira.

Que é Guerra Civil?

É a luta armada que, tendo eclodido no seio de um Estado, tomou uma importância e uma extensão que diferenciavam de uma simples revolta ou insurreição, — como ainda define o *Dictionnaire de la Terminologie du Droit International*, prefácio de J. Basdevant.

O citado Delbez chega a referir que se as partes no conflito armado não são coletividades soberanas, não há guerra internacional mas guerra civil, e, em tese geral, não se aplica o *jus in bello* (ob. cit. pág. 88).

Para Weber, a ausência do *jus belli* constitui o verdadeiro critério (grife-se "critério") da guerra civil. Vale dizer que os rebeldes são criminosos justificáveis pela lei penal.

Foi para evitar as consequências rigorosas daquele princípio que a prática inventou o reconhecimento de beligerância, que tem preci-

samente por efeito permitir ao direito da guerra aplicar-se na ausência de uma guerra *stricto sensu*, esclarece posteriormente Delbez.

Em certas guerras civis, destarte, pode surgir o reconhecimento do *estado de beligerância* aos insurretos por parte de alguns Estados.

O reconhecimento de *beligerância a insurretos* concede a êsses maior soma de atribuições entre as quais se compreende a de negociar e tratar com as potências estrangeiras, a de contrair empréstimos e até mesmo a de fazer concessões territoriais. Em geral, êsse tipo de reconhecimento, mais do que outro qualquer, tem sentido político bem acentuado, pois, em regra, significa um meio de facilitar a criação de um novo Estado ou a ascensão política de um partido nacional das simpatias das nações que reconhecem os insurretos como beligerantes. Pode também acontecer que o reconhecimento do estado de *beligerância* visa apenas a apoiar movimento revolucionário de conteúdo ideológico, a exemplo da revolução espanhola franquista que se favoreceu dêsse tipo de reconhecimento oriundo da Alemanha e da Itália.

Ocorre, geralmente, o reconhecimento de *beligerância a rebeldes* que estão organizados sobre uma larga parte do território nacional, atingindo assim a rebelião grandes proporções. O fenômeno afeta interesses de outros Estados, que podem desejar para si o respeito das obrigações da neutralidade. Os rebeldes se apresentam uniformizados, obedecem a uma disciplina militar, respeitam as leis e costumes da guerra.

Enfim, é o caso de um verdadeiro exército que luta em igualdade de condições jurídicas com o exército governamental, daí advindo extraordinárias vantagens para êle.

Governos estrangeiros podem colocar as duas partes em pé de igualdade (reconhecimento de *beligerância*) admitindo como se tratasse duma luta entre dois Estados, obedecendo-se em tudo ao mesmo que acontece na guerra internacional. Assim, os insurretos reconhecidos como beligerantes podem exercer o direito de bloqueio, de visita ou de busca em alto mar e nas águas territoriais dos combatentes, desde que se encontrem, por sua vez, em condições e no firme propósito de cumprir os seus deveres de beligerantes em relação aos terceiros Estados.

O reconhecimento de *beligerância a insurretos* isenta o governo legal de toda a responsabilidade em face de atos praticados por aquêles. Quando o reconhecimento parte do próprio governo legal, a imediata consequência será a de que os insurretos não serão mais tratados como tais e sim como verdadeiros beligerantes. Uma vez capturados, serão beneficiados pelo Código do Prisioneiro de Guerra. Não se lhes aplica a lei penal comum.

As condições estabelecidas geralmente para o reconhecimento de beligerância a insurretos foram adotadas pelo Instituto de Direito Internacional, em uma resolução de 1900, e têm, como razão de ser, a necessidade de tornar o reconhecimento juridicamente válido, porquanto sem a existência daquelas o reconhecimento seria ato puro e simples de intervenção a favor de uma das partes em luta, que são os insurretos.

Em face do reconhecimento, os insurretos adquirem uma certa *capacidade internacional*, limitada, em princípio, ao direito da guerra. Esse tipo de reconhecimento é provisório e limitado.

Tôda essa matéria, repita-se, está influenciada fortemente pelo fator político.

Assim, o estado de beligerância reconhecido a insurretos não se identifica com a guerra civil. Acontece, apenas, na guerra civil, enriquecendo-a de uma circunstância nova que a transforma virtualmente num conflito internacional.

Não há, porém, *um direito ao reconhecimento de beligerância*, reclamado pelos insurretos dos Estados terceiros.

Já foi dito que o que caracteriza, em princípio, a guerra civil é a ausência de *jus belli*. Mas, o *jus belli*, afinal, surge com o reconhecimento do estado de beligerância. Todavia, o reconhecimento do *estado de beligerância* pressupõe a guerra civil ou mesmo as modernas guerras insurrecionais, subversivas ou chamadamente revolucionárias. Esses últimos tipos qualificados de conflitos não-interestatais podem, em certa fase evolutiva, ser considerados *modalidades da guerra civil*, que não se confundem, obviamente, com a guerra internacional de que trata a nova Constituição Brasileira.

Quando se verifica, fora da hipótese da guerra interestatal, a participação ostensiva ou não de forças estrangeiras no conflito ou o apoio logístico externo a favor dos insurretos, tem-se a intervenção que pode suscitar a contra-intervenção por parte de Estados terceiros, criando-se assim situações típicas, idênticas ao do presente conflito vietnamita.

A intervenção nesses casos é comum quando a subversão, além do citado apoio externo (Material e Moral) se reduz também a uma luta entre ideologias políticas antagônicas.

Enfim, sir Arnold Duncan McNair, um especialista na matéria, no seu livro "LEGAL EFFECTS OF WAR" (Cambridge, 1944), no capítulo I, intitulado "What is War?" fala em "*conflict between two other States*" e numa terceira hipótese inclui "*civil war or insurrection in a foreign country*", tendo anteriormente se referido à primeira hipótese, isto é, "When Great Britain is a party to the conflict".

SUBVERSÃO INTERNA

Ficou provado que a nova Constituição, com mais veemência no art. 64 § 2º, distingue a guerra da subversão interna.

Desta última trata, com particularidade, a nova lei de Segurança Nacional.

No artigo 3º dêsse último textuário mencionam-se os tipos de subversão interna. O primeiro é guerra psicológica, que aliás pode realizar-se antes ou durante a guerra interestatal, bem como em tôdas as fases da guerra revolucionária, uma vez que nela não se praticam atos de força.

Pelo contrário, destina-se à conquista das mentes.

O segundo tipo está na chamada guerra revolucionária que tem habitualmente o apoio logístico e mesmo humano ("Voluntários" ou soldados regulares) de potência estrangeira para impor uma ideologia, no caso de vitória, contra outra ideologia que, na presente conjuntura, é a ideologia democrática, conforme o atestam numerosos autores, dentre os quais vale a pena mencionar Hans Morgenthau (POLITICS AMONG NATIONS, 1963), Irish and Prothro (THE POLITICS OF AMERICAN DEMOCRACY — Third Edition), Ann Van Winem Thomas e Myres McDougal and Associates (STUDIES IN WORLD, Public Order, 1960) Arnold Wolfers (DISCORD AND COLLABORATION — *Essays on International Politics*, 1962), etc.

O terceiro, finalmente, é a guerra subversiva comum incluída pela Constituição entre os movimentos armados da "subversão interna" que não traz condimento ideológico nem mística política, nisso se distinguindo de qualquer outro tipo de guerra revolucionária.

A guerra subversiva está, porém, retratada no artigo 22. Esses movimentos armados internos podem evolver até a guerra civil, tal como a compreenderíam internacionalistas e constitucionalistas.

Todavia, nada obstante a diferença essencial que existe entre a guerra subversiva e revolucionária, a redação da referida lei é imprecisa e deixa a entender que emprega as duas expressões como se fôsem equivalentes.

É provável, no entanto, que não havendo dúvida possível relativamente à subversão interna (um golpe de Estado, por exemplo), com o objetivo de depor o governo para em seu lugar instalar um outro, sem modificações institucionais, dispenseu-se o legislador de formular uma conceituação, entendendo-a, contudo, necessária nos casos de guerra psicológica e revolucionária, para exato esclarecimento quanto à aplicação da lei, dada a diversidade de entendimentos em torno desses fenômenos político-sociais.

A Constituição de 1967 trouxe uma vantagem sobre a de 1946. Enquanto esta fala em "guerra civil" (v. § único do art. 183) a última preferiu a expressão "subversão interna", que é mais ampla, compreendendo inclusive a Guerra Civil.

A DECLARAÇÃO DE GUERRA

A Constituição nova manteve a necessidade da declaração de guerra, pelo Presidente da República, nos casos que especifica.

A 3ª Convenção de Haia, de 18 de outubro de 1907, relativa à abertura das hostilidades, determina a prévia e motivada declaração de guerra.

A doutrina não é uniforme a respeito da exigência dessa formalidade útil. Os escritores ingleses, em geral, não a aceitam como obrigatória.

A doutrina de Phillimore — um Estado pode começar a guerra sem a ter declarado — apresenta numerosos prosélitos.

A declaração prévia da guerra justificava-se como resqúicio da velha honra cavalheiresca medieval. Posteriormente, teve por objetivo evitar surpresas e aquele estado de insegurança gerado pelo arbítrio conferido ao potencial agressor quanto à escolha do momento de fazer a guerra.

A prática da última Guerra Mundial cíclica vacilou no que diz respeito ao cumprimento da regra de Haia.

Para o autor deste artigo, a declaração formal de guerra (uma vez que se admita tal processo de regular litígios internacionais ou a aceitação por um Estado do *estado de guerra* que lhe tenha sido impôsto pelos fatos (o Brasil aceitou em duas ocasiões o *estado de guerra* impôsto pela Alemanha) são obrigatórias, pouco importando, no primeiro caso, se antes ou após o começo das hostilidades.

Trata-se de fixar o momento a partir do qual se concretiza o *estado de guerra*. A declaração de guerra ou a aceitação do *estado de guerra* são atos-condição geradores de situações jurídicas as mais complexas, no campo do Direito das Gentes. Ele legitima, esclarece, situa, regula posições jurídicas com extensão aos não-beligerantes, inclusive.

Os efeitos políticos e sobretudo jurídicos da declaração de guerra sobre os beligerantes e demais estados são consideráveis.

A notificação do *estado de guerra* aos que estiverem fora do conflito é, portanto, uma exigência indeclinável.

Tendo a Constituição nova incluído a guerra internacional, no seu contexto, voltando-se, até certo ponto, aos tempos em que vigorava o *direito à guerra*, está coerente quando fala em *declaração de guerra*.

A GUERRA DE CONQUISTA

A guerra de conquista significa a aquisição de território pela força, em proveito de um Estado, com prejuízo para outro Estado, até mediante tratado ditado pela ameaça.

Quando a conquista consiste na incorporação de todo o território do Estado vencido, tem-se a *debellatio*: caso da Etiópia anexada ao reino da Itália, em 1936, a despeito da aplicação de sanções econômicas previstas no artigo 16 do Pacto da Sociedade das Nações.

Montesquieu, no capítulo III, "De l'Esprit des Lois", afirmou que do direito da guerra deriva o da conquista, que é a consequência do primeiro.

Mas, a condenação da guerra de conquista encontra-se já na Constituição francesa de 1791, título VI.

A primeira conferência Interamericana dos Estados Americanos (1889-1890), também chamada de conferência pan-americana, fez recomendação no sentido de condenar o direito de conquista.

Só posteriormente, a primeira constituição republicana brasileira, de 24 de fevereiro de 1891, de certo inspirada na dita recomendação, no seu artigo 88 assim se expressou: "Os Estados Unidos do Brasil, em caso algum, se empenharão em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação".

A vedação que se lê teve o objetivo político de tranquilizar certas nações sul-americanas, receosas do erradamente indigitado imperialismo "brasileño", sobretudo quando dependiam de solução numerosas questões de limites territoriais, inclusive com a Argentina.

A regra, porém, reaparece quase sempre nas constituições brasileiras que se seguiram à de 1891: 1) 1934, art. 4º: "O Brasil só declarará a guerra se não couber ou malograr-se o recurso do arbitramento, e não se empenhará jamais em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outro Estado".

O dispositivo não se incluiu na Constituição de 1937, razão talvez por que o Brasil, sem o saber, indiretamente participou de uma guerra de conquista ao colocar-se ao lado da União Soviética no conflito armado de 1939-1945. Nesse conflito, como se sabe, a União Soviética conquistou, pela força, substancial parte do território polonês, tendo-o invadido no dia 17 de setembro de 1939, tudo de acordo com o pacto secreto de repartição da Polônia, assinado em agosto com os nazistas. Trata-se da quinta repartição da Polónia...

Mas, o repúdio à conquista volta na Constituição de 1967, art. 7º: — "Os conflitos internacionais deverão ser solvidos por negociações

diretas, arbitragem e outros meios pacíficos, com a cooperação dos organismos internacionais de que o Brasil participe. Parágrafo único: *É vedada a guerra de conquista*".

O artigo 7º se harmoniza com os artigos 1º inc. I e 2º inc. 3, da Carta da ONU, quando determinou: a) a utilização dos meios pacíficos e de conformidade com os princípios de justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz; b) que todos os membros da ONU *deverão* resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de molde que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais.

Mais adiante, no art. 33, declara a referida Carta:

"As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acórdos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha".

O citado artigo 7º traduz, em outros termos, os largos dispositivos da Carta de S. Francisco a propósito da matéria. Os "outros meios pacíficos", que se encontram expressos no texto brasileiro têm o sentido de *qualquer* meio pacífico, tal como se desejou em Dumbarton Oaks e se realizou em S. Francisco.

A expressão "conflito internacional" tem compreensão lata no texto do artigo 7º da nossa atual Constituição, excluída à guerra, pois seria necessário que à referida expressão se tivesse acrescentado o adjetivo "armado". A palavra "conflito" tem ali sentido nitidamente litigioso e pressupõe ausência do estado de guerra, embora faça supor o perigo de que o mesmo possa correr.

Outra não é a significação que lhe dá, por exemplo, a primeira convenção de Haia, de 18 de outubro de 1907" para a solução pacífica dos conflitos internacionais".

O já mencionado *Dictionnaire de la Terminologie de Droit International* diz que *conflito internacional* significa grave oposição de propósitos ou de interesses entre Estados que enseja ou arrisca de ensejar o emprêgo, por esses Estados, de medidas de força com a intenção de fazer prevalecer suas pretensões respectivas.

Inútil é o parágrafo único do citado artigo, quando veda a "guerra de conquista".

As razões são óbvias:

1) Entregando aos meios pacíficos e à cooperação dos organismos internacionais (melhor fôra que se falasse em *organizações internacionais*) a solução dos seus conflitos internacionais, o Brasil re-

nência não somente à "guerra de conquista" mas a qualquer outro tipo de guerra de agressão;

2) A guerra está fora da lei internacional desde o Pacto de Paris, de 1928, através da renúncia que dela fizeram os seus signatários.

E a nova Constituição Brasileira condena a propaganda da guerra (v. art. 150, § 8º).

A. Goellher (*Prés-Caducité, Caducité et Désuetude en matière de Droit International Public*, 1939), no entanto, considerou em desuso aquele Pacto, também chamado de Pacto de Briand-Kellogg, mas nele reconheceu uma doutrina puramente moral.

A Carta da ONU deu forma obrigatória àquela renúncia ao referir-se à guerra apenas *uma vez*, isto é, no Preâmbulo, quando inicialmente declara que os Povos das Nações Unidas estão resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra.

Dai por diante, não se refere à guerra, substituído o termo por expressões novas mais condizentes com a ideologia da ONU (v. André Salomon: (*Le Préambule de la Charte*): "ameaças à paz", "atos de agressão", "rutura da paz", "perturbação da paz", "a ameaça ou o uso da força", "ameaça à segurança internacional", "ação relativa a ameaça à paz, rutura da paz e atos de agressão" (cap. VII), "ataque armado", "política agressiva", "agressão", etc.

As contra-medidas indicadas para deter ou repelir a agressão chamam-se "emprego da força", "ação necessária ao cumprimento das decisões do Conselho de Segurança", "legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um *Ataque Armado*", "força armada usada no interesse comum". Esse é o vocabulário novo, muito embora já o Pacto da Sociedade das Nações se referisse também à agressão ao mesmo tempo em que empregava a palavra guerra, distinguindo uma coisa da outra.

Assim, eliminada a palavra guerra, a ONU fez ressurgir, com exclusividade, em seu lugar, o termo agressão e suas variantes, de aceção ampla, pois inclui toda e qualquer forma do emprego ilegal da força, como a invasão territorial por exército estrangeiro, o apoio ostensivo ou disfarçado a bandos armados em outro Estado, o ato isolado de guerra, a chamada guerra revolucionária, a represália, o bloqueio, etc.

Para combater a *agressão* moderna, de vasta compreensão, tem-se, de imediato, a legítima defesa individual ou coletiva e, logo após, a ação coletiva ou execução coletiva que compreende o emprego da força pela Organização a fim de restabelecer a paz e a segurança internacionais.

Fora as medidas militares de caráter policial ou preventivo, como o envio da Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF) a Suez.

A guerra, em direito internacional positivo, está proscrita, como proscria está a *agressão*, nas suas variadas modalidades; e, para combater o crime de quem recorre a esse meio ilegal com o propósito de satisfazer ambições nacionais ou ideológicas, existem os instrumentos da legítima defesa individual ou coletiva além da ação da ONU propriamente dita, sob a direção do Conselho de Segurança, com a assistência da Comissão do Estado-Maior para a aplicação das forças armadas (v. art. 46 da Carta).

Tudo isso sem excluir, obviamente, a ação legal das organizações ou organismos regionais, dos tipos OEA e OTAN.

Na chamada Guerra da Coreia, não houve *guerra* mas "ataque armado" seguindo da agressão chinesa vermelha em auxílio daquele. Inicialmente, os Estados Unidos, baseados no artigo 51 da Carta (legítima defesa coletiva), socorreram a Coreia do Sul com o emprêgo imediato de forças navais e aéreas. Posteriormente, o Conselho de Segurança aplicou aos agressores norte-coreanos e chineses, a ação armada coletiva, prevista na Carta, aproveitando-se da ausência ocasional do representante da União Soviética naquele órgão, sem o que teria havido recurso ao veto.

Um pormenor digno de meditação está no fato de que a chamada Guerra da Coreia terminou por um armistício (convenção entre chefes militares) e não por tratado de paz. A execução coletiva visou apenas, dentro do espírito da Carta da ONU, a restabelecer o *status quo*. Se tivesse ido além, isto é, se tivesse modificado, em proveito da Coreia do Sul, o problema fronteiro, ter-se-ia uma solução idêntica à da guerra, que se reduz à satisfação de um objetivo nacional e não à restauração apenas da ordem pública internacional ali comprometida. Houve sanção da ONU e não guerra, pois a ONU não faz guerra mas ação de polícia. A incompreensão por parte do general Mac Arthur desse problema teve o seu desfecho dramático ao ser substituído no comando da luta armada pelo general Matthew Ridgway, pôsto a estratégia do substituído se revelasse exata e posteriormente os fatos a confirmaram, a exemplo da atual guerra do Vietnam.

Dest'arte, o emprêgo da palavra *guerra*, numa constituição promulgada após a Carta da ONU, é inadequada aos tempos, muito embora a guerra, na sua materialidade, possa existir.

A agressão de hoje se responde com a legítima defesa ou a execução coletiva, insista-se.

A nova Constituição Brasileira (v. art. 83, inc. IX), confere ao Presidente da República o direito de declarar guerra *no caso de agressão estrangeira*, ocorrida no intervalo das sessões do Congresso.

Ora, a guerra é apenas a forma material e violenta da agressão que pode ser utilizada por um outro Estado contra o Brasil.

Mas, existem outros tipos de agressão estrangeira fora o da guerra. Amplia-se, por essa razão, o direito do Presidente da República de declarar a guerra, tudo ficando a depender do conceito ou da interpretação conjuntural do que seja a agressão.

Aliás, o artigo 25 da Carta da OEA prevê agressões que não sejam ataques armados, tornando assim o problema de dimensão inimaginável, no plano político.

Se se quiser, a despeito da Carta da ONU, ressuscitar o termo *guerra*, aliás muito específico, obliterando-se a palavra mais compreensiva, que é *agressão*, não resta dúvida que à guerra ofensiva de inimigo externo, o Brasil não está impedido de fazer a sua guerra defensiva, em resposta àquela, pois os conflitos a que se refere o artigo 7º da atual Constituição são conflitos *ante bellum*.

E a legítima defesa é de direito natural na opinião unânime dos jusnaturalistas.

Se o Brasil fôr a vítima, não de uma guerra mas de uma *agressão estrangeira*, com o emprego de qualquer tipo de ataque armado, responderá àquela com o seu direito de *legítima defesa individual*, insista-se. Se lhe convier, recorrerá somente às represálias para fazer cessar o ataque ilegal do agressor.

Os fatos, enfim, podem ser idênticos mas a concepção jurídica que os qualifica tem importância, no caso, e numerosas ressonâncias no campo de Direito das Gentes.

Há a posição eclética daqueles que, mantendo o termo guerra, falam em *guerra de agressão* para distinguir da *guerra defensiva* que era, aliás, o oposto de *guerra ofensiva*, nas classificações passadas.

Quanto à ação da ONU, nos casos do emprego ilícito da violência por parte dos Estados: será um problema do Conselho de Segurança com o seu ponto vulnerável, isto é, — o exercício do direito de veto por qualquer potência que tenha nêle assento permanente.

A CARTA DA OEA

A Carta da Organização dos Estados Americanos também não faz referência à Guerra: mas, nos artigos 4 alínea c), 5 alíneas e) e f), 24, 25 e 46, alude seis vezes à *agressão*.

Quando trata da não-intervenção (art. 15) sublinha que o princípio vedado incluiu o emprego da "fôrça armada".

É mais incisiva quando estabelece que "não se reconhecerão as aquisições territoriais ou as vantagens obtidas pela fôrça (art. 17), para, logo mais (art. 18), dizer que "os Estados Americanos se comprometem, em suas relações internacionais, a não recorrer ao uso da fôrça".

Nos artigos 25 e 43 volta a referir-se a "ataque armado".

E para reprimir todo o ilícito neste vasto campo da violência não usa o termo guerra mas o da "legítima defesa coletiva".

É a execução coletiva, que se distingue da guerra, não pela forma material do uso da força mas pelos objetivos da ação assim desenvolvida.

Enquanto a guerra visa subjetivamente à satisfação de um interesse nacional, a execução coletiva objetivamente visa à restauração da ordem e da segurança internacional, a exemplo da inadequadamente chamada Guerra da Coreia.

O TRATADO DO RIO DE JANEIRO

Hassan Abdel Hadi Al Chalabi (*La Legitime Défense en Droit International*, tese, Paris, 1952), citando autoridade de renome, entre os quais Alexandre Alvares e Seferiades, fala na existência de comunidades ideológicas nos entendimentos regionais e aponta o caráter ideológico da união regional americana e cita, como exemplo, o Tratado de Bruxelas e do Pacto de Garantia Coletiva Árabe. Nada mais exato a despeito dos esforços de uns poucos que entendem que a própria Democracia, em nome da qual se fizeram as guerras revolucionárias e ideológicas francesas do século XIX, não tem ideologia. Opinião que a despeito da boa-fé de alguns de seus partidários, muito convém às nações que dispõem de ideologias totalitárias, pois somente elas ficariam a dispor dessa terrível arma psicológica no mundo perigoso dos nossos dias.

O referido Tratado Interamericano de Assistência Recíproca de 1947, também chamado de Tratado do Rio de Janeiro, condena formalmente a guerra no artigo 1º e por ele as partes "se obrigam, nas suas relações internacionais, a não recorrer à ameaça nem ao uso da força".

Nos demais textos, alude a "ataque armado", "direito imanente de legítima defesa individual ou coletiva", etc.

Mas, é no artigo 6º que especificamente se fala em "agressão" e também, o que é importante, em "conflito extra-continental ou intra-continental", evitando-se portanto, o termo *guerra*.

No artigo 9º citam duas hipóteses exemplificativas de *agressão*.

No mais, visa-se no conjunto a "manter a paz e a segurança internacionais" (art. 5º).

Não existe uma só referência à guerra, como fenômeno capaz de pôr em ação as medidas destinadas a manter aquela paz e aquela segurança.

Donde se conclui a inadequação do termo *guerra*, incluído em uma nova Constituição brasileira de 1967, face aos tratados-leis vigentes e obrigatórios para o nosso País que deles participa, com a sua costumeira fé na regra *pacta sunt servanda*.

A idéia de criar-se um Ministério das Forças Armadas e a mudança da denominação Ministério da Guerra pela de Ministério do Exército são, na realidade, duas coisas que lançam um claro raio de entendimento quanto ao vocabulário internacional dos nossos dias, nas grandes organizações internacionais.

Isso corrige, no Brasil, muito embora em parte, a desculpável negligência do nosso legislador constituinte.

A SEGURANÇA NACIONAL

É matéria estreitamente ligada à "guerra", de que trata a Constituição.

Esta, em seu artigo 89, assim se expressa: — "Tôda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, *nos limites de fidos em lei*".

Assim, será a lei ordinária que determinará os requisitos da responsabilidade do brasileiro e a tipicidade dos crimes.

O dispositivo despertou a curiosidade de uns e a oposição de outros até o ponto de nêle enxergarem um universo de responsabilidades.

Todavia, o artigo 89, é demasiadamente claro para suscitar críticas fundadas, sobretudo no que diz respeito à responsabilidade das pessoas jurídicas.

O artigo 9º da Carta do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg previu a responsabilidade de "grupo ou organização". Assim, o Estado-Maior do Exército Alemão foi julgado por aquela côrte de exceção, sendo aliás absolvido, parecendo descomunal contradição condenarem como condenaram o seu chefe à fôrça, — o general Jodl.

A responsabilidade penal do Estado por atos de guerra criminosos é sustentada por Donnedieu de Vabres ("*Les Principes Modernes du Droit Pénal International*", Paris, 1928), e por outros autores de fama internacional como N. Q. Saldaña e Vespasiano Pela ("*A Criminalidade Coletiva dos Estados e o Direito Penal do Futuro*").

Ora, nada existe de anormal ou inédito em incluir-se como responsável pela segurança nacional, a pessoa jurídica também, naturalmente dentro dos termos que a lei especificará.

O conceito de Segurança Nacional sempre foi *uno*, no Brasil, desde a Constituição do Império. Esta, no seu artigo 102, inc. 15, prescrevia: — "O Imperador é o chefe do poder executivo e o exercita pelos seus ministros de Estado. Suas principais atribuições são (omissis) — "Prover a tudo que fôr concernente à segurança interna e externa do estado, na forma da Constituição".

Assim, desde o Império, a segurança do Estado, *interna e externa*, estava nas mãos de *uma só* autoridade, porque tal segurança era, co-

mo ainda o é hoje, um complexo de condições e fatores inseparáveis um do outro.

O novo Decreto-Lei, que trata da Segurança Nacional — antiga “segurança do estado, no Império” — define-a: “A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos (v. art. 2º).

E o artigo 3º completa-lhe o entendimento: a segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

Parágrafo 1º — A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do País.

Esses são os aspectos legais do problema.

Afirma-se, porém, que a Escola Superior de Guerra teve, através de sua doutrina, influenciado na redação dos artigos da nova Lei de Segurança ou no mínimo feito nela incorporar alguns dos seus conceitos.

Pretende-se, pelo visto, lançar sombras em coisas nítidas e claras.

Assim, na “Revista Brasileira de Estudos Políticos”, volume 21, de julho de 1966, encontra-se, translúcida, o conceito de segurança nacional, adotado pela ESG, em artigo assinado pelo general Eduardo Domingues de Oliveira. Ei-lo: “*Segurança Nacional é o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à Nação que jurisdiciona, em face dos antagonismos existentes*”.

De acordo com o critério de segurança nacional, a GUERRA, na opinião do Autor, por ser definida: — *é o emprego violento, sistemático e coordenado do Poder, com preponderância no seu campo militar, entre dois ou mais Estados, visando cada um deles à consecução ou salvaguarda de objetivo de fundamental interesse nacional.*

Os parágrafos 2º e 3º do artigo 3º da nova lei define a guerra psicológica e a chamada guerra revolucionária, esquecendo-se de conceituar a guerra subversiva.

Pelo visto, pode parecer que a lei somente cogita da guerra psicológica e da chamada guerra revolucionária que, no quadro descritivo, apareceria como idêntica à guerra subversiva. Dúvida surgirá quanto a esse entendimento, dado que a guerra subversiva não exige o apontado *virus* ideológico, inseparável da guerra revolucionária.

De resto, o art. 64, § 2º, da nova Constituição, fala em “subversão interna”, tudo indicando assim que estão identificados esses três tipos de “guerra”, pouco importando que se tenha esquecido de incluir no textuário o conceito de *guerra subversiva*.

Releva salientar que a *guerra revolucionária* é apenas espécie ou tipo de comoção intestina e não tem em si o apanágio de abranger toda a "subversão interna", cujas manifestações são variadíssimas.

A guerra psicológica, que se conceitua em o nêvo textuário, é ação desenvolvida em tempo de paz ou de guerra. É o tipo de ação para a conquista, em detrimento do País, do espírito e do moral nacionais.

Crítica aparentemente ponderável vê nos conceitos do capítulo I da nova Lei uma atecnia.

Tratando-se, porém, como se trata, de lei de caráter imperativo e repressivo ao mesmo tempo, a preocupação de definir encontra lá sua justificativa, como providência tutelar das garantias e direitos individuais.

Livro de tradução recente, cujo original se intitula "Legislative Drafting", da autoria de Reed Kickerson, afirma que "no referente à esfera jurídica, a primeira coisa a dizer quanto a definições é que só devem ser empregadas quando absolutamente necessário", embora saliente, mais adiante, que elas — as definições — têm "a grande vantagem de obter clareza e coerência, sem a monotonia das repetições".

Ora, nada mais suscetível de provocar controvérsia que a expressão segurança nacional. Muitos ainda a limitam à defesa externa do País.

O escritor, gen A. de Lyra Tavares, em seu conhecido livro — "SEGURANÇA NACIONAL — Problemas Atuais", explica corretamente a diferença essencial entre os dois conceitos: "A segurança implica o desenvolvimento coerente e progressivo das atividades normais do Estado, segundo o rumo e o ritmo citados pelos objetivos nacionais, mediante o desenvolvimento racional do Poder Nacional, que deve ser mantido constantemente em condições de afastar ou neutralizar os antagonismos existentes. Segurança é um *estado*, ao passo que defesa é um *ato* — ou um conjunto de atos — diretamente ligados a determinado tipo de ameaça caracterizada e medida".

"A defesa se organiza para o fim especial de repelir um ataque previsto, ao passo que a Segurança, no sentido em que a encaramos, é estabelecida como cobertura integral contra qualquer tipo de ameaça que ela própria — a Segurança — torna inoperante e desencoraja".

No caso de que se trata, é absolutamente necessário que, no capítulo I (Das Disposições Preliminares), cogite-se de definir o que se deve entender por segurança nacional, guerra psicológica, guerra subversiva ou a chamada guerra revolucionária, uma vez que sobre a matéria autores nacionais e estrangeiros divergem na conceituação e até mesmo na denominação dos variados fenômenos que a elas se ligam.

Assim, a definição de guerra, vista à luz do direito internacional, não se identifica com a que fôr redigida à base da segurança nacional.

A segurança interna, em países como o Brasil, visados pelas resoluções da Conferência Tricontinental de Havana, entre outros perigos provados, é objeto de todos os cuidados da parte dos governos democráticos.

Na conjuntura atual, ela tem a prioridade nas hipóteses da luta armada: muito mais provável que a própria guerra interestatal.

Ao juiz, na aplicação da lei penal, confere-se certa margem de arbítrio, contido na expressão "livre convencimento" — em casos especiais.

O artigo 4º da nova lei de segurança nacional é roteiro para formação daquele "livre convencimento" quando ao juiz determina que se inspire nos conceitos básicos da segurança nacional definidos em artigos anteriores.

Não há, nesse artigo 4º, para evitar futuros erros de interpretação uma delegação de poderes, pois já o artigo 157 do atual Código do Processo Penal diz: "O juiz formará sua convicção pela *livre* apreciação da prova". Arbítrio que se completa pelos artigos 182 e 198 do mesmo Código.

O artigo 4º é quase uma regra de hermenêutica, no que diz respeito à aplicação da lei de segurança: — aponta a inspiração onde o juiz formará livremente a sua convicção.



A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!

HISTÓRIA E CIVISMO

(DISCURSO DE POSSE NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO)

General A. DE LYRA TAVARES

Muito me sensibilizam, embora não me surpreendam, como a nenhum de nós poderiam surpreender, essa natural magnanimidade e êsse coração grande e generoso com que me recebe e me saúda, em nome do, já agora, nosso Instituto, o ilustre historiador Professor Adolfo Morales de los Rios Filho.

Ouçó, além de tudo, nas suas palavras, a voz de uma grande amizade, nascida e alimentada, nessa convivência espiritual, nessa espécie de afinidade nata que aproxima e identifica os que vivem estudando e pesquisando a História e a Geografia da Pátria, principalmente como fontes de civismo.

E é, sem dúvida, como melhor podemos compreender o Brasil, na expressão mais autêntica do sentido da sua evolução, nas peculiaridades do seu meio físico, nas suas potencialidades materiais e espirituais e na identificação da sua alma coletiva.

O interêsse comum por êsses estudos me fêz conhecer e admirar o Professor Morales de los Rios: os nossos contatos, como pessoas humanas, me deram o privilégio e a honra de merecer a sua amizade. E essa amizade explica a benevolência e, até, os exageros dos conceitos com que êle se refere, agora, a méritos e serviços meus que muito se ampliam no seu julgâmento magnânimo.

O que sinto transparecer dêsse fundo de bondade sôbre o qual o ilustre orador do Instituto desenhou, querendo ampliar, o meu perfil de eterno estudante, é que sou recebido aqui como numa grande família, dentro da qual também viveram o meu pai e o meu tio.

Dêles tive a ventura de herdar, não apenas um nome digno, pelos laços de sangue e pelos exemplos e lições que ambos nos legaram, como, também, a inclinação, o entusiasmo e, até mesmo, a devoção pelo estudo e pela investigação do que é o Brasil, com base no conhecimento da sua História e da sua Geografia, inclusive para o fim de suprir, desde ainda muito jovem, o que, lamentavelmente, não nos ensinam, ou nos ensinam mal, as nossas escolas, embora lhes caiba o dever fundamental de formar no aluno o futuro cidadão.

Sempre entendi, por isso mesmo, que não se escreve a História simplesmente por escrevê-la. Há um sentido mais nobre e mais alto a estimular o esforço dos que a ela se dedicam, guiados pela consciência do seu verdadeiro e grande papel na formação do espírito da coletividade. E é assim que a entendem todos os povos zelosos dos seus destinos.

Nem terá a comunidade humana que compõe a Pátria a força e a coesão necessárias para forjar-lhe a grandeza, fazendo-a progredir segundo a linha dos seus verdadeiros destinos, quando não esteja bem presente ao espírito dos cidadãos nem coerente com o passado e com os anseios da nação o sentido das lutas e dos esforços que terão de conquistar cada etapa nova do desdobramento do itinerário histórico-político da nacionalidade, compreendida pelo conjunto integrado dos três elementos fundamentais que a constituem: o homem, a terra e as instituições.

Porque a Nação está, sobretudo, nas suas origens e no processo histórico da sua formação. É fenômeno social que se produz pela associação progressiva de determinada coletividade humana, em determinado espaço geográfico, por força das afinidades e características comuns que solidarizam e aglutinam os seus elementos no mesmo sistema de vida, aos mesmos anseios coletivos, na predominância da mesma crença e na comunhão de interesses e aspirações.

As suas atitudes e o seu comportamento coletivo terão que obedecer às solicitações dêsse complexo de fatores que o individualizam, traduzindo-se em vontades a realizar. E estas vontades é que geram, sem dúvida, a força de realização.

Não é, pois, simplesmente pelo estudo do estágio atual atingido pela nação, sobretudo quando ela está sujeita ao impacto de circunstâncias, internas ou externas, de excepcionalidade, que o dirigente ou líder do Estado, em que ela politicamente se organiza, pode discernir ou decidir com segurança sobre os rumos mais coerentes com as aspirações nacionais.

É certo, do mesmo modo que a ruptura da normalidade do processo da evolução nacional acarretará abalos tanto maiores na estrutura da nação quanto mais uma nova ordem, porventura implantada, ou em via de implantação, afastar-se das tendências tradicionais e do consentimento explícito ou implícito da coletividade nacional.

Não é possível, porém, admiti-lo, senão como fenômeno transitório, como período de anormalidade, no quadro da vida de nação democrática. A democracia subentende além de tudo a existência de um Exército de caráter e de espírito democrático, formado de cidadãos livres, recrutados, indistintamente, na massa do povo, solidário com os seus sentimentos e participante dos seus anseios.

A grande inspiração moral do espírito de obediência do Exército de uma verdadeira democracia é a fidelidade à Pátria, como sentinela

vigilante, que êle é, acima de tudo, da sua defesa e dos seus destinos, em cuja compreensão se forma o soldado, pelo culto do civismo, que subentende e pressupõe o culto da História.

E aí está porque, quando correm perigo os destinos da nação, é sobretudo na consciência cívica do soldado, como cidadão servindo de sentinela dêsses destinos, que ela procura apoio para reencontrar-se consigo mesma, retomando, quase sempre à custa de duros sacrifícios e de soluções heróicas, o curso normal e o estado de equilíbrio de sua vida, reposta em coerência com os sentimentos e as aspirações nacionais.

É falso líder democrático, por isso mesmo, aquêle que desconhece, ou faz por desconhecer, as tendências históricas do seu povo, os seus anseios legítimos, decidindo-se a guiá-lo para direções que conflitam com a sua vontade soberana.

Nesse sentido mais profundo do papel que desempenha a História na arte de governar, é sábia, e vale sempre a pena lembrar a sentença já clássica de Bossuet: "mesmo quando a História pareça inútil aos outros homens, seria necessário que os príncipes a estudassem".

É possível observar-se, ao curso da História, que a evolução das nações obedece, como regra, a etapas coerentes, ou tornadas coerentes, quando não o são, pelos próprios acontecimentos que, neste caso, virão, mais cedo ou mais tarde, para corrigi-las.

A coesão nacional se verifica, se apóia e se fortalece em torno dessa linha de coerência, dêsse eixo de afinidades segundo o qual a nação se organiza, se afirma e se orienta, a despeito dos antagonismos que se lhe oponham, de fora ou de dentro das suas fronteiras.

O Brasil, por exemplo, se realizou, através das etapas iniciais da sua formação, como se partisse de vários Brasis, nas diferenciações, peculiaridades e antagonismos das suas tribos indígenas e das seus meio-ambientes, tanto quanto no sentido em que se desenvolveriam as suas economias e culturas regionais.

O poder e a sabedoria do colonizador conseguiram amalgamá-los, como um todo, no quadro amplo de uma só civilização, marcando e defendendo, para a posteridade, os limites dos seus domínios e o sentido espiritual das aspirações nacionais.

A gigantesca empresa partiu da única ligação, feita a princípio, ao longo do mar, para penetrar, progressivamente, o imenso território, em incursões de conquista e exploração, que eram, ao mesmo tempo, missões da fé cristã, para a catequese dos gentios e para o culto dos povoadores.

A nação iria despertando, por partes sucessivas, na sua consciência coletiva, para integrar-se na fusão das raças e dos nucleamentos de vida, com que o gênio colonizador abrangeu todo o território, firmando-se nos pontos essenciais para prover o seu dispositivo de defesa.

Mas a Metrópole não pôde arcar, pelos seus próprios meios, com as tarefas que se iam agigantando no amplo espaço territorial, tanto para a exploração dos seus recursos, como para preservá-los da cobiça dos outros povos. E teve que reparti-las com os nativos e os moradores, dêles se valendo, inclusive, para ampliar e fortalecer o seu Exército.

Não tardou que o espírito nativista se insurgisse e se avolumasse contra o juço colonizador, lutando para ficar livre dêle. O nativismo, como instinto, se transformaria no nacionalismo, como estado de consciência, comunicando-se, expandindo-se e unificando-se, através do território, para irromper, em reivindicações e lutas, por todo o país.

O que era, no entendimento de hoje, o anticolonialismo, progrediria, assim, no sentido dos ideais republicanos da época, junto com os anseios de independência, em movimentos que, embora isolados, respondiam a uma só aspiração comum.

Correria a Nação, como correu depois, o risco de desintegrar-se em movimentos regionais dispersos e descompassados, no tempo. Veio salvá-la a independência, com o Império, a cujo poder central e unitário coube a tarefa de assegurar para o Brasil português o destino que a América espanhola não teria a sorte de realizar.

Nessa sucessão lógica de acontecimentos, o regime imperial foi benemérito, sobretudo pela oportunidade e pela missão integradora que cumpriu, em benefício da Nação. Era, sem dúvida, o regime capaz de resguardar a nação, como um todo. Ele não logrou, porém, sufocar as suas verdadeiras tendências, por mais que procurasse detê-las, com base num injusto conservadorismo econômico e político, cheio de injustiças e erros, além de manchado pela opressão do servilismo.

A República viria mais tarde, sem comprometer a coesão e a unidade nacional. E veio como conquista que seguiria à da abolição. Já era um estado de espírito da nação, antes de traduzir-se em movimento político.

Foi assim que se realizou o Brasil, na heterogeneidade das suas partes constitutivas, a despeito das hostilidades do meio e dos antagonismos de todos os tipos, dentro das fronteiras que traçaram o território, nos seus limites definitivos, e através das lutas que afirmaram as suas tendências liberais, os seus sentimentos cristãos e a sua vocação de liberdade.

E porque foi assim que êle nasceu, como nação, para consolidar-se, no tempo, fazendo-se soberano e fortalecendo a sua unidade e a sua integridade, por obra do povo e das instituições por êle criadas, é que o sentido da sua evolução, como a substância histórica e moral que lastreou a formação da sua alma coletiva, são as grandes forças telúricas que nos cumpre identificar, através do estudo do passado, para bem compreendermos o Brasil dos nossos dias, no quadro nôvo do mundo conturbado em que vivemos.

A benemerência da obra dêste Instituto, pela fidelidade e segurança que nos oferece, na interpretação do passado, está, por tôdas essas razões, sobretudo em que ela constitui um precioso patrimônio nacional, como fonte autêntica em que se devem alimentar a cultura e o civismo do povo.

É sem dúvida, êste já legendário silogeu a Casa Grande da família dos historiadores do Brasil, dos ilustres brasileiros que, não apenas cultuam e estudam a História da Pátria, como a defendem, por preservar-lhe a autenticidade.

Porque há, também, os que se empenham em reformulá-la e des-caracterizá-la, ao sabor de correntes de pensamento, orientadas por uma espécie nova de guerra que, em vez de Exércitos e de material bélico, emprega a cultura, deformada e dirigida, em todos os seus campos, como arma diabólica para destruir as nações pela destruição da consciência cívica dos cidadãos.

Sobretudo no Brasil, país nôvo, de grandeza continental, com as vulnerabilidades dos vazios demográficos a preencher para sua ocupação efetiva e contínua, ainda enfraquecido pelos contrastes e desníveis das suas áreas características e tendo em conta a sua extensa linha de fronteiras, os fatores fundamentais da coesão nacional estão, sobretudo, nas forças imateriais que vêm do passado. Cumpre-nos revigorá-las no presente, como colunas de sustentação da Pátria, nos seus ideais, na sua fé cristã e na sua vocação democrática.

Lembro-me, a êsse respeito, dos tempos áureos e iniciais da Liga da Defesa Nacional, cujos objetivos tanto se identificam, nas suas finalidades cívicas, com o culto da nossa História. Sua sede, por sinal, nasceu neste mesmo silogeu legendário, como que a vincular, também na vizinhança física, a História e a verdadeira defesa da Pátria, cujo grande esteio está, na verdade, como pregava Bilac, na própria consciência nacional.

Meus ilustres consócios do Instituto.

Por mais que pretendesse trazer-vos, hoje, quando me recebeis como nôvo sócio, nesta Casa que se fez grande e notável pelos seus estudos de História e Geografia, a minha contribuição sôbre tema específico de um dos assuntos pertinentes a essas duas ciências, que mais estudamos para a Nação do que para nós mesmos, em nenhum dêles se achou o meu espírito de fixar-se, para trabalho mais demorado na pesquisa e nas indagações que todos reclamam.

É talvez porque as atividades da função pública, por natureza absorventes e trepidantes, privam dêsse prazer o nosso espírito, prendendo-o mais ao atual, quando é precisamente do atual que o historiador deve afastar-se, retrocedendo no tempo, abstraindo-se do quadro que está vivendo no presente, para ver com isenção, com segurança e com fidelidade o fato histórico, na pureza das fontes, na idoneidade dos depoimentos e nas circunstâncias do ambiente e da época.

Nós que estudamos a História, somos homens do presente, que nos transportamos para o passado, no ato de estudar, transferindo-nos, então, para o meio-ambiente e para o tempo dos fatos que nos dispomos a analisar. E é sobre eles que concentramos o nosso espírito e a nossa meditação.

Isso exige a faculdade e a possibilidade da abstração, o que significa alhear-se, enquanto se estuda, do atual, do presente. É privilégio que nem sempre temos o direito de usufruir, nós que somos, também, homens de outros ofícios.

Porque o estudo da História nos leva a mergulhar no passado, ao contrário das outras ciências, em que examinamos os fenômenos olhando as circunstâncias materiais que os cercam, mas não, necessariamente, o século ou o ano, e o clima espiritual e político em que eles ocorreram.

O historiador é, por isso mesmo, escravo dessa espécie singular de servidão voluntária, além de nobre, que o força a sair do presente, para poder estudar, livre e isento dos problemas e dos fatos atuais, que serão História, apenas para os que vierem depois de nós, porque só eles terão serenidade, isenção e perspectiva para apreciá-los como historiadores.

Foi, então, a esses aspectos mais gerais e característicos do estudo da História que preferi limitar o que teria de ser o meu discurso de posse. E bem sei que, sobre esses assuntos, não vos poderia trazer nada de novo, a não ser a minha própria profissão de fé.

Trago-vos, porém, o agradecimento que vos devo e vos faço agora, com a promessa formal de continuar, aqui, servindo à História com fidelidade, mesmo porque não vejo como seja possível servi-la de outra maneira. E é como se tem, pelo menos, a certeza de não desservi-la.

Pretendo corresponder à honra com que me distinguis, acolhendo-me, com tanto calor, nesta Casa veneranda. Há muito tempo já, não sei bem porque nem com que direito, confesso que já a imaginava um tanto minha.

Tenho a impressão de ser, aqui, um velho sócio, um sócio, pelo menos, virtual, de trinta anos atrás, a voltar, agora, ao Instituto, depois de tão longa ausência, como que reconvocato pela vossa benevolência, para tornar a conviver e a trabalhar, neste ambiente de austeridade, com os ilustres historiadores que hoje o compõem.

Ponho-me a olhar para trás, no tempo, e é com pesar e respeito que recordo, num golpe de vista retrospectivo, como se às visse agora, presentes nessas bancadas de sócios, algumas figuras grandes e respeitáveis que já se foram. Não sei como separá-las do cenário das sessões daqueles outros tempos, já bem recuados, cuja visão se reaviva, bem nítida, na minha lembrança, formando, agora, uma espécie de imagem dupla na minha retina.

Bem sei que o destino os levou, para sempre, mas estou como que a vê-los aqui, recebendo a homenagem que lhes presto, agora, de mim para mim, sem que mesmo me pareça necessário citar-lhes, um a um, os nomes inesquecíveis.

Deu-me, ainda, o Instituto, o privilégio de suceder ao saudoso e brilhante camarada da Marinha de Guerra do Brasil, o Almirante Juvenal Greenhalg. Militar e cidadão de alto conceito e destacados méritos, êle afirmou o seu valor e engrandeceu a sua vida, pela capacidade realizadora que o caracterizava, pelos sentimentos humanos e a clarividência com que soube conduzir os seus homens, para grandes tarefas de interesse nacional e, em particular, pela sua obra de historiador.

Vida exemplar de marinheiro, posta tôda ela a serviço da pátria, bem sabemos como êle se dedicou e serviu à História, salientando-se pela contribuição valiosa que prestou, com a sua autoridade de profissional, à divulgação do relevante papel da indústria da nossa Marinha de Guerra, no quadro da nação.

Com a escolha do meu nome para integrar o quadro de sócios dêste benemérito Instituto, é mais um militar a quem êle honra e acolhe, na austeridade dêste recinto de reuniões por mim muitas vezes freqüentado, desde ainda jovem tenente, impellido pelo interesse e pela necessidade de conhecer melhor o passado do Brasil.

A História Militar é, sem dúvida, complemento obrigatório da preparação profissional do Chefe e condutor de homens, destinado a guiá-los para a vitória, no comando de operações militares. Mas o papel do Exército, no quadro da Nação, transcende êsses aspectos especificamente técnico-profissionais, para abranger problemas que terão de influir na sua preparação e na sua mentalidade, como Instituição Nacional que se devota, não apenas à defesa da Pátria, como também, e por isso mesmo, ao seu fortalecimento.

A Independência não alterou, antes ampliou, essa destinação mais ampla do Exército Brasileiro, que vem dos tempos coloniais.

Compreende-se, assim, o alto sentido do decreto de 1 de dezembro de 1824, que criou o Exército Nacional, fixando-lhe os efetivos, ao dispor, em termos textuais, que êles deveriam crescer gradualmente, "ao passo que crescerem nas Províncias, a população, as finanças e as necessidades de defesa, ficando a cargo dos Governadores das Armas, e Presidentes, darem conta a Sua Majestade Imperial sôbre aquêles objetos".

Nessa ação precursora que tem tido o Exército no atendimento das necessidades prioritárias da formação e do fortalecimento da nacionalidade, cabe, aliás, a primazia e a precedência, desde a Colônia até às vésperas da República, a Engenharia Militar, pois que só às vésperas do regime republicano o Brasil começou a formar os seus engenheiros civis, na legendária Escola Central do Exército, que é, hoje, a Escola de Engenharia do Largo de S. Francisco.

O ilustre professor Adolfo Morales de los Rios Filho, com a sua autoridade de historiador e pesquisador, e com o privilégio de conhecer, como ninguém, a história da Arquitetura, fixa, aliás, em seus primorosos livros, sobretudo quanto aos grandes monumentos que ainda marcam, hoje, o esforço criador da nossa Engenharia, essa contribuição do Exército na construção do Brasil.

Pois que o Exército é a própria Nação em armas, além de ser uma instituição que progride com o seu progresso, dêle dependendo e para êle colaborando, nas atividades de tempo de paz, a sua história é a história da nação, como é o seu espírito, como são os seus anseios.

A História tem que ser, por isso mesmo, elemento fundamental da cultura do Chefe Militar. Foi assim que sempre a entendi. E foi por isso que me habituei a estudá-la, e nunca deixei de estudá-la, do primeiro ao último posto da hierarquia militar.

Tal é o motivo por que, agora honrado, já com os cabelos brancos, por esta cerimônia em que sou recebido como sócio do nosso benemérito Instituto, não me é estranho este austero recinto, por mim freqüentado, já se vão muitos anos, para ouvir ilustres conferencistas, entre os quais, me perdoem que relembre os nomes do meu pai, JOÃO DE LYRA TAVARES, e do meu tio, AUGUSTO TAVARES DE LYRA.

Ambos se iniciaram na vida como professores de História, sendo que o meu tio tinha o Instituto como uma espécie de segunda casa. Era o lugar certo de encontrá-lo, dentro do seu inalterável programa de vida, tal o rigor da pontualidade com que êle o freqüentava, para ler e palestrar, em dias e horas certas, até os extremos limites da sua capacidade de locomoção.

Guardo, também, uma lembrança muito viva do saudoso Conde de Afonso Celso, ao tempo em que era Presidente Perpétuo do Instituto, como do querido amigo da família, o historiador Max Fleiuss, secretário perpétuo, meu orientador e conselheiro em muitas pesquisas que aqui vim fazer.

Uma delas, tenho-o bem presente à memória, era a de uma prescrição da legislação do período colonial, ainda tida como vigente no Brasil, sobre a inalienabilidade e as servidões dos terrenos contíguos às fortificações. Muitos a invocavam ou contestavam, em demandas judiciais de grande importância para o Estado, mas apenas com base na tradição oral, pois a fonte era, até então, desconhecida.

No interesse quase paternal com que sempre me acolhia, Max Fleiuss me induziu a desistir da pesquisa, uma vez que, dizia-me êle, um eminente sócio, que até hoje honra o Instituto com o relêvo da sua grande e inconfundível personalidade, estava, também, empenhado na busca do mesmo documento, sem lograr resultado.

Até hoje não fiquei sabendo se era apenas uma explicação de Max Fleiuss para demonstrar-me, com tão desanimadora alegação, que se tratava de uma empresa inexecutável. O que sei é que terminei por descobrir o referido documento. E o publiquei.

São recordações que me vêm à lembrança, entre muitas outras, ao ver-me, agora, recebido pelo Instituto. Trago-as aqui pelo prazer de reavivá-las, falando convosco e falando comigo mesmo. É esse também, um modo de expressar-vos o quanto me sinto feliz, além de honrado, na vossa ilustre companhia.

Exmo. Sr. Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, nosso Presidente Perpétuo.

Digníssimas autoridades

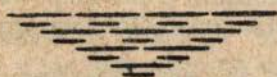
Prezados consócios

Professor MORALES de los Rios

Meus amigos e camaradas.

Este é, sem dúvida, um momento muito significativo para a minha vida, tanto espiritual como afetiva. Sobre a grande honra que me é tributada com esta cerimônia, ela ainda mais me toca a sensibilidade pelo que significam para mim a vossa presença e a vossa atenção.

Muito obrigado.



G. R. Schmid & Cia. Ltda.

PAPELARIA — TIPOGRAFIA — MATERIAL
DE DESENHO — MATERIAL DE LIMPEZA

Rua Teófilo Otoni, 113-3º — Tel. 43-9462

RIO DE JANEIRO

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em preto e branco; para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando fôr o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE!** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprêgo apropriado de maiúsculas, grifos, carmim, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **AOS NOSSOS COLABORADORES!**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferíamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

ANÁLISE GERAL DA CRISE MUNDIAL

Capitão-de-Corveta (FN)
DALMO HONAISSER

A Humanidade está vivendo uma hora histórica da mais alta dramaticidade. A crise teve início em 1914. Os 50 anos que se seguiram a julho de 1914, foram anos de guerras, de revoluções e de tremendos sofrimentos para todos os seres humanos. É a primeira vez, na milenária história da sociedade humana, que todos os povos do nosso planeta — direta ou indiretamente — participam das calamidades e dos horrores de uma guerra, que — mais quente ou mais fria — tem o trágico poder de penitenciar todos os povos da Terra, numa alucinante visão apocalíptica.

Costuma-se falar da primeira, da segunda e de uma eventual terceira guerra mundial. Essa temática pode parecer satisfatória ao homem da rua; pode até ser considerada correta a todos aqueles que consideram período de paz os dias que estamos vivendo. Infelizmente, não estamos em nenhum período de paz!

A guerra não é tão somente canhões, metralhadoras, bombas, assassinios em massa. A guerra não é apenas a invasão violenta de um país mais fraco, com relativa escravidão do povo derrotado. Na atualidade temos: (Ver mapa)

- 1) Um vasto conjunto de focos de "guerra revolucionária" no sudeste asiático e nas ilhas oceânicas da Malásia e da Indonésia;
- 2) Inúmeros focos de guerrilhas em quase toda a África, Chipre, etc.;
- 3) Intensos preparativos de guerra em Israel, no Egito e nos países Árabes em geral; (*)
- 4) Vários focos de guerra revolucionária e guerrilhas na América Central, na Venezuela e na Bolívia;
- 5) Inquietações e desordens na Espanha e Portugal;
- 6) Permanente perigo de conflitos por causa da dilaceração de Berlim e da Alemanha Oriental em geral;
- 7) Os preparativos e aperfeiçoamentos dos materiais bélicos, nas principais potências militares da nossa época, foram calculados recentemente em 35% de todos os recursos econômicos que toda a humanidade dispõe.

(*) Nota da Redação : A guerra entre israelenses e árabes foi desencadeada em 5 Jun 67.

Nessas condições, é claro que o mundo vive muito mais em guerra que em paz. É claro, também, que o problema não é de "conservar a paz" (que não existe), mas de eliminar tôdas as causas que determinam a calamitosa situação que a Sociedade Humana está vivendo.

Quais são essas causas?

Primeira — A "debacle" dos exércitos russos nos "fronts" ocidentais, no inverno de 1916/17, determinou uma revolução anti-czarista, que teve como resultado a instauração de um Governo Provisório chefiado pelo social-democrático Kerensky. Este governo foi verdadeiro e infelizmente "provisório". No mês de outubro do mesmo 1917 os bolchevistas, chefiados por Lenine, apoderaram-se do poder e foi estabelecida, no vastíssimo império de tôdas as Rússias, a chamada "Ditadura do Proletariado".

Segunda — No mês de agosto de 1939 Stalin e Molotov, de um lado, e Hitler e Ribbentrop, do outro — depois de examinarem alguns mapas de várias regiões européias; depois de rápidos estudos de inúmeros quadros e gráficos estatísticos; depois de declararem amizade e fidelidade, decidiram dividir em duas partes os territórios — da Europa, de importantes regiões da África e de várias regiões dos restantes continentes e ilhas. Foi assim combinada a chamada Segunda Guerra Mundial.

Terceira — Em julho de 1941 Hitler — depois das triunfais conquistas em tôda a Europa Ocidental — tomou a decisão de atacar a Rússia com as mesmas forças que haviam subjugado quase todo o Ocidente europeu. Stalin e Molotov consideraram "odiosa traição" a invasão hitleriana e movimentaram todos os meios diplomáticos para estabelecer alianças políticas e militares com as Nações do Ocidente Democrático.

No dia 26 de abril de 1945 os exércitos — Americano, Inglês e Francês (do lado ocidental) e os exércitos Russos (do lado oriental) ocupam Berlim. No dia 7 de maio do mesmo ano, em Reims, registra-se a Capitulação Total do III Reich e seus aliados europeus.

Nessa oportunidade, de enormes conseqüências históricas, os Aliados Ocidentais concederam à Rússia Soviética "status" políticos e jurídicos sobre a Alemanha vencida, exatamente em igualdade com as próprias Nações Democráticas.

* * *

Essas três causas que apresentamos em rápidas condensadas citações, temos agora de analisá-las e interpretá-las.

1ª — A Revolução de fevereiro de 1917, contra a tirania podre e corrupta dos Romanoff, foi a legítima e necessária revolta de todo o povo Russo para se libertar do regime mais antidemocrático e mais atrasado — na sua estrutura econômica e jurídica — do mundo moderno.

Em termos históricos, a "Revolução dos Cadetes", dos Social-Revolucionários, dos Mencheviques e outros movimentos Liberais-Democráticos,

representavam a justa e lógica continuação das Revoluções Liberais e Democráticas que se haviam realizado em quase toda a Europa a partir da Grande Revolução Francesa de 1789.

Mas, um diabólico acúmulo de circunstâncias negativas favoreceu a vitória de Lenine, do Bolchevismo, da Ditadura do Proletariado e do Estalinismo.

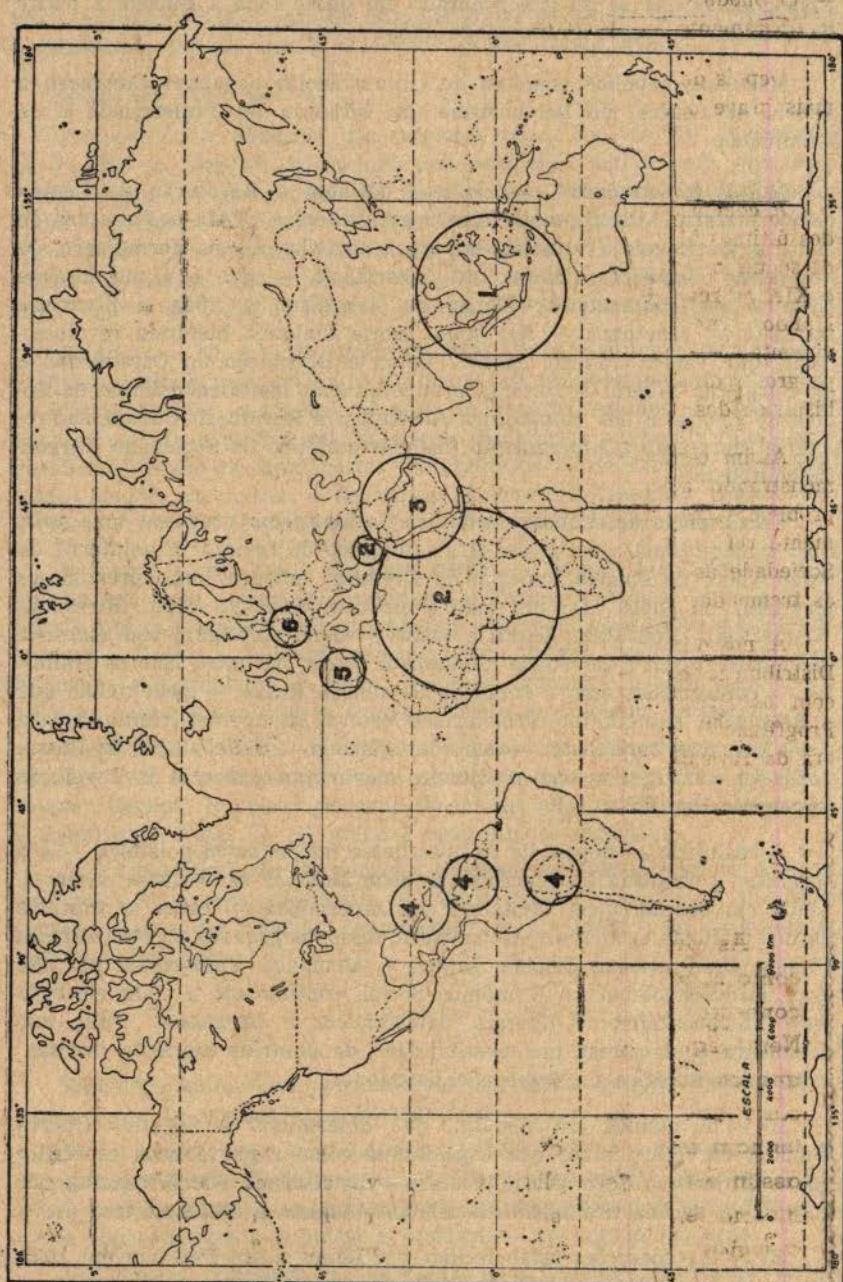
Muitos historiadores e sociólogos definem a Revolução de Lenine como "marxista". Nada mais falso e anti-histórico. Toda a literatura de Marx e de Engels (os dois têm igual contribuição na formulação do Socialismo científico, dialético ou materialista — que é a mesmíssima coisa e que costumamos chamar de "marxismo"); toda a literatura marxista — repetimos — fixa uma Teoria dialética histórico revolucionária, que vamos traduzir assim: "Como a Revolução do Capitalismo e da Burguesia Liberal representa o superamento histórico-dialético da Sociedade Feudal e das Monarquias Absolutas, a Revolução Comunista-Proletária representa o superamento histórico-dialético da Sociedade Burguesa-Capitalista".

Esta espécie de sentença profética do Marxismo provocou uma polémica violentíssima a partir de 1919 (fundação do famoso "Comintern" do Salão Nobre do Palácio Imperial do Kremlin) entre os mais prestigiosos marxistas da época. De um lado Plotnikow, Kausky, Adler, Riezanow, Wanderwell, Leon Blum, Turati e outros — demonstrando a tese marxista incompatível com a Revolução Comunista Russa; de outro lado os leninistas — conformados com o curso da Revolução Russa — sustentando que a Revolução Mundial do Proletariado estava fatalmente triunfando em todos os países capitalistas — em consequência — a Revolução da Rússia podia ser considerada como o primeiro movimento accidental da Revolução Comunista Mundial.

A realidade — depois de 50 anos dessa interminável polémica — é a seguinte: a chamada Revolução Comunista Mundial não está se desenvolvendo em nenhum país capitalista ou imperialista — como se costuma definir o Mundo Ocidental. Ao contrário disso, as grandes nações: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Canadá, França e Alemanha, apresentam um alto grau de desenvolvimento Econômico-Social, continuando a viver em regimes fundamentalmente liberais, democráticos e burgueses. Tudo isso demonstra a clamorosa incompatibilidade da doutrina marxista "versus" o processo dialético da Sociedade Humana.

2ª — A aliança Hitler-Stalin, que determinou a Segunda Guerra Mundial em 1939, temos que considerá-la como a prova mais específica que o Hitlerismo Social-Nacionalista e o Estalinismo Social-Marxista não passam da mesma tirania anti-social, anti-humana e anti-histórica.

3ª — As condições estabelecidas em Reims e em Potsdam em 1945, depois da capitulação do Terceiro Reich, favoreceram completamente a Rússia Estaliniana.



A forma como foi dividida a Alemanha permitiu a Stalin subjugar — de modo claro ou camuflado — cerca de 45% de todos os territórios historicamente alemães.

Depois de quase 20 anos, a dramática situação do povo alemão torna mais grave o problema da PAZ MUNDIAL.

* * *

A conclusão destas rápidas observações dos principais acontecimentos dos últimos 50 anos é a seguinte: o Mundo Feudal demonstrou-se incapaz de seguir o desenvolvimento histórico da Humanidade. Nos séculos XVIII e XIX as revoluções do Liberalismo Econômico (Capitalismo) deram ao Mundo as novas estruturas idôneas ao seu natural processo de desenvolvimento. Mas, o crescimento demográfico, de um lado, e o extraordinário progresso da ciência e da técnica, de outro, provocaram a tremenda crise histórica dos dias que correm.

Assim como todas as modalidades do chamado Marxismo estão demonstrando a mais clara, insofismável incapacidade para resolvermos problemas da mesma crise, assim o Liberalismo Econômico — adequadamente reformado e modernizado — tem a grave missão de fornecer à Sociedade as novas doutrinas econômico-sociais, capazes de solucionar os tremendos problemas da hora histórica que o mundo está vivendo.

A nosso ver, a doutrina que compreende o Processo da Produção, Distribuição e Consumo do chamado Neocapitalismo — em Harmonia com os Princípios Sociais da "Mater et Magistra" e da "Populorum Progressio" — poderá constituir-se na doutrina fundamental de uma nova era da Humanidade.

AOS NOSSOS COLABORADORES

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

POR QUE SE DEVE ANUNCIAR EM "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) ela circula em todos os Estados do Brasil;
 - b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de assinantes;
 - c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas; e
 - d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 52 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército, em face de sua utilidade incontestável para as Classes Armadas.

TABELA DE ANÚNCIOS

(a ser revista)

Página	NCr\$
Inteira	90,00
1/2	60,00
1/4	40,00
2ª capa	110,00
3ª capa	120,00
Contracapa	130,00

Observações :

Clichês à parte.

Matéria redigida: mais 100%.

AÇÃO CÍVICA DAS FORÇAS ARMADAS

Cel Art QEMA

GERMANO SEIDL VIDAL

I — INTRODUÇÃO

Vamos abordar assunto apaixonante e em plena moda: A primeira vista parece que todos sabemos do que se trata e pensamos até mesmo a estar realizando no dia a dia dos quartéis.

Lembramo-nos dos nossos tempos de aspirante quando a Educação Moral e Cívica era uma instrução importante, ministrada pessoalmente pelo Cmt Subunidade. O culto aos símbolos, tradições e heróis nacionais era preservado carinhosamente e isso, àquela época, bastava para convencer ao Capitão de que havia incutido no seu recruta o "quantum-satis" de patriotismo que serviria ao reservista para o resto da existência. Tal idéia está ficando postergada não só no meio militar, mas especialmente civil, com grave risco, pois agora a guerra dá ao contendor condições tão diferentes que admite ser ele recrutado no próprio território nacional...

O tema de nossa palestra não é necessariamente Educação Cívica nem Ação Psicológica e muito menos Guerra Psicológica, embora envolva o conhecimento dos aspectos que cada uma dessas atividades contém.

Buscaremos mostrar uma imagem das FFAA em que elas além de darem segurança ao país, ajudando a desenvolver-se, mitigam-lhe bálsamos de bem-estar, socorrem os necessitados, produzem e fazem circular as riquezas, traçam-lhe o perfil topográfico; educam, instruem, ensinam o povo, ministrando-lhe o sôro da confiança e a vitamina da fé nos destinos do Brasil! São atividades paralelas à missão precípua e constitucional das FFAA, as quais irão operar o milagre da imagem antes focalizada, hoje indispensável ao progresso mais acelerado dos países subdesenvolvidos e precioso elemento na contenção da Guerra Revolucionária.

É comum ouvir-se de patricios desavisados ou inescrupulosos afirmação quanto ao dispêndio excessivo com as FFAA no Brasil. Encontramos em ilustre articulista civil (1) a argumentação matemática da grave heresia dos que pensam daquele modo. Diz êle:

"O Brasil mantém as suas Forças Armadas — 0,3% de sua população — 6% do seu orçamento consolidado e 3% de seu

(1) PAULO DE CASTRO MOREIRA DA SILVA — "As atividades paralelas das Forças Armadas" — in Cadernos Brasileiros — N. 38 — Nov/Dez 66.

Produto Nacional Bruto. Do montante, 70% é dispêndio direto com pessoal, e apenas 10% é equipamento ou obra de caráter efetivamente militar.

Mas o confronto usual da crítica, acometida de "virtuosa indignação", é com o 4,4% orçamentário consagrado à Educação, com 1,3% destinado à Saúde, com o 5,3% consignado ao Abastecimento e à Agricultura. E inevitavelmente surge a censura de que o país está preferindo canhões a escolas ou hospitais, ou a manteiga, ou, no caso, à farinha de mandioca. Escada ao contribuinte que uma porção dominante do orçamento dito "militar" é, na realidade, convertido em escolas, hospitais, estradas, comunicações, infra-estrutura nacional, em suma, e que o investimento puramente militar não representaria mais que 0,08% do Produto Nacional Bruto, o mais módico dos "seguros de vida".

Completamos o raciocínio com as esclarecedoras palavras do Gen Aurélio de Lyra Tavares, escritas em 1964: (2)

"A destinação constitucional das Forças Armadas do Brasil, como na generalidade das nações democráticas, é a de assegurar a defesa da Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Tais relevantes missões não excluem, porém, a participação decisiva das Forças Armadas em atividades e empreendimentos de ordem econômica e social, reclamados, tanto pelo progresso, como pela segurança da nação, em cujo quadro de vida e em cujos destinos, pelo seu espírito democrático e pela sua contribuição construtiva, elas exercem especial influência realizadora.

Não apenas as organizações militares do Brasil participam de encargos relacionados com o desenvolvimento do país, como os seus oficiais, individualmente, pelo alto padrão de cultura profissional e pelo conhecimento seguro dos problemas nacionais, que lhe dão os cursos militares de nível superior, são chamados, freqüentemente, a dirigir certos serviços e órgãos, não militares, quando prevalecem nêles os interesses da segurança nacional".

Vê-se, assim, que essa atuação das FFAA de caráter não essencialmente militar nos seus propósitos imediatistas, embora seja assunto controvertido encontra guarida de alto chefe militar, hoje-Ministro do Exército, sendo portanto necessário que se estude e compreenda como distinguir a sua aplicação dentro das missões afetas às FFAA.

Parece-nos que quem melhor definiu as missões essenciais, complementares e secundárias do Exército foi o então Gen Humberto de

(2) "A Posição das Forças Armadas na Vida Brasileira" — in "Temas da Vida Militar" — Recife — 1965.

Alencar Castello Branco, quando Chefe do EME, na aula inaugural da ECEME, proferida a 2 Mar 64 (3). Vamos, pois, por analogia, fazer as ilações quanto aquelas missões atribuídas às FFAA.

Repetindo a Constituição de 24 Jan 67, o contido na de 1946 quanto à destinação das FFAA, pode-se aproveitar na íntegra aquele estudo acima mencionado para asseverar que cabem as FFAA:

- “— Defender o território nacional contra a agressão estrangeira;
- Defender as instituições democráticas;
- Garantir os poderes constitucionais;
- Garantir a aplicação da lei;
- Garantir a ordem.”

As ações substanciais das FFAA para atender essa prerrogativa constitucional são assim as suas missões essenciais.

“As complementares, formando um sistema com as essenciais, indicam o que fazer para cumprir o que estas prescrevem” (3). São, portanto, ações adjetivas.

As missões secundárias “formulam atividades que não têm uma completa característica militar e também outras desprovidas de tal aspecto. Podem ser realizadas por organizações civis e, às vezes, correspondem a uma emergência ou empreendimento transitório”. “Não pertencem, assim, à essencialidade militar, nem à sua complementação.” (3)

A Ação Cívica Militar é somente uma parte dessas ações secundárias, tendo conceito e objetivo bastante relevante.

II — DOUTRINA (4)

1 — Definição

— Ação Cívica Militar é a participação das Fôrças Armadas em atividades de desenvolvimento econômico, cultural e social da nação em apoio a programas de governo, para melhoramento das condições de vida da população, a qual aumenta a simpatia, o respeito e o apoio do povo para com seu Governo e suas Fôrças Armadas.

2 — Objetivos Gerais

- a. Melhorar as condições de vida da população civil;
- b. Incrementar o desenvolvimento social, cultural e econômico da nação;
- c. Contribuir para um melhor ajustamento entre as organizações civis e as Fôrças Armadas;
- d. Estimular o apoio e o respeito do povo para com o seu Governo e suas Fôrças Armadas;
- e. Contribuir para o fortalecimento da Unidade Nacional e a integração de seus valores materiais, espirituais e morais.

(3) “Destinação Constitucional e Finalidades do Exército” — EGCF — Abr 1964.

(4). Extraído do trabalho apresentado pelo Ten Cel URASSY DE PINHO E BENEVIDES, ao I Seminário de Relações Públicas do Exército — 1967.

3 — Razões para o emprêgo das FFAA na Ação Cívica

- a. Dispõem de pessoal técnico treinado que escasseia na nação;
- b. Contam com a organização, os recursos e o pessoal técnico adequado para realizá-la;
- c. Tornam disponíveis para a nação valiosa parte do patrimônio nacional que dispõem;
- d. Podem ser os únicos representantes do Governo na área;
- e. Estão moralmente obrigadas a dar o exemplo.

4 — Base legal para aquele emprêgo das FFAA

- a. Existem para apoiar a Constituição e o Governo legalmente constituído;
- b. Fazem parte do Poder Executivo, situação que as coloca na mesma posição legal das outras organizações dos diversos Ministérios;
- c. É da rotina governamental que quando se faz a intervenção de um Ministério nas funções de outro Ministério, tal fato é legalizado e regulado mediante simples convênio entre os Ministérios interessados.

5 — Benefícios advindos para as FFAA

- a. A Ação Cívica Militar é, em certos casos, um excelente meio de treinamento;
- b. A realização de Ação Cívica Militar permite manter o pessoal das FFAA ocupado em atividades produtivas ou construtivas;
- c. A realização de atividades de Ação Cívica Militar, permite aumentar a imagem favorável das FFAA perante a opinião pública;
- d. A Ação Cívica Militar favorece a criação de um estado de estabilidade indispensável ao crescimento do país em clima de tranqüilidade e segurança interna.

6 — Normas que regem a participação das FFAA

- a. Essa participação das FFAA em atividades econômicas, sociais e culturais da nação, por solicitação das organizações civis, não implica, de modo algum, em usurpação de poder;
- b. As normas para a realização da Ação Cívica Militar devem estabelecer-se em nível ministerial; no entanto, as medidas necessárias para executar tais normas devem iniciar-se em todos os níveis subordinados;
- c. A realização da Ação Cívica Militar é considerada missão secundária das FFAA e, por isso, não deve exceder as capacidades administrativas e técnicas normais dessa Forças, nem desviar sua atenção quanto ao desempenho de suas missões principais;
- d. Deve ser estimulada a máxima participação dos setores públicos e privados em atividades de Ação Cívica Militar;

- e. As FFAA não devem ser destinadas, de modo permanente, funções de caráter eminentemente civil;
- f. A realização de atividades de Ação Cívica Militar, em princípio, não deve constituir motivo de competição com atividades realizadas pelas empresas privadas;
- g. As atividades da Ação Cívica Militar devem ser preparadas e supervisionadas através dos canais regulamentares das FFAA;
- h. As FFAA não devem participar de atividades de Ação Cívica Militar que beneficiem unicamente a determinados indivíduos, grupos ou empresas.

7 — Planejamento e projetos

- a. Obter o esforço combinado e coordenado dos três setores: FFAA, poder público e iniciativa privada;
- b. Dedicar o planejamento global ao nível ministerial e os planejamentos setoriais a todas as organizações militares com capacidade de executar a Ação Cívica, estes últimos dentro das diretrizes dos escalões superiores;
- c. A elaboração de projetos de Ação Cívica Militar deve atender ao que se focalizou na definição e nos objetivos gerais, obedecendo resumidamente aos seguintes aspectos:
 - Contribuir para aumentar a boa imagem das FFAA;
 - Permitir a participação do pessoal civil e militar;
 - Satisfazer as aspirações populares, ao mesmo tempo que contribuir para melhorar suas condições de vida;
 - Evitar entrar as FFAA em composição com o setor privado;
 - Obter resultados visíveis, concretos e mensuráveis.

III — EXECUÇÃO (5)

— Vamos tentar enumerar, distinguindo para cada uma das nossas Forças Armadas, as tarefas que caracterizam a Ação Cívica Militar.

a. *Marinha*

1 — Hidrografia e Oceanografia

- Confecção das Cartas Náuticas do litoral, rios e lagos;
- Pesquisas e estudos oceanográficos;
- Observações meteorológicas;
- Meios principais: 1 NOC, 5 NHI, 2 CTE e Lanchas Hidrográficas;
- Segurança da navegação mercante com reflexos no barateamento dos fretes.

(5) Baseado no trabalho "Missões Complementares das FFAA" — dos Cel Av Roberto Julião Cavalcante e Lemos, Cel José Machado Belas, CMG Yves Murillo Cajaty Gonçalves e Cel Av Newton Vassalo da Silva — 1964.

2 — Balizamento e Sinalização Náutica

- Efetuado ao longo da costa e rios navegáveis;
- Avisos aos navegantes;
- Navios balizadores;
- Segurança da navegação mercante com reflexos no barateamento dos fretes.

3 — Auxílio à Pesca

- Elaboração das Cartas de Pesca;
- Incremento à pesca com atividade econômica.

4 — Transporte Marítimo

- Transporte de mercadoria de toda sorte;
- Transporte de combustíveis leves para pequenos portos;
- Manutenção de órgão jurídico-administrativo para julgar acidentes e fatos de navegação;
- Força de Transporte da Marinha;
- Diretoria de Portos e Costa — Tribunal Marítimo e rede do CP;
- Ação supletiva da Marinha Mercante particularmente nas ocasiões de crise.

5 — Polícia Naval

- Fiscalizar a aplicação da legislação e normas em vigor, referentes ao material e pessoal da Marinha Mercante através das Capitanias dos Portos;
- Colabora na melhoria do tráfego marítimo em obediência às normais legais.

6 — Patrulha Costeira

- Defender a fauna e flora marítimas;
- Orientar, apoiar e fiscalizar a pesca;
- Auxiliar a repressão ao contrabando e comércio ilícito de tóxicos;
- Missão do Serviço de Patrulha Costeira (SEPACO);
- Colaboração ao Serviço de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura.

7 — Socorro Marítimo

- Auxílio à navegação no evento de sinistros no mar, de qualquer natureza;
- Recursos dos DN, com 10 corvetas, 4 rebocadores e outros navios;
- Estimulo ao desenvolvimento do tráfego marítimo, pela proteção e salvaguarda à vida humana e bens materiais.

8 — Assistência Social

- Prestada, em todas as suas modalidades a todo o pessoal da MB e seus dependentes;

- Ambulatórios, Hospitais e Clínicas próprios e convênios com Instituições Especializadas;
- Valoriza o homem brasileiro.

9 — Atividades Industriais

- Construção naval, fabricação de material bélico, atendimento de reparos especializados e apoio ao parque industrial nacional;
- Arsenal Marinha Rio de Janeiro;
- Centro de Armamento da Marinha;
- Fábrica de Artilharia da Marinha;
- Fábrica de Torpedos da Marinha;
- Centro de Reparos Almirante Moraes Rego;
- Bases Navais (Belém, Natal, Recife e Salvador);
- Base Fluvial de Ladário;
- Estaleiro em Florianópolis;
- Colaboração para o desenvolvimento da indústria nacional.

b. Exército

1 — Alfabetização e Ensino Primário

- Alfabetização de constrictos;
- Ensino primário das Escolas Regimentais

2 — Ensino Secundário e Colegial

- Ministrado nos Colégios Militares com o propósito principal de assistência aos filhos de militares;
- Preparação de candidatos a AMAN na EPC.

3 — Ensino e Pesquisa Técnico-profissional e Científico

- Ensino profissional especializado em Escolas e Cursos de vários níveis;
- Formação de engenheiros e técnicos no IME (ETE e IMT);
- Pesquisa científica no IME e na DEPT.

4 — Educação da Juventude

- Educação física, moral e cívica nos quartéis, Escolas e Colégios Militares.

5 — Levantamentos Cartográficos

- Realização dos levantamentos, principalmente daqueles de interesse militar, através da DSG;
- Colaboração com o CNG e outras instituições interessadas.

6 — Construções Rodo-ferroviárias e Obras Hidráulicas

- Execução a cargo de Unidades Especializadas e Comissões Especiais, sob o controle da DVT;
- Colaboração com o DNEF, DNER, DNOCS e SUDENE.

7 — Apoio ao Desenvolvimento de Áreas Pioneiras ou Fronteiriças

- Estabelecimento de Colônias Militares e Unidades de Fronteiras em regiões pouco exploradas no país;
- Colaboração com o SPVEA, SNAPP, INPA, IAN, SESP, SPI, DNERu, Marinha, Aeronáutica e Governo dos Estados e Territórios.

8 — Atividades Industriais

- Aproveitamento do equipamento e da mão-de-obra ociosa do parque industrial do Exército em prol de atividades úteis ao desenvolvimento nacional;
- Formação de mão-de-obra especializada que é atraída para a indústria privada.

9 — Assistência Sanitária

- Em suas atividades normais, a rede de hospitais, ambulatórios e postos médicos presta constante assistência ao homem incorporado, restituindo-o à vida civil em melhores condições físicas;
- Além disso, o Exército presta assistência ao silvícola, distribui medicamentos, executa vacinação, transporta enfermos e combate endemias e epidemias.

10 — Assistência Social

- Prestada, em todas as suas modalidades a todo o pessoal do Exército e seus dependentes.
- Ambulatórios, Hospitais e Clínicas, próprios e convênios com Instituições Especializadas.
- Valoriza o homem brasileiro.

11 — Socorro em caso de Calamidade Pública

- Participa dessas ações humanitárias em todo o território nacional, tendo inclusive realizado grandes operações como na Sêca de 58 no NE, a ruptura de Orós em 60 e, recentemente, as inundações na Guanabara e Rio de Janeiro.

12 — Busca e Salvamento

- Trabalhos de busca e salvamento por via terrestre.

13 — Incentivo à criação de Equinos

- Melhoria das raças de equinos e muares através de estímulos diversos, inclusive mantendo 6 grandes coudelarias (S. Borja — Araucária — Campinas — Campos — Pouso Alegre — Campo Grande).

14 — Repressão ao Contrabando e ao Descaminho

- Subordinada a legislação específica, a colaboração do Exército nesse aspecto de natureza policial visa a suprir lacunas dos órgãos responsáveis — alguns desaparelhados em pessoal e material.

c. Aeronáutica**1 — Correio Aéreo Nacional**

- Manutenção de linhas aéreas nacionais e internacionais de passageiros e carga;
- Executado pelo COMTA com 2 Grupos de Transp (aviões C54 e C47) sediados no Rio e pela 1ª Zona Aérea, com sede em Belém para o CAN — AMAZ (aviões CA-10 Catalinas, C45 Beechcraft e C47 Douglas);
- Dispõe de:
 - 10 linhas internacionais
 - 29 linhas nacionais
 - 11 linhas na Amazônia
- Ajuda a integração nacional, presta assistência a guarnições e localidades distantes e faz intercâmbio com outras nações.

2 — Serviço de Proteção ao Vôo

- Oferece condições de segurança no ar para todas as aeronaves, indistintamente, militares e civis, nacionais e estrangeiras;
- Órgãos da Diretoria de Rotas Aéreas do Ministério da Aeronáutica;
- Controle de Tráfego Aéreo;
- Serviço Meteorológico;
- Serviço de Comunicações;
- Serviço de Busca e Salvamento;
- Diminuindo o risco de vôo, incrementa a utilização desse meio de transporte e reduz as taxas.

3 — Controle da Aviação Comercial e Desportiva

- Trata de todas as questões legais, técnicas e administrativas relativas à aeronavegação comercial e desportiva através da DAC;
- Exame das condições de segurança das aeronaves pela Diretoria de Material da Aeronáutica.

4 — Administração de Aeroportos

- Administra os aeroportos federais e Estações de Passageiros, situados junto às BAs.

5 — Construção de Aeródromos Cíveis

- Planejamento e construção dos aeródromos para o serviço público de aeronavegação;
- Organização executante;
- Diretoria de Engenharia da Aeronáutica;
- Várias localidades brasileiras têm no campo de pouso o único meio de transporte rápido e eficiente.

6 — Contrôles de Seleção e Aptidão dos Aeronavegantes

- Sob o ponto de vista físico, mental e psicológico;
- Órgão responsável: Instituto de Seleção e Contrôles da Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica.

7 — Ensino e Pesquisa Técnico-Profissional

- Atua no campo da educação e instrução técnica como escola de aperfeiçoamento profissional e moral;
- Os órgãos principais estão no CTA (Centro Técnico de Aeronáutica — São José dos Campos — composto do ITA e IPD (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento);
- Colabora na homologação de protótipos de aeronaves de fabricação nacional.

8 — Estímulo à Indústria Aeronáutica Privada

- A FAB como grande consumidora de componentes de aeronaves, para substituição, vem estimulando, progressivamente, através da Diretoria de Material da Aeronáutica a fabricação nacional de suprimentos de aviação;
- Principal indústria beneficiária: NEIVA (Botucatu — SP), fabricante dos aviões L6 e Regente.

9 — Assistência nas Calamidades Públicas

- Socorro às populações ameaçadas;
- Transporte de víveres, medicamentos e agasalhos; evacuação aeromédica; auxílio ao abastecimento dos grandes Centros urbanos (apesar do aspecto antieconômico).

10 — Patrulhas Aéreas Sanitárias Cíveis

- Convênio com o Ministério da Saúde para executar serviço de assistência especializada às regiões desprovidas de recursos médicos;
- A FAB na maioria dos casos dá somente o transporte para as equipes médicas.

11 — Aerofotogrametria

- Levantamentos aerofotogramétricos pelos vários órgãos oficiais;
- Tarefa realizada com os quadrimotores RB17 (Recife) e os bimotores RB15 (São Paulo).

12 — Repressão ao Contrabando

— Missões de reconhecimento marítimo para busca e localização de embarcações suspeitas; fiscalização da área aeroportuária.

13 — Assistência Social

- Prestada, em todas as suas modalidades a todo o pessoal da MB e seus dependentes;
- Ambulatórios, Hospitais e Clínicas próprios e convênios com Institutos Especializados;
- Valoriza o homem brasileiro.

IV — SUGESTÃO

Não há mais dúvida da importância da ação Cívica Militar dentro de uma nova conceituação de Segurança Nacional em que o homem seja, a um só tempo, o fim e o meio. Nela, as FFAA viriam a ser o mais precioso instrumento de desenvolvimento integral do homem brasileiro — e quando dizemos integral queremos significar o sentido místico e moral da vida de cada um de nós, simbiose de matéria e espírito, portanto com exigências tanto no plano físico como no metafísico.

Para atestar o valor da contribuição que as FFAA podem prestar neste mister, no âmbito interno, vale recordar as declarações do MA-RECHAL COSTA E SILVA, nesta Capital:

“A convocação de todas as forças, socorrendo-me desde logo, a boa vontade e o espírito de cooperação das FFAA, que poderão, sem dúvida, facilitar a utilização de suas instalações como o espaço escolar, promover a distribuição de material e até de mestres. Dada a amplitude de ação das FFAA e a sua dimensão por todo o nosso território, será possível desenvolver uma ação inteligente e eficaz numa campanha de envergadura nacional e em favor da educação do povo. Este belo e generoso esforço se inscreverá apropriadamente num grande plano de desenvolvimento geral do país, o qual se insere, por sua vez, no elenco dos pressupostos da Segurança Nacional.”

E, para provar que tal conceito é reconhecido modernamente por quase todos os países americanos basta citar, como exemplo, a incisiva frase do GENERAL ONGANIA, Chefe de Estado da República

Uruguai:

“sem diminuir sua capacidade militar, sem concorrer com a atividade civil particular, levar as forças armadas a colaborar decisivamente nas obras de bem-estar público, em tarefas educacionais, vocacionais, técnicas, fazendo a sua contribuição ao patrimônio cultural do país, pressupõe ligá-las, intimamente,

aos interesses e ideais da sociedade, para promover harmonia e benefícios mútuos, em um ordenado espírito de cooperação, procurando fazer que a comunidade sinta a necessidade da existência das instituições militares, como parte de sua própria sobrevivência." (6)

Não passou despercebida a relevância do assunto ao atual Ministro do Exército, Gen LYRA TAVARES, em cujo discurso de posse, pronunciado dia 16 Mar 67, inseriu os seguintes trechos:

"Nesse entendimento mais realístico e mais amplo do problema nacional, cumpre-nos atender às necessidades do Exército, como Força Armada que tem de estar em condições de bem cumprir a sua missão constitucional, inclusive os compromissos do Brasil no campo internacional, aproveitando, complementarmente, a sua comprovada capacidade para participar dos programas de desenvolvimento, em missões compatíveis e relacionadas com as suas atividades de tempo de paz, além de benéficas para o seu prestígio, para a sua Instrução e para a sua eventual mobilização."

"Nesse emprêgo complementar a ampliar-se com a transferência da Capital e os programas novos de desenvolvimento regional, o quartel tem uma grande missão a cumprir, no campo social, no setor da educação e da saúde, na preservação da Segurança Interna, nos trabalhos de engenharia e em outros aspectos das atividades da vida da Nação, sem qualquer dúvida condicionantes do problema da Segurança Nacional." (7)

O que falta fazer?

Pensamos de início que deve haver Planos Permanentes de Ação Cívica Militar para cada um dos níveis: Ministerial, Exército, Região Militar, Grande Unidade e, finalmente, Organização Militar. Dêsses Planos seriam deduzidos os Programas de Ação Cívica Militar para regular a efetivação das intenções planejadas no tempo e com os recursos disponíveis.

No âmbito regional, que nos cabe mais propriamente explorar, diríamos que não havendo missões específicas dadas pelos escalões superiores, deveriam ser as mesmas deduzidas com as respectivas ações correspondentes.

Isto pôsto, poderíamos passar à elaboração dos Programas de Ação Cívica Militar com a designação da missão de cada um dos executantes.

Todo o trabalho deveria ser feito dentro da DOUTRINA aqui ventilada, que é a aceita pelos países americanos inclusive o Brasil.

(6) Citação in "Exército — Fator de integração nacional" — Conferência pronunciada, no dia 3 Nov 66, pelo Cel OTÁVIO COSTA, do Exército Brasileiro na VII Conferência dos Exércitos Americanos, realizada em Buenos Aires — Edição da CDRPE.

(7) "NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO", N. 2.350, de 18 Mar 67.

O difícil será conciliar o interesse profissional de manter as O M aptas, cada vez mais, a cumprirem sua missão principal e o da ênfase que se pretende dar neste estudo a uma de suas missões secundárias. Por êste motivo, buscamos encontrar uma solução consentânea com as atividades das tropas operacionais da 6ª RM. Julgamos que será possível estudar a combinação de Exercícios de Longa Duração, com tropa no terreno e dentro do quadro técnico da Guerra Revolucionária, com a plena execução de missões de Ação Cívica Militar.

Justificamos a idéia: O nordestino do interior é carente de tantos recursos, sujeito a tantos males e necessitando de tanto apoio moral que fácil seria identificar uma forma de ajudá-lo, de socorrê-lo, de apoiá-lo física e moralmente.

Assim, entre muitos outros assuntos, enumeramos alguns que poderiam ser objeto de uma ação paralela e impositiva a ser desempenhada concomitantemente com a de caráter tático ou de combate:

a — *Trabalhos*

- 1 — Assistência Clínica Médico-Odontológica e Sanitária, Distribuição de Medicamentos, Vacinação, Cadastro Torácico, Exames Sorológicos de Sangue, Exames Ginecológicos e Exames de Fezes;
- 2 — Levantamento das condições de habitação e indicação da melhoria das mesmas;
- 3 — Levantamento de escolas e templos, dados de movimento, identificação de sua influência;
- 4 — Ensino de um método de construção de fossas e latrinas higiênicas.

b — *Palestras*

- 1 — Noções de Nutricionismo
- 2 — Educação sexual e prevenção venérea
- 3 — Exame e tratamento pré-natal
- 4 — Esclarecimento sobre Parto e 1ª Infância
- 5 — Combate aos transmissores das endemias
- 6 — Noções de agricultura e pecuária
- 7 — Higiene e primeiros socorros
- 8 — Problema da água
- 9 — Espírito de Família
- 10 — Valores espirituais e morais do homem
- 11 — Educação dos filhos
- 12 — Orçamento doméstico
- 13 — Noções de História Pátria
- 14 — Noções de Geografia do Brasil
- 15 — Direitos e deveres cívicos do cidadão
- 16 — Sentido da democracia

Teríamos, assim, empenhado o combatente e o pessoal dos serviços em tarefa não muito longe da realidade da Guerra Revolucionária, qual a de conquistar a simpatia da população que poderia estar sendo minada ou já comprometida com a ação inimiga.

V — CONCLUSÃO

O Cel OTAVIO COSTA, integrante da representação nacional na VII Conferência dos Exércitos Americanos, realizada em Nov 66 em Buenos Aires assim se pronunciou diante das delegações de 16 países e observadores de 2, e da Junta Interamericana de Defesa:

"Nesta hora de mutação sócio-econômica; quando as nações não desenvolvidas sentem o desafio da ascensão; quando já se vislumbram as conseqüências da explosão demográfica; quando a Igreja renega o conservadorismo e se coloca à frente dos tempos; quando as nações democráticas — ainda não consolidadas — sentem a sofrida transição da liberal-democracia para a democracia social; e quando o comunismo aperta o cerco da agressão e da violência, é mister que o Exército e a sociedade se identifiquem e se unam.

Nesta hora o dever dos nossos exércitos é o de serem, mais do que nunca, os fatores da integração nacional. E o de colocarmos todo o seu potencial de força e de idealismo a serviço da eliminação da injustiça social e do desenvolvimento dos nossos povos, dentro da democracia e da liberdade.

Naquele evento, citou o referido oficial trecho de coragem e depoimento do senador ROBERT KENNEDY que aqui repetimos:

"Nos lugares por onde passei, vi um hemisfério em movimento — países férteis em novas idéias e planos, expectativas e reivindicações. Os velhos rumos estão se curvando ante as pressões inexoráveis dos povos há muito premidos, que agora exigem uma justa participação nas ilimitadas possibilidades de nossa era. Eles querem progresso econômico, alimento para seu corpo, educação para sua mente, trabalho produtivo para suas mãos, e a perspectiva de uma vida cada vez melhor para seus filhos e para as gerações futuras. E isso é o que eles desejam. E essas coisas é que eles hão de ter.

Exigem justiça social — terra para os que não a têm, oportunidade para os premidos, o fim ao privilégio injusto, e a fuga da responsabilidade pelos afortunados e pelos ricos. E isso é o que eles desejam. E essas coisas eles também as terão.

Se a democracia não pode fazer uma revolução, então ela é que será a vítima da revolução. Pois a mudança é tudo o que é certo." (6)

Urge, pois, que nossas Forças Armadas compreendam desde já essa advertência e façam da Ação Cívica Militar o elo de ligação entre a Política de Segurança Nacional e a Política de Desenvolvimento Econômico e Social, não permitindo que elas jamais se separem para conseguir, com maior brevidade e garantia, a conquista das justas aspirações nacionais!

(Palestra realizada, como instrução de oficiais, no QG da 6ª RM, no dia 27 Abr 67.)

ATIRE CERTEIRO — ATIRE RÁPIDO — ATIRE LONGE

A ACEITAÇÃO CEGA DO "STATUS QUO" É SINTOMA DE PREGUIÇA OU FALTA DE INTELIGÊNCIA

Cap Inf

AUGUSTO BARBOSA FREGAPANI

Somos dos que consideram o tiro a instrução mais importante para o soldado.

Sabemos que seremos refutados nesta afirmativa pelos que dizem o mais importante ser a instrução moral, ou até mesmo o moral ser o único ponto essencial, sendo os outros acessórios embora importantes.

Vejamos então até que ponto o tiro pode influir no moral.

Imaginemos que o leitor, excelente atirador é um soldado em combate, e que junto haja outro soldado que não acerte no alvo a 30 m com a arma apoiada.

Ambos igualmente corajosos, mas na hora do ataque inimigo o leitor saberá que sua segurança está em atingir o inimigo e o seu companheiro que não acerta nada provavelmente se abrigará, e se fizer fogo será para cima estrondosamente mas sem efeito.

Poderíamos imaginar exemplos semelhantes em quase todas as situações de combate, a ponto de nos convencermos que o atirar bem é tão importante para o moral como uma causa, patriotismo ou mesmo companheirismo.

Para atirar bem, é indispensável boa posição e empunhadura, linhas de mira e visada corretas e premir suavemente o gatilho.

O campeão de tiro, Ten-Cel Amaury Rocha, afirma que todos os pontos são bem conhecidos e assimilados, menos o premir suavemente o gatilho que é a parte mais difícil da operação, e para o conseguir devemos treinar em seco, isto é, sem cartucho na câmara por inúmeras vezes até nos acostumarmos a evitar a gatilhada que é o desvio momentâneo do cano no momento exato da deflagração.

Experimente o leitor, a revista pode esperar. Apanhe sua arma, certifique-se que está descarregada, escolha um alvo e aponte com

os olhos fechados procurando a posição mais cômoda, abra os olhos e corrija a pontaria movendo o corpo, sem mudar o ângulo do braço.

Descanse a arma, feche novamente os olhos e aponte de novo na posição mais cômoda se ao abrir os olhos a pontaria fôr correta, a posição é ideal.

Agora inicie a apertar o gatilho suavemente, se não está acostumado ao tiro observará um desvio no momento exato que o cão escapa da armadilha.

É este desvio que devemos eliminar praticando o tiro em seco, única ação que pode realmente nos ensinar a atirar bem.

Por vezes técnicos em armamento desaconselham o tiro em seco por ser prejudicial a arma, mas o tiro real também o é.

Além do mais todos os atiradores de escol praticam o tiro em seco com suas armas, sem dúvida muito melhor cuidadas que as de nossas tropas.

Entretanto é indispensável o tiro real para constar os efeitos, mas de modo que fazemos na tropa somente acostumamos o homem usar a arma, sem resultados positivos.

Resumimos em queimar munição e registrar, pois o instruendo não sabe onde seus tiros atingiram nem o que fazer para corrigir.

Poderíamos, com economia de tempo e munição, usar o seguinte processo:

1º — Ensinar a posição e o premir do gatilho.

2º — Atirar visando sempre um mesmo ponto, para o tiro a 30 metros, o instrutor verifica o grupamento — 5 tiros devendo ser repetido até o instrutor poder corrigir a pontaria na massa de mira — posição: deitado arma livre.

3º — Corrigido o desvio na massa de mira, outros 5 tiros para constatar se o tiro está ajustado, se não estiver, fazer nova correção e constatar novamente. Posição: deitado arma livre.

4º — 10 — Tiros a 200 m no alvo internacional de 10 zonas.

Fazer marcação visível para cada tiro. É isto o que os tornará bons atiradores e pode ser repetido por duas vezes nos atiradores comuns, e nos que se revelarem mais aptos — (média de 7 para cima) quantas vezes permitir a munição e o tempo disponíveis pois o aprimoramento será contínuo em lugar do nosso atual queimar munição e registrar. Posição deitado arma livre.

5º — Tiro a 200 m no alvo internacional de 10 zonas rápido tipo pentatlo.

6º — Tiro instintivo — a 20 m de pé em silhueta de 3 seg. 5 tiros.

7º — Para os que revelarem boa aptidão ao tiro de precisão, aumentam-se as distâncias gradativamente até o máximo que o Stand permitir. É importantíssimo fazer a marcação tiro a tiro de forma visível para o atirador. A moderna marcação de competição dá excelentes resultados. Alvo internacional de 10 zonas.

Esta espécie de tiro deve ser reservada aos que demonstrarem mais aptidão, e sempre entre os soldados fuzileiros. É da maior utilidade em combate sendo impressionantes as relações de baixas causadas nas guerras por este tipo de caçador. Entretanto consideramos um desperdício empregá-lo em funções de retaguarda ou em outras armas que não Infantaria e Cavalaria.

Estes métodos já foram testados por nós nas frações que comandamos, com grande sucesso.

Organizemos sempre que possível competições entre os soldados depois de realizado este programa, para acostumar o soldado a se concentrar no tiro e esquecer as tensões.

O fogo é o que decide as batalhas e para o soldado de infantaria somente tem interesse o tiro instintivo, o de precisão a grandes distâncias.

O objetivo do treinamento é o domínio do inimigo. Se a instrução de paz não for realística não terá valor na guerra. Quem tentar iludir-se está fadado ao insucesso.

Não desanimemos por não possuir as melhores armas do mundo, elas somente obedecem ao homem que as maneja.

O ataque fulminante produzido pelo apetite voraz de vencer e pela autoconfiança dos bons atiradores decidirá, talvez antes do primeiro tiro, o desfecho da luta, fazendo vencedor o lado dos campeões.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna.

MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

NOSSO APELO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e no-las remeta. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DO USO DO PRIMEIRO TANQUE DE GUERRA

O PROBLEMA DE TANQUES NO BRASIL

JOSEF SOUCEK

Em 1966 comemorou-se 50 anos da data da fabricação e uso do primeiro carro de combate blindado (tanque). A produção em série desses veículos de combate iniciou-se em fevereiro de 1916, depois da demonstração coroada de êxito feita para os senhores Lord Kitchener, Loyd George e Belfour.

A 1 de julho de 1916 teve início a grande batalha de Somme sendo que após seis semanas chegaram à França os primeiros 30 carros de combate e até 30 de agosto chegaram em pequenas quantidades outros tanques, completando duas companhias que estavam destinadas a tomar parte na batalha de 15 de agosto. O período de treinamento para o manejo e conhecimento operacional desses tanques deu-se na cidade de Yvrench, num prazo muito curto. Existiam 50 carros para a ativa e 10 na reserva.

A 10 de setembro as duas companhias "C" e "D" iniciavam o avanço sendo que nesta mesma época chegava à França a companhia "A" a qual já não poderia acompanhar as duas companhias que a antecederam.

Sendo a primeira vez que se empregavam em batalhas esses tanques, não havia ainda uma maneira explícita para usá-los e como o Supremo Comando requisitava-os com urgência, a falta de prática no uso desses veículos resultou, no seu emprego em pequenos grupos sendo que o treino para manejo dos mesmos foi em tempo reduzidíssimo e inadequado, faltando ainda totalmente o entrosamento do uso dos tanques com a infantaria.

As dúvidas no emprego dos tanques se davam da seguinte maneira:

Se os mesmos fossem lançados em primeiro lugar, sendo seguidos após algum tempo pela infantaria, a barragem de fogo do inimigo atingiria a infantaria ou, se a infantaria fosse lançada ao ataque antes dos tanques atingindo o objetivo em primeiro lugar, seria nula a intervenção desses veículos.

Finalmente foi decidido que o ataque dos tanques deveria ser planejado para que estes atingissem o objetivo com uma antecedência de 5 mi-

nutos da infantaria. Foi, também, decidido que os objetivos a serem destruídos pelos tanques seriam aqueles que maiores dificuldades pusessem para o avanço da infantaria.

A relação de material que cada tanque possuía era considerável: nesta primeira batalha cada carro levava as seguintes rações e armamento (reserva): 16 pães e, mais ou menos, 30 latas de diversas rações. O equipamento incluía ainda, uma metralhadora Vickers de reserva e quatro canos de reserva para esta mesma metralhadora, um cano de reserva para metralhadora Hotchkiss, duas caixas de munição para revólver, 32.000 balas para as metralhadoras, um telefone, 100 metros de cabo, lâmpada para sinalização, três bandeirinhas, também, para sinalização, dois alicates de corte para arame, um tambor, combustível de reserva, um tambor de óleo para cardan, dois baldes de graxa e três latas com água e mais objetos pessoais dos oito tripulantes, sobrando ainda um pequeno espaço livre para que os mesmos pudessem movimentar-se.

Na primeira ação, os carros foram empregados individualmente, pois foram distribuídos entre as várias divisões de infantaria.

Dos 49 carros preparados para a operação, somente 32 atingiram os pontos de partida; desses, 9 sofreram avaria, 5 atolaram no barro, 9 atrasaram-se sendo ultrapassados pela infantaria mas, ainda assim, conseguiram emudecer importantes pontos de resistência e os 9 restantes conseguiram chegar ao objetivo antes da infantaria causando pesadas baixas na infantaria inimiga.

O resultado do emprêgo desses carros não foi impressionante mas os que conseguiram batalhar com o inimigo atuaram sobre o mesmo com um efeito psicológico enorme, sendo que muitos soldados alemães perderam o controle de seus nervos e fugiram antes que os tanques chegassem a distância de tiro.

Destacaram-se nesta batalha três tanques da companhia "D" a qual liderou o ataque da divisão inglesa e neolandesa no ponto forte de Flers.

Um desses carros passou pelas ruas da aldeia seguido por grupos de infantaria, sendo este fato comentado pela reportagem inglesa com a seguinte frase: "A tank is working up the High Street of Flers with the British Army cheering behind" (um tanque anda pela "High Street" de Flers, seguido pela infantaria inglesa com grande júbilo).

Os jornais da época tinham razão ao descrever essa ocasião como um acontecimento dramático. Bem poucos acreditavam estar assistindo à criação de uma nova arma que mudaria a feição das guerras.

A organização e emprêgo dos carros de combate britânicos na continuação da primeira guerra mundial foi orientada pelo excelente militar, Major J. F. C. Fuller.

DADOS TÉCNICOS DOS CC USADOS NA 1ª GUERRA MUNDIAL

Nome	Pêso Toneladas	Dimensões Comp. Larg. Alt.	Chapa mm	Motor HP	Velocidade KM/h	Percorso Km	Tripu- lantes	Armamento	Produzidos	Observações
Inglaterra										
Mark I-IV (Male)	28	8.05 4.37 2.45	12	105/125	6	37/56	8	2 K=57 mm 4 M= 7.7 mm	I-75 II-50 III-50 IV-420	Usados pela primeira vez em 15-9-1916
Mark I-IV (Female)	27	8.05 4.26 2.45	12	105/125	6	37/56	8	5-6 M. de 7.7 mm	I-75 II- III- IV-595	
Whippet	14	6.1 2.62 2.74	14	2 x 45	13	129	3	4 M= 7.7 mm		Usados pela primeira vez em março de 1918.
Medium C	19 ½	7.87 2.70 2.93	14	150	13	120	4	4 M= 7.7 mm	36	Produzidos depois de junho de 1918
Mark V (Male) ..	29	8.05 4.11 2.64	14	150	7.4	72	8	2 K=57 mm	200	Usados depois de junho de 1918
Mark V (Female)	28	8.05 3.20 2.64	14	150	7.4	72	8	6 M= 7.7 mm	200	Usados depois de junho de 1918
França										
Schneider M 16 ..	13.5	6.01 2.12 2.38	24	70	8	60	6.7	1 K=75 mm	340	Usados depois de dezembro de 1917
CA-Char D'Assault								2 M= 8 mm		
Char D'Assault ..	23	7.91 2.67 2.34	17	90	8	60	9	1 K=75 mm	400	Usados depois de fevereiro de 1917
St. Chamond M.16								4 M= 8 mm		
Char Légère										
Renault 1917-18 ..	6.7	4.88 1.74 2.14	22	39	8	60	2	1 K=37 mm		No fim da guerra, tinha 27 BN na França
Alemanha										
A 7 V	32	7.35 3.06 3.30	30	2 x 100	9	35	18	1 K=57 mm	20	21-3-1918, usado perto de St. Quentin
L K II	8.5	5.06 1.95 2.50	14	55	16	70	3	6 M= 7.92 mm		
								1 K=57 mm	2	Pronto no fim da guerra
								2 M= 7.92 mm		
K	150	12.7 6.0 3.0	30	2 x 650	7.5	25	22	4 K=77 mm	2	Pronto no fim da guerra
								7 M= 7.92 mm		

K = Canhão; M = Metralhadora.

O PROBLEMA DOS TANQUES NO BRASIL

O Brasil, sendo um dos maiores países, tendo indústria pesada e automobilística bem avançada, deveria produzir veículos militares para o próprio exército e para exportar para outros países da América do Sul.

Quanto tempo leva para se produzir um protótipo de um tanque? Isto depende de muitos fatores mas para se ter uma idéia, relacionamos abaixo os tempos necessários para se fabricar um tanque de tipos vários, de vários países e em vários tempos:

Inglaterra	Mark I	6 meses	—	1916
	Chieftain	5 anos	—	1956
Alemanha	A 7 V	2 anos	—	1918
	Pzkwf	6 anos	—	1939
	Leopar	7 anos	—	1965
França	Schneider			
	N 16 CA	1 ano	—	1917
	Char AMX 30	6 anos	—	1963
Suécia	Sfrv 103	7 anos	—	1964
Suíça	Pz 61	10 anos	—	1964
	35 toneladas			
URSS	T-62	19 anos	—	1963
CSR.	LT — 38	5 anos	—	1938
	9,7 toneladas	— na sua época (1938) era o carro de combate mais perfeito do mundo e superior a todos os outros da mesma categoria.		
USA	M 1	5 anos	—	1925
	21,6 toneladas			
	M 3 Stuart	2 anos	—	1942
	M 4 Sherman	2 anos	—	1942
	T 95	10 anos	—	em teste

Como se pode verificar, os primeiros tanques foram produzidos em curto espaço de tempo e os datados da 2ª guerra ou após, com tempo de construção maior. A explicação dessas diferenças de tempo é muito simples, pois a produção em 1916 até 1918 foi bem mais simples, conforme as exigências gerais da época para a indústria automobilística.

Hoje a produção maciça requer um planejamento extenso e bastante demorado:

Quais são as condições necessárias para um tanque brasileiro para o nosso exército e possível exportação para outros países da América do Sul?

- 1 — PÊSO — A maioria dos exércitos depois da 2ª guerra mundial chegaram à conclusão que a necessidade estava justamente entre os pequenos tanques de três toneladas e os pesados de 60 toneladas, sendo que hoje os mais aprovados são os médios aqueles que vão de 30-40 toneladas.

Tendo em vista as considerações acima, o tanque brasileiro deveria ter peso máximo de 30 toneladas (devido à deficiência da estrutura de pontes e transporte ferroviário).

O Brasil deveria ainda fabricar um tanque leve de peso aproximado de 10 toneladas pois o mesmo poderia ser aerotransportado (exemplo: AMX-13, de 15 toneladas).

- 2 — MOTOR — Os tanques russos e japoneses usam motores diesel; os alemães, americanos e ingleses, motores a gasolina (e recentemente "Multi-Fuel Engines"). A proporção entre o peso e HB aumentou consideravelmente em geral e nos últimos tipos. Os tanques empregados na 2ª guerra mundial, tal como o Sherman (USA), tinham 13,4 HP, por cada tonelada de peso. O T-34 (URSS) 17,8 HP, sendo que agora o T-95 (USA) tem 28 HP. O T-54 (URSS) somente 14,4 HP. O AMX-30 (França) tem 21,1 HP. O Leopard (Alemanha) tem 21,0 HP por cada tonelada de peso.

As potências totais dos motores dos tanques médios acima citados estão entre 500 e 1.000 HP.

- 3 — ARMAMENTO — Os canhões para tanques médios mais usados são os de calibre que vai de 90 a 110 mm, sendo que um dos mais usados é o canhão inglês de 105 mm usado também em vários outros países para os seus tanques, tais como o Leopard, alemão e o M-68 americano. A proporção entre o calibre e o comprimento do cano é atualmente de 10,5/51 ou 10,0/54.

A munição a ser usada é especialmente a tipo HL granadas que têm a mesma penetração em qualquer distância; por exemplo, o canhão de 10,5 cm de AMX-30 consegue penetrar qualquer blindagem de 400 mm de espessura, numa distância de 500 a 2.500 metros, sendo a velocidade de projétil mais ou menos 900-1.200 m, por segundo.

Parte importante para os tanques é o equipamento de controle direcional de fogo de canhão pois, assim, há possibilidade de uso do mesmo à noite e durante nevoeiro.

Os tanques, no futuro, terão definitivamente, foguetes, como arma principal.

Os carros de combate britânicos "Hoerneck" usam hoje foguetes pesados, sendo um deles o "Malkara".

Os americanos usam raqueta "Hillalagh" por meio de canhão de 152 mm. Essa raqueta pode penetrar qualquer espessura de blindagem.

O mais novo lançamento e uso de canhão para tanque é o apresentado no carro sueco STRV 103 "S" que não tem a torre, sendo o canhão de 105 mm controlado diretamente pelo motorista. Esse canhão é completamente automático não precisando de remuniador; com esse lançamento foi possível se reduzir a altura do tanque para 2,34 m.

a — Metralhadoras — paralelamente ao canhão instalado na torre giratória, há a necessidade de se ter uma metralhadora com munição para ajuste de tiro caso o aparelho de medição de distância não esteja funcionando.

Ainda na torre pode existir outra metralhadora antiaérea.

b — Gerador de neblina — Além das granadas especiais de neblina artificial usadas para lançamento pelo canhão do tanque, devem existir, do lado exterior da torre, geradores de neblina sendo porém de curto alcance para cortina protetora de neblina artificial (mais ou menos 4 geradores de cada lado da torre).

c — Lança-chamas — usados para operação especial, os tanques devem ter possibilidade de adaptar armamentos especiais, sendo um deles o lança-chamas o qual foi usado por quase todos os exércitos (Flammpanzer II D e E-1940; Flammpanzer III e Flammpanzer 38 da Alemanha; Churchill-Crocodile da Grã-Bretanha; Carro Veloce 33 da Itália; T-34 C da URSS).

4 — PROTEÇÃO — Hoje em dia a blindagem não é somente a única preocupação para proteger os tripulantes. O carro de combate deve, ainda, protegê-los contra a guerra química e atômica. A proteção contra essas duas modernas modalidades de guerra pode ser individual ou coletiva. Em caso de proteção individual precisa-se levar em conta a necessidade de maior espaço devendo-se reduzir o número de tripulantes para o real mínimo.

Estas são algumas das muitas considerações gerais para o planejamento de protótipos de carro de combate nacional. Algumas firmas estabelecidas com indústria e comércio e artigos de borracha já estão testando a fabricação de patins para carros de combate.

A Novatração Artefatos de Borracha S.A. já executou vários serviços para o Exército nacional e está apta a fabricar rodas de apoio, lagartas e patins compactos ou desmontáveis, sendo esses últimos patenteados pela Novatração.

TRANSPORTES NO GEF

Maj P. MARCOS

1. Um dos problemas mais sérios com que se defronta o comando do GEF é, sem dúvida nenhuma, o de suprir, ou ver realizado por outros órgãos o suprimento, das suas guarnições de fronteira.

Se atentarmos para: as distâncias de Manaus aos vários pontos onde estão localizados os elementos (Pelotões e Companhias), a precariedade dos meios de transporte e a natureza da carga a transportar (a mais variada possível), verificamos o quanto de trabalho é consumido, pelos vários escalões que se empenham em manter seus irmãos da fronteira com um mínimo de conforto condizente com a dignidade própria e da relevante função que desempenham.

2. No estágio atual em que se encontram as vias de transporte na Amazônia, os meios a utilizar para aquele mister são o aéreo e o fluvial. O suprimento via aérea é realizado com as restrições impostas pelo peso e natureza da carga, pelas condições meteorológicas em certos casos e pela disponibilidade de aviões que, integrando a frota da 1ª Zona Aérea e devendo cumprir um programa consubstanciado nas LP (linhas de penetração), às vezes, não podem apresentar a desejável coincidência entre os interesses do GEF e os próprios. Exemplo: carga para Estirão e a LP a sair é para CUCUI.

Resta pois a utilização dos meios de transportes fluviais como capazes de propiciar o suprimento, levando qualquer tipo de carga, independente das condições atmosféricas e podendo ser diretamente acionados pelo GEF. É verdade que esses meios sofrem as restrições de maior tempo de percurso e também do regime de águas em certas épocas do ano que dificultam a navegação.

A rede hidrográfica, que juntamente com a cobertura florestal caracteriza e dá "individualidade sem símile" à região, é das mais importantes do mundo chegando quase aos 40.000 quilômetros de vias navegáveis.

O eixo principal dessa rede que é o Rio Amazonas (Solimões) tem uma extensão navegável, por navios de grande calado, de Belém até Iquitos no Peru, que atinge a 3.830 quilômetros.

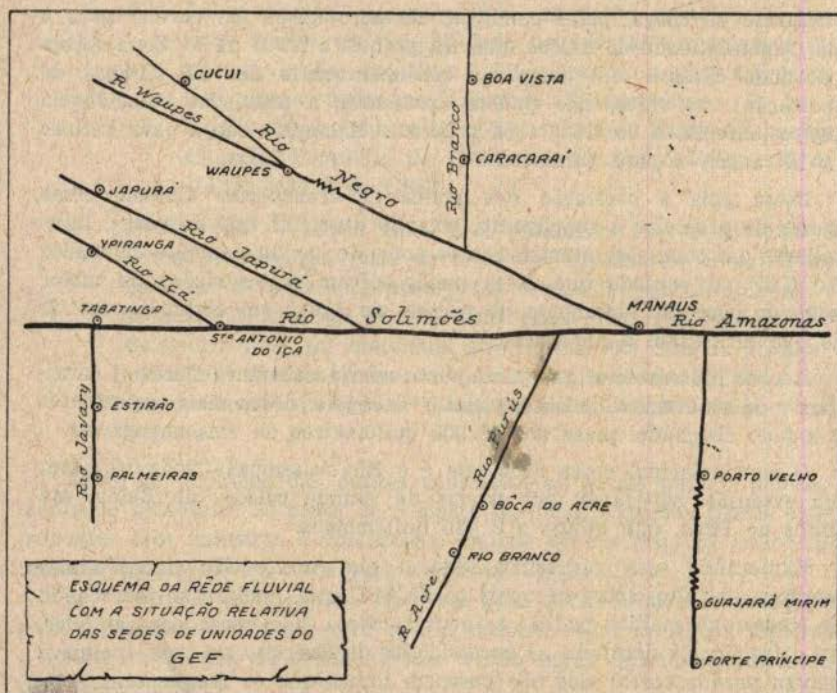
Explorando essa vastíssima rede o que vemos são pouquíssimas empresas de vulto, entre as quais os SNAPP que, embora se esforçando por manter no melhor padrão os seus serviços, não conseguem atender, com a frequência desejada, as necessidades do Exército na área, inclusive também porque certos rios não possuem linhas que os frequentem.

3. Vejamos qual a situação das unidades (Pelotões e Companhias) do GEF nessa região. A tábua seguinte nos indica as distâncias aproximadas de alguns desses pontos em relação a Manaus, sede do comando do GEF e de onde parte grande quantidade do suprimento necessário à vida daquelas guarnições. Para possibilitar uma comparação, colocamos também algumas distâncias do Rio de Janeiro a outros portos de nosso país.

TABUA DE DISTANCIAS EM MILHAS NAUTICAS

DE MANAUS A		DO RIO DE JANEIRO A	
Cucuí	880	Aracaju	877
Tabatinga	823	Florianópolis (ida e volta)	836
Japurá	780	Pelotas	775
Pôrto Velho	694	Contas (BA)	673

O esquema abaixo dá a idéia da situação relativa das sedes de Unidades do GEF.



Antes de prosseguirmos dando conta de como o GEF procura resolver esse problema, diremos algo sobre as principais dificuldades de navegação no sistema. Apontaremos inicialmente os rios da margem norte do Solimões. O Rio Negro, em Waupés, possui corredeiras que, em certa época do ano, obrigam à descarga das embarcações e conseqüente transporte da carga por terra até a montante da localidade, em uma distância de cerca de 30 quilômetros, além da penosa subida das embarcações, de arrasto, corredeira acima.

No Rio Branco também a navegação a montante de Caracará só é viável até Boa Vista na época das cheias pois os baixios de areia ocupam quase toda a largura do leito. Aí existe, ligando Caracará a Boa Vista, uma estrada de rodagem, vital para o Território de Roraima, que mereceu e ainda merece a atenção do Governo Federal que possui uma equipe do DNER trabalhando nela.

Ao sul do Rio Solimões-Amazonas há sobre o Madeira-Mamoré, a montante de Pôrto Velho, uma larga zona de corredeiras que obrigou, como todos sabem, à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que liga aquele pôrto a Guajará-Mirim.

O acesso a Rio Branco, no Acre, em certa época do ano também é enormemente dificultada pois, a partir de Bôca do Acre, a navegação só é permitida a embarcações leves e de muito pequeno calado.

Cumprе observar que a necessidade de práticos, homens que conheçam profundamente a região e a navegação naqueles rios, é imprescindível e, felizmente, o GEF os possui. Nenhuma, e repetimos, *nenhuma* das embarcações do GEF leva práticos ou tripulantes estranhos aos seus quadros. *Todos são militares do Exército.*

4. A idéia do comando do GEF era, até o início de 1967, a de organizar linhas próprias e regulares para as unidades subordinadas pois as experiências colhidas até então com o transporte efetuado por outras entidades civis ou militares, deixou sempre muito a desejar. Tais falhas, enfrentadas pelo GEF, decorreram de fatores os mais diversos dentre os quais podemos citar, como exemplo, os seguintes: inadequabilidade da embarcação utilizada (grande calado, deficiência de manobra), pouco conhecimento das condições de navegabilidade em certos rios, isenção de responsabilidade para com a carga transportada, descumprimento de prazos para a entrega da carga, fretes elevados, etc...

Por tudo isso pensava o comando do GEF, baseado na experiência que a GU possuía, realizar as seguintes linhas:

Manaus — Caracará — Boa Vista

Manaus — Waupés — Cacuí

Manaus — Japurá

Manaus — Tabatinga

Manaus — Pôrto Velho

Manaus — Bôca do Acre — Rio Branco

Quanto às duas primeiras, consoante as condições de navegabilidade iriam: até Caracará e daí o suprimento seguiria em viatura para Boa Vista e a outra iria até Waupés e daí outra lancha, do Pelotão de Cucuí, transportaria a carga, que cruzasse por terra as corredeiras, para a Unidade.

A linha Manaus — Japurá já vem funcionando, com ótimos resultados, há alguns meses.

A linha Manaus — Tabatinga seria uma linha tronco que levaria carga também para Ypiranga mediante transbordo, para a lancha do Pelotão de Ypiranga, em Tabatinga, para as lanchas dos pelotões dessas localidades (ver esquema).

É lógico que para que tôdas as linhas funcionem a pleno as lanchas terão que estar em boas condições de funcionamento o que vêm sendo conseguido com enorme sacrifício, pois o GEF não dispõe de um serviço de manutenção desenvolvido e especializado no ramo. A dedicação do pessoal do Setor Fluvial ao do Pelotão Manutenção faz o que é humanamente possível; o restante é feito pela aplicação correta das verbas para manutenção que, no caso em tela, têm que ser substancialmente reforçadas pelas Economias Administrativas da GU e outros expedientes, a fim de atender aos reclamos de tão importante e vital atividade.

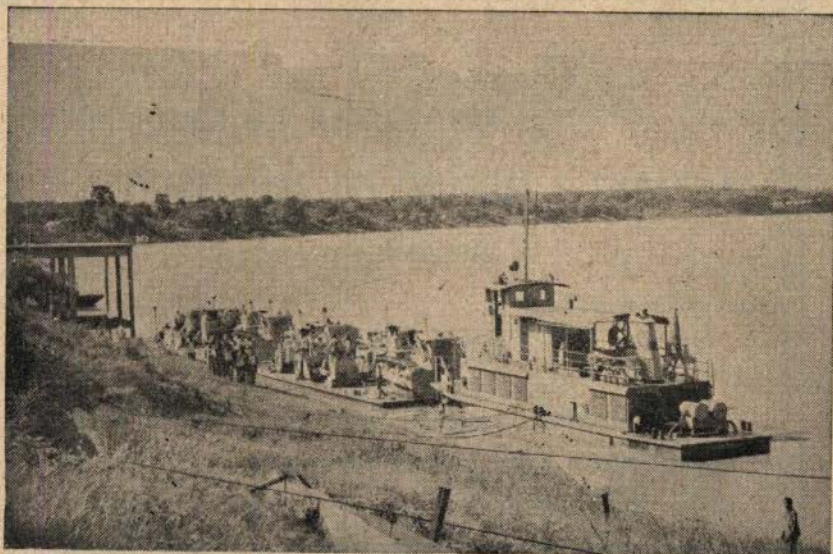
Daremos agora alguns exemplos de carga transportada pelas embarcações do GEP: móveis, gêneros de primeira necessidade, óleo combustível e gasolina, geladeiras, armamento e munição, material de construção (de uma feita 30.000 tijolos para Palmeiras), máquinas de teraplenagem, etc...

A prova do muito que o GEP já vem fazendo nesse aspecto é que até 30-11-1966, foram transportadas cargas, de Manaus para a fronteira, na seguinte tonelagem: FAB — 35 T; Marinha de Guerra — 12 T; Companhias Civis — 300 T e lanchas do GEF — 716 T. Como se verifica as embarcações do GEF transportaram 60 vezes mais do que a Marinha de Guerra, 20 vezes mais do que a FAB e o dôbro das Companhias Civis.

5. A título de conclusão, dessas despretensiosas notas, devemos alinhar o seguinte:

a) A rede hidrográfica na Amazônia exige o incremento do transporte fluvial para sua utilização máxima;

b) O GEF vem fazendo o possível para utilizar dita rede e, para maior rendimento, haveria necessidade de, entre outras medidas, padro-



Comboio do GEF transportando tratores para o 5º BEC (Pôrto Velho)

nizar sua frota, melhorar o sistema de carga e descarga (portos) nos pelotões e companhias, dotar o Setor Fluvial do GEF de maior número de mecânicos e artífices especializados;

c) É sumamente importante, inclusive para o moral da tropa, naquelas paragens, sentir o apoio dado pelo GEF, através a chegada, em dias prefixados, das embarcações trazendo tôda a sorte de suprimentos e podendo levar carga e passageiros de retôrno a Manaus ou a algum pôrto intermediário.

d) Finalmente, há a certeza de que o problema continua sendo trabalhado, quer pelos escalões mais responsáveis quer pelos de menor poder de decisão do GEF, CMA e outros órgãos do Exército, a fim de propiciar o melhor apoio possível àqueles soldados que, com denôdo e sacrifício, velam pela segurança de nossas fronteiras além de desempenhar o papel ímpar de colonizadores de nossos mais distantes rincões.

BIBLIOGRAFIA

MINISTÉRIO DA MARINHA — Tábua de Distâncias

ARTHUR C. FERREIRA REIS — A Amazônia e a Cobiça Internacional

GEF — Palestra aos Alunos da ECEME em 1966.

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

EFEMÉRIDES DA ARTILHARIA

CAMPANHAS DO URUGUAI E PARAGUAI

(1864-1870)

HEITOR BORGES FORTES

Gen (Rs)

SEXTA PARTE (1)

1868

Dez — 11. — Batalha de AVAÍ (Resumo)

A posição inimiga se situava em colinas extensas, sobre as quais passava a estrada para Vileta que o Exército de Caxias ia trilhar e a cuja frente corria o arroio Ivaí. No centro da linha de batalha estavam assestados 18 canhões, que batiam a estrada principal; fortes batalhões de infantaria estendiam-se à direita e à esquerda, apoiados por foguetes à Congreve, enquanto regimentos de cavalaria estavam dispostos nos flancos, apoiados em matas.

O General Caballero comandava-os, totalizando cerca de 7.000 homens das três armas.

Sua presença, prontos para uma batalha campal, foi assinalada pela vanguarda do 3º C Ex (Osório), que desde a madrugada de 11 de dezembro de 1868 marchava rumo ao sul, em busca do inimigo.

Informado da situação e à vista do terreno, Caxias resolveu atacá-lo de frente e envolvê-lo pelos dois flancos, para lhe cortar a retaguarda, ordenando que Osório tomasse a seu cargo a ação principal de fixação do inimigo na posição de Avaí, enquanto as Divisões de Cavalaria de Andrade Neves e João Manuel Menna Barreto fariam os envoltimentos pelos flancos.

O 3º C Ex (que já dispunha da 5ª D C — Gen Câmara), prossegue pela estrada principal, desdobra suas baterias, que travam o duelo de artilharia com a artilharia inimiga, e formado em três colunas de infantaria e cavalaria, transpõe o Avaí, saindo ousadamente do arroio e subindo a colina ocupada pelo inimigo por entre uma chuva de balas e metralha (Manuscrito de 1869).

(1) Continuação do n. de Mar/Abr.

Nesta ocasião desabou um violento temporal, que não impediu que infantes e cavalarianos de Osório se entreverassem com os paraguaios.

Resolveu então Caxias, que se havia aproximado, intervir com o 2º C Ex, pelo flanco esquerdo inimigo, enquanto Osório empenharia o restante de sua G U. O 1º C Ex, mantido em reserva, atenderia não só ao desenvolvimento do combate em Avaí, como ao eventual surgimento de uma coluna de 3 a 4 mil paraguaios, com 8 bôcas de fogo, sob o comando de Caminos (Min da Guerra de Lopez), assinalada em marcha.

“Depois de acionar o restante de sua infantaria, Osório avançou até junto à 3ª Bda Inf, que se retraíra, acossada pela cavalaria paraguaia. Não duvidando arrostar o perigo, arrojou-se o Marechal com eles sôbre o centro da linha inimiga, e mandou-as carregar.”

Impulsionadas pelo Marquês de Caxias, as Divisões do 3º e do 2º C Ex, seguidas pela artilharia, transpuseram o arroio Avaí, com água pelo peito, e atacando impetuosamente, quebram a resistência inimiga, pondo em fuga seus batalhões e regimentos e abandonando os 18 canhões, sempre acossados pelos cavalarianos da 5ª D C (Câmara).

Numa nova fase da batalha, os remanescentes de Caballero, instalados numa segunda posição, mais à retaguarda, são acometidos em seu flanco direito pelas 2ª e 3ª D C, sob o comando de Andrade Neves, e no direito pela 1ª D C (J M Menna Barreto), enquanto Caxias, pedindo um último esforço aos infantes dos 2º e 3º C Ex e aos cavalarianos de Câmara, atira-os de nôvo sôbre o centro do dispositivo paraguaio, que não resiste ao cerco e se entrega, só escapando algumas centenas de fugitivos, que se dirigem a Vileta e às Lomas Valentinas, perseguidos pela cavalaria brasileira.

A batalha durara cerca de 5 horas, só terminandô pelo início da tarde — sob um sol abrasador.

Os paraguaios tiveram cerca de 3.000 mortos, deixando mais de 1.400 prisioneiros, muitos dêles feridos. As perdas brasileiras também foram sensíveis.

ATUAÇÃO DA ARTILHARIA

Com a vanguarda do 3º C Ex marchava a “bateria alemã”, comandada pelo Ten Steuben, sendo a primeira a ocupar posição e iniciar o duelo de artilharia, com as 10 bôcas de fogo inimigas que sustentavam o centro paraguaio.

Ao terminar o restante do 3º C Ex, segue mais uma bateria, (a de montanha) que se achava sob as ordens do Major Pereira Júnior — formando a artilharia à disposição dessa G U (eram ao todo 10 canhões).

O 2º R Prov Art Cav foi todo êle empenhado, por ordem de Caxias, e sob o comando do Ten-Cel Gama Lobo D'Eça, tão logo se precisou a posição ocupada pelo inimigo e o valor de sua artilharia. "O Regimento avançou e começou o canhoneio, diz Bormann. A artilharia inimiga, atacada pela nossa, teve de enfrentá-la, e assim deixou, por algum tempo, de hostilizar os 3º e 2º C Ex".

Durante toda a batalha, a artilharia atuou, tendo inclusive mudado de posição para participar do ataque final à segunda posição paraguaia. Seu comandante, o Ten-Cel Gama Lobo D'Eça, foi incansável e mereceu os maiores louvores para sua unidade, nessa gloriosa jornada.

Dez — 11/12 — O Exército brasileiro pernoita no local em que se travou a batalha de Avaí. A Esquadra leva para Vileta suprimentos e retira os feridos e doentes. Dentre os feridos estava o Gen Osório, que deixou o comando do 3º C Ex, sendo substituído pelo Gen Auto Guimarães.

11/20 — Parte das forças brasileiras acampa em Vileta, nova base de operações.

17 — Reconhecimento sobre Lomas Valentinas, pelas D C de Menna Barreto e Cel Câmara. Combate de vanguarda, na Sanga Branca, entre o reconhecimento comandado pelo Cel Vasco Alves e uma força paraguaia.

18 — Caxias chega até as vizinhanças das Lomas Cambariti, a uma légua de distância da residência de Lopez nas Lomas Valentinas. (Ver plantas 12 e 13, de Jourdan).

21 — Reconhecimento à viva força da posição das Lomas — Ataque à linha do Pikisiri.

Partindo, pela madrugada, de Vileta, o Exército Brasileiro marchou em duas colunas, rumo às Lomas Cambariti e Valentinas, chegando pela manhã à vista da posição paraguaia de Lomas Valentinas (ou Ita-Ivaté), que se achava fortificada e fortemente guarnecida (cerca de 10.000 homens e numerosas bocas de fogo).

Estavam as 2 colunas sob o comando dos Generais José Luiz Menna Barreto e Jacinto Machado Bitencourt, contando aquela com 8.794 homens, distribuídos por 6 Brigadas de Infantaria reunidas sob o comando da 3ª D I e esta com 10.621 homens, com igual número de brigadas 1ª e 2ª Reg Prov Art Cav (Gama Lobo D'Eça) participou da operação.

Simultaneamente, a 2ª D C (Andrade Neves) foi mandada contornar as posições inimigas, dirigindo-se ao Potreiro Mármore para arrebanhar gado e fazer prisioneiros — enquanto a 1ª D C (João Manuel Menna Barreto), reforçada por uma Brigada de Infantaria e uma bateria de artilharia (provavelmente uma das do grupamento do Maj Pereira Júnior) atacaria a linha fortificada do Pikisiri, pela retaguarda.

Este ataque foi coroado de pleno êxito, pois foi dirigido ao ponto mais vulnerável da posição inimiga, que caiu, entregando 34 canhões e mais de 200 prisioneiros.

As tropas situadas ao sul do Pikisiri (Exércitos argentino, oriental Brigada Inf (Paranhos) e Brigada de artilharia (Mallet), cooperaram nesta operação, fixando o inimigo de frente, enquanto era atacado pela retaguarda pela 1ª D C.

A Brigada Mallet atacou na ponte sôbre o arroio Pikisiri, nas vizinhanças das forças orientais do Gen Henrique Castro.

O 1º R A Cav (Ten-Cel Severiano) armou três Bias como Esquadrões de Cav, armados com carabinas (clavinas Spencer), dos quais o 1º Esquadrão (Cap Pêgo Júnior) precedeu a coluna de ataque, que foi em breve reforçada pelo 4º C P A (Maj N Mallet), onde duas baterias estavam atuando como tropa a pé (infantaria). Quando a restante artilharia da Brigada (3 Bias/1º R A Cav e 2 do 4º C P A) abriu fogo, os paraguaiois reagiram fracamente, atirando com 12 bôcas de fogo.

O 1º Esquadrão (Cap Pêgo Júnior) conservou-se em linha, mas ao alcance da metralha; os 2º e 3º Esquadrões não tiveram ocasião de aparecer ao inimigo.

Posteriormente, marchou o 1º Esquadrão (Cap Pêgo Júnior) com forças argentinas e orientais, para fazer junção com a coluna do Gen J. M. Menna Barreto, fechando o contôrno do reduto de Angustura, onde o inimigo se achava encurralado, e nesta posição se conservou até a manhã seguinte.

O 4º C P A sofreu a morte dos Cap em comissão Aristides Armínio Guaraná e 2º Ten Joaquim Bernardino Olinto, além de várias praças mortas e feridas; no 1º R A Cav também foram mortas algumas praças.

A exploração da 2ª DC sôbre Potreiro Mármore também foi proveitosa, tendo permanecido nessa área a Brigada Vasco Alves. Os restantes elementos da DC foram se incorporar às forças de Caxias, diante de Lomas Valentinas.

O reconhecimento à viva força, da posição de Lomas Valentinas, dirigido pessoalmente por Caxias, consistiu no investimento dessa posição por SO (Cel J. L. M. Barreto) e NO (Cel Machado Bitencourt), com apoio no 2º Reg Prov A Cav. foi lançado às 3 horas da tarde, tendo infantes e cavalaria conseguindo tomar pé nas fortificações inimigas, sôbre as quais se lançara o equipamento de assalto. O inimigo levou vantagem no interior da posição, onde abrigava numerosas reservas, que tornaram insustentável para os atacantes sua permanência aí, tal o número de mortos e feridos, entre os quais alguns generais.

Tenazmente manteve-se Caxias na posição conquistada até a manhã de 22, quando resolveu abandoná-la, para repetir dias depois a operação de seu investimento.

ATUAÇÃO DA ARTILHARIA

O 2º R Prov A Cav encaminhou 2 baterias (8 bôcas de fogo) para as proximidades do flanco direito do entrincheiramento paraguaio, por onde Caxias iniciou o reconhecimento. Enquanto isso, na Loma Cumbariti, outras baterias, assestadas no centro de nossas posições de espera (onde os combatentes descansaram da longa marcha e se alimentaram), atiravam sobre as posições paraguaias, sem que destas, de início, houvesse qualquer reação. (Bormann)

Só, com a aproximação das colunas de ataque e sob o bombardeio de nossos canhões, o inimigo reagiu, abrindo fogo com suas baterias, que chegaram a ser atacadas por nossos infantes e cavalarianos.

A artilharia do 2º R Prov A Cav atirou também sobre o QG de Lopez, na Lomba Sul ou Ita-Ivaté.

Na manutenção da posição durante a noite de 21 para 22, vários canhões do Regimento e uma bateria de foguetes à Congreve (Cap Santiago) foram levados para as trincheiras em que se mantiveram os Batalhões de Infantaria, sustentando o tiroteio, apesar da chuva incessante. (2)

Dez — 22 — Mantêm-se as fortificações de Angustura sob sítio pela 5ª DC e pela Esquadra.

— Desembaraçadas as comunicações com as forças ao sul do Pikisiri, são estas chamadas para reforçar o exército de Caxias que defrontava as Lomas Valentinas.

Vieram os argentinos e orientais, a 6ª Bda Inf (Paranhos) e a Bda Mallet, com os 1º R A Cav e o 4º C P A.

— De Humaitá foram chamados para recompletar nossas unidades, 2.000 homens, incluindo o 3º BAPé, armado à infantaria que embarcou a 24 no vapor "São José", desembarcando a 26, reuniu-se ao Exército em operações.

— O 1º BAPé é chamado para se integrar no Exército em operações ao norte do Pikisiri.

22/23 — Continuam sob bombardeio as posições inimigas das Lomas Valentinas.

23 — Reorganizam-se as Grandes Unidades, sendo dissolvido o 3º C Ex e a infantaria é reunida em 2 D I.

(2) A melhor descrição desses combates encontra-se no livro "História da Guerra do Paraguai" pelo General Bernardino Bormann, que então comandava uma bateria do 2º Reg Prov Art Cav.

24 — Caxias intima Lopez a se render, o que é rejeitado por este, e 25, esperançado de ser reforçado pelas tropas de Caminos (3.000 homens e 12 bôcas de fogo) que se achavam no vale do Piraju.

— “O número de nossas baterias aumentou, porque nesse dia chegavam às nossas posições o 1º RACav (Cel Severiano da Fonseca) e com ele o bravo Emilio Luiz Mallet, comandante-geral da Artilharia.”

(Bormann) Veio também o 4º Corpo Provisório de Artilharia, comandado pelo Maj Nepomuceno Mallet.

24 — Caxias empreende, sob proteção de uma D C, novo reconhecimento à tarde ao flanco direito do inimigo, que reage lançando alguns esquadrões ao encontro dos nossos.

O Cel Mallet, Cmt-Geral da Artilharia, com o Ten-Cel Rufino Galvão e os Ten-Cel Severiano da Fonseca, Cmt do 1º RACav e Gama Lobo D'Eça, Cmt do 2º R Prov A Cav escolhem posições de bateria.

Noite — Várias posições de baterias foram assestadas contra os pontos mais importantes da posição inimiga. Eram 38 canhões brasileiros, todos raiados a La Hitte calibre 4, distribuídos pelas seguintes unidades: 1º RACav — 8; 4º CPA — 8; 2º RProv A Cav — 22; (uma bateria está ainda atuando com a 1ª DC); 6 argentinos e 2 orientais.

25, às 6 horas da manhã — Bombardeio da posição de Lomas Valentinas, sob a direção do Comandante-Geral da Artilharia (Cel Mallet), por 46 bôcas de fogo, as quais deram, cada uma, 50 tiros.

“Assim, pela manhã do dia de Natal, caíram sobre as Lomas de Ita-Ivaté, 2.300 granadas, que além de produzirem grandes perdas ao inimigo, incendiaram matas e partes do acampamento. O inimigo contestou frouxamente nossos canhoneiros.” (Bormann)

— Ficaram feridos o Cap Marcos de Souza (Cmt de bateria), além de várias praças.

— Reconhecimento das posições inimigas dirigido sobre o flanco direito do dispositivo inimigo, que constata que o inimigo está retirando forças da posição de Lomas Valentinas.

— Entram em posição mais duas baterias do 1º RACav, sob o comando do Capitão Leite de Castro. (3)

(3) Diz o Gen Leite de Castro em suas memórias (pág. 51/52): ...

“Na madrugada do dia 25 (Dezembro de 1868) o Cel Severiano da Fonseca (Cmt do Regimento) teve ordem de mandar duas baterias para a frente, a fim de bombardear o acampamento inimigo, tendo-me confiado o comando delas... Fielas tomar posição conveniente, como fiz iniciar o bombardeio com a maior energia, tendo observado o seu bom efeito, por ver as granadas explodirem no acampamento inimigo... Tendo visto no campo em frente, limitado por duas linhas entrincheiradas, duas peças de campanha, sem guarnições, mais para o lado do inimigo que para o nosso, resolvi tomá-las, embora para isso corresse algum perigo. Sendo pequeno o pessoal das duas baterias de que dispunha, recorri ao Ten-Cel Floriano Peixoto (Cmt 9º BI) que as protegia e lhe pedi que me prestasse o auxilio de praças, a fim de cometer aquêle ato... Tomadas as devidas precauções, conseguí rapidamente chegar à posição em que elles estavam e logo reconheci serem as mesmas do meu Regimento, tomadas no combate de 2 de maio de 1866, em Tuiuti, havendo, por meio de tirantes, feito levá-las ao nosso acampamento, o que causou grande alegria.”

26 — As forças brasileiras, argentinas e orientais rearticulam-se para o ataque à posição de Lomas Valentinas, sob proteção da posição ocupada desde o dia 21 e da artilharia.

Chega a Palmas o 1º BAPé.

27 — Ataque final às Lomas Valentinas. Dispostas as forças aliadas, que atacariam sob comando pessoal de Caxias:

— Ataque principal (pela esquerda): destacamento argentino (1º C Ex Rivas) e 2º C Ex (Gen J. L. Menna Barreto), reforçado pelas 1ª e 2ª DC — Brigada de Artilharia Mallet (1º R A Cav, 2º R Prov A Cav e 4º CPA).

— ataque pelo centro: destacamento oriental, reforçado pela Brigada Paranhos; 1º C Ex, (Gen Machado Bitencourt) e Esquadrão de Artilharia uruguaio.

— ataque pela direita ou sul: destacamento argentino (2º C Ex — Gelly Y Obes) e artilharia argentina.

Simultaneamente com a ação da 3ª DC, sobre Potreiro Mármore, pelo flanco Norte da posição inimiga.

A 5ª DC mantinha-se face a Angustura, observando sua guarnição.

Totalizavam 16.000 brasileiros, (dos quais 1.540 artilheiros) 6.700 argentinos (dos quais 384 artilheiros), 800 uruguaios (entre eles 80 artilheiros) num total de 25.500 homens e 52 bôcas de fogo brasileiras, 18 a 24 argentinos e 3 a 6 uruguaios. (4)

Dez — 27 — às 11 horas — Pondo em 1º escalão as forças que anteriormente guarneceram Palmas, Caxias fê-las atacar concêntricamente o principal bastião da fortificação inimiga, onde Lopez mantinha cerca de 8.000 homens (com alguns reforços que havia recebido) e as 8 bôcas de fogo restantes, enquanto o movimento das 1ª e 2ª DC pelo flanco norte veio cair sobre a retaguarda da posição paraguaia, apenas restando ao Ditador Lopez, logo que constatou sua difícil situação, abandonar seus comandados, fugindo por uma estreita trilha, que conduzia a Cerro-León, antes que se fechasse o cerco feito pelas referidas DC e mais a 3ª DC, que havia avançado para Potreiro Mármore. O amaciamento do terreno foi feito por uma preparação de artilharia em que 24 bôcas de fogo, da Artilharia do Exército (Mallet) deram, cada uma, 100 tiros.

As peripécias do combate frente às fortificações de Lomas Valentinas (ou Ita-Ivaté) foram espetaculares, procurando todas unidades em tomar pé no reduto principal, tão logo sua progressão debaixo do fogo dos defensores, permitiu a abordagem do fôssô principal e o investimento direto de suas trincheiras.

Cabe notar que continuaram armadas como infantaria duas baterias do 4º CPA (Maj Nepomuceno Mallet) e como cavalaria, atacando a pé, pelo menos uma bateria do 1º RACav (o esquadrão Cap Pêgo Jr.), os quais, como as demais forças vindas do sul do Pikisiri, atacaram no 1º escalão dos dois corpos de Exército Brasileiros.

(4) Ver Nota Especial n. 9.

ATUAÇÃO DA ARTILHARIA

A Artilharia do Exército Brasileiro, superiormente dirigida pelo Cel Emilio Luiz Mallet, teve brilhante atuação em todo o decorrer da batalha de Lomas Valentinas. Suas unidades tendo ocupado as posições escolhidas com antecedência, a curta distância (menos de 200m) dos entrenchementos inimigos, executaram não só a **preparação** (limitada a 24 canhões dos 1º RACav e 2º R Prov A Cav) de 100 tiros, que cobriu o avanço dos atacantes até o fôss, como os tiros programados em todo o decorrer da ação. O Cel Severiano da Fonseca, Cmt do 1º RACav, tendo descoberto uma posição vulnerável nas trincheiras inimigas, fez duas baterias mudar de posição e avançar para metralhá-lo, sob a proteção da fumaça produzida pelo restante da unidade, até a contra-escarpa do entrenchemento.

ELOGIO A ARTILHARIA

Em ordem do dia n. 272, de 14 de janeiro de 1869, Caxias relatou a batalha de Lomas Valentinas, e o Gen Bormann assinala que no dia 27 os aliados bateram-se bizarramente, mas se houve quem particularmente se distinguisse, foram os artilheiros brasileiros tais como o Cel Mallet, o herói de 24 de maio; os Cap Nepomuceno Mallet (filho daquele) e Bezerra Cavalcante, Cel Lobo D'Eça e outros, todos brasileiros.

Quanto à glória dos nossos artilheiros, diz o General-em-chefe, que "o assalto foi dado com maior ímpeto e galhardia, rivalizando-se em arrôjo e intrepidez as forças das três armas que nele tomaram parte, mas cabendo inquestionavelmente as honras da jornada à artilharia que, depois do bombardeio, avançou por tal modo que penetrou nas trincheiras do inimigo com as linhas de nossos atiradores". (5)

Segundo o Barão Homem de Mello, da biografia de Andrade Neves, "no dia 27 de dezembro de 1868, a posição de Lomas Valentinas caiu em nosso poder uma **brilhante manobra de artilharia**, executada pelo Coronel Mallet, transformando-se o desastre de 21 em uma entrada triunfal no seio do reduto inimigo".

(5) Escrevendo no jornal "A Cidade", de Pindamonhangaba, de 23 de maio de 1940, gentilmente cedido pelo Ten-Cel Mallet Joubin, o Dr. Gustavo Adolfo Ramos de Mello publica uma versão de que teria havido séria divergência aérea de quem teria penetrado primeiro no recinto fortificado de Lomas Valentinas, a 27 de dezembro de 1868.

Enquanto o Maj J. Nepomuceno Mallet, comandante do 4º CPA, achava que havia sido ele, com suas duas baterias armadas como infantaria (tropa a pé), marchando à testa da coluna de ataque comandada pessoalmente por Caxias e que penetraram nos entrenchementos inimigos, ficando logo a sua gloriosa bandeira, o Capitão Pêgo Júnior, do 1º RACav, que havia reunido o efetivo de 2 baterias num improvisado Esquadrão, armado de carabinas Spencer, também se atribuía a glória de ter penetrado antes de qualquer outro elemento pelo ponto fraco que o Cel Severiano divisara na posição inimiga, conforme comunicação levada a Caxias pelo Capitão Leite de Castro, no flanco direito do reduto inimigo.

"Depois da vitória, encontram-se os dois bravos... discutem acaloradamente, e no ardor da discussão, ambos exacerbados, levam a mão às suas espadas, num gesto brioso de arrancá-las. O incidente, porém, pára aí". E conclui:

"É talvez por isso que Caxias, em sua Ordem do Dia, publicada sobre a batalha de Lomas Valentinas, não dá a qualquer dos dois a glória que ambos disputaram, dando contudo à artilharia as honras da jornada."

Dez — 27 — à tarde ou 28 de manhã, — Cai o restante (trecho mais próximo de Angustura) da posição do Pikisiri — sob pressão de forças argentinas e um Btl de Infantaria sob as ordens do Gen Menna Barreto — sendo aprisionados seus defensores e 3 bôcas de fogo.

28 — A Vitória aliada e a fuga de Lopez permitiram que muitos prisioneiros fôssem libertados, entre eles o Major E. Cunha Mattos, o Cap Francisco Gomes Ribeiro, o Major Von Wersén (alemão) e o Médico Stewart (inglês).

— O Major Ernesto Cunha Mattos foi designado para o comando do 4º C Prov Art, em reparação moral à sua conduta à frente do 4º BAPé, em Tuiuti, a 3 Nov 1867. O Maj (em comissão) Nepomuceno Mallet voltou a se integrar no 1º RACav.

29 — O Exército Aliado marcha para as vizinhanças de Angustura.

— Intimação à guarnição de Angustura para que se renda incondicionalmente — o que é rejeitado pelo Cel Thompson e seu imediato Cel Carrilo.

Baterias entram em posição, prontas para bombardear a fortificação inimiga.

30 — 6 horas — Rendição de Angustura.

Convencido da inutilidade de sua resistência ao cerco, por terra e pelo rio, o Cel Thompson oferece rendição, depondo as armas e entregando a fortificação. Uma brigada mista, composta de um batalhão de cada nação aliada, um corpo de cavalaria e uma bateria do 1º RACav (brasileiros), sob o comando do Cel Emilio Luiz Mallet (numa antecipação do seu generalato), penetra na fortificação e recebe a rendição dos paraguaios e hasteia as Bandeiras Aliadas, sob as salvas da artilharia do Exército, postada fora dos muros.

31 — O Exército brasileiro, acampa a nordeste de Vileta em sua marcha rumo a Assunção, e festeja as vitórias obtidas, simultaneamente com a entrada do Nôvo Ano. Uma força comandada pelo Cel Hermes E. da Fonseca embarca em navios da Esquadra, para Assunção.

— Uma comissão interaliada, formada pelos Ten-Cel Gama Lobo D'Eça, Garmendia e Vasquez, relaciona e reparte os canhões tomados entre 27 e 30 de dezembro de 1868. Segundo nota do Major Pereira Júnior, eram 18 de bronze, e 18 de ferro, além de 6 encravados, sendo um o de 32 Whitworth tomado em Tuiuti, além de 2 obuses e 1 morteiro de 22 cm. (6)

— O 3º BAPé, depois de ter participado da batalha de Lomas Valentinas e da rendição de Angustura, como unidade de infantaria, marchou para Vileta, onde embarcou nesta data, no vapor "Santa Cruz", com destino a Humaitá.

(6) No dia 25 haviam sido aprisionados pelo Cap L. Castro 2 canhões LH de 4, e anteriormente, em Itororó, dois dos 4 canhões La Hitte de 4, perdidos no combate de 2 de maio de 1866; no dia 21 de dezembro, entre 14 bôcas de fogo abandonadas pelos paraguaios, achava-se o canhão Whitworth de 32, perdido em 3 de novembro de 1867, em Tuiuti. Assim, nenhum canhão brasileiro, de qualquer calibre permanecia em poder do inimigo, assinala a Ordem do Dia do Exército n. 272, de 14 Jan 1869. (Faustino Filho, pág. 59).

NOTA ESPECIAL N. 9

SÔBRE A ARTILHARIA NA DEZEMBRA DA

(Ver croqui)

ARTILHARIA BRASILEIRA

Quantitativamente, é exata a participação efetiva em Itororó, de 16 bôcas de fogo do 2º R Prov A Cav, e dúvida quanto à presença de 4 (ou 6) canhões que deviam estar marchando com o 3º C Ex, (De Osório); 6 (ou 4) bôcas de fogo, com o Maj Pereira Júnior, permanecerem no Chaco, com as DC.

Em Avaí é certa a presença de 26 bôcas de fogo do 2º R Prov A Cav, isto é, as 16 que atuaram em Itororó e mais 10 do grupamento do Maj Pereira Júnior, que anteriormente haviam pertencido ao 4º CPA.

Já em Lomas Valentinas, aparecem formando a artilharia do exército brasileiro 52 bôcas de fogo; seriam as 26 do 2º Regimento, mais 18 do 1º RACav (16 orgânicas de 4 baterias, mais os 2 canhões abandonados pelos paraguaios, segundo depoimento do Gen Leite de Castro) e 8 do 4º CPA, uma vez que ambas estas unidades haviam formado subunidades de infantaria e cavalaria, para participar do ataque à posição de Ita-Ivaté.

O material predominante, quicá o único, foi o canhão raiado à La Hitte, calibre 4, quer o chamado modelo de campanha, quer o de montanha (mais leve que o outro, fabricado pelo Arsenal de Guerra do Rio).

ARTILHARIA ARGENTINA E ORIENTAL

Quanto aos argentinos e orientais, há a mais completa falta de informes precisos sôbre seus efetivos e chefes, nas obras que consultamos. Permitimo-nos, porém, concluir de sua leitura, especialmente as de Garmendia e Bormann, que os orientais (uruguaios) dispunham apenas de um esquadrão de artilharia, com 60 a 80 artilheiros (6 a 8 peças) e os argentinos de uma Divisão de Artilharia, formada por três ou quatro esquadrões de Art, com 384 artilheiros, (18 e 24 bôcas de fogo). Os argentinos costumavam reunir num esquadrão canhões e obuses, de calibres diferentes, num total de 6 a 8 peças.

Quanto a seus chefes, Garmendia (7) menciona o Cel Alvarez, que parece ter sido o comandante-geral da Artilharia ou da chamada Divisão de Artilharia, o Comandante Maldones e os Majores Pais e Bustamante, a quem atribuímos os comandos de Esquadrões. Cremos que o Comandante Maldones foi o responsável pela artilharia que atuou com a coluna do Gen Gelly Y Obes — pelo flanco esquerdo (sul) da posição paraguaia. Aí deviam estar 2 ou 3 esquadrões da artilharia argentina, num total de 12 a 18 bôcas de fogo. :

O restante Esquadrão (4 a 6 peças) esteve desdobrado junto ao 2º R Prov a Cav, conforme esclarecimento de Gama Lobo D'Eça, em sua parte de combate relativa aos dias 25 e 27 de dezembro de 1863.

(7) Campaña del Píliciri — Edição Jacob Hauser — Buenos Aires — 1884.

(Continua no próximo número)

ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NA ESCOLA

MARILIA MARIANI

I CONGRESSO SUL-AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA

PLANO

- 1 — CONCEITO
- 2 — QUE SE TEM FEITO
 - 2.1 — Em Legislação
 - 2.2 — Em Realização
- 3 — QUE SE PODE FAZER
 - 3.1 — No Curso Primário
 - 3.2 — No Curso Secundário
 - 3.3 — No Curso Superior
- 4 — CONCLUSÃO

1 — CONCEITO

Iniciemos pelo conceito de Cidadania. Que é Cidadania?

Cidadania é o conjunto de condições jurídicas da pessoa natural que se acha no gozo de seus direitos civis e políticos outorgados pela Constituição.

Cidadania é vínculo político que expressa a relação entre o Estado e os indivíduos que o compõem. Por ser vínculo político é, também, vínculo jurídico que inclui, como todos os vínculos jurídicos, deveres e direitos.

Orientação e Formação para a Cidadania seria, portanto, a formação da consciência no que se refere a seus direitos civis e políticos que a Constituição outorga. Ou, de acôrdo com o segundo conceito, o conhecimento dos deveres e direitos — seria a conscientização do vínculo político que expressa a relação entre o Estado e os indivíduos que o compõem.

Nota da Redação — A autora é Técnica de Educação do MEC, Professôra em vários Educandários na Guanabara e em Petrópolis e possui a Medalha do Pacificador.

Considerando quaisquer dos conceitos de Cidadania, a formação para o exercício dessa cidadania faz pensar apenas em direitos e deveres; não sugere uma finalidade superior — a nacionalidade; não se apóia na base de uma tradição; não faz apêlo à força de um passado — falta-lhe o espírito de Pátria.

Assim, propomos que, substituindo os diferentes títulos: "Formação para a Cidadania" ou "Orientação Política" ou "Organização Social e Política", continuemos a usar para a educação que forma o homem civilizado, de elevados sentimentos, de caráter íntegro, de patriotismo convicto — a designação de EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.

Tal designação teria sua correspondente no 2º Ciclo e nas Escolas Superiores, nos títulos de Ética e Estudos Brasileiros.

2 — QUE SE TEM FEITO

Diferente tem sido a legislação da realização.

Desde os primórdios do Brasil Nação, em diferentes leis e projetos, está expresso o ideal de não formarmos somente profissionais, mas, mais que isto, formarmos personalidades e conseguirmos o desenvolvimento de um povo.

Na Carta Magna, que teve o Império do Brasil outorgada em 1824 está garantida a gratuidade da instrução primária a todos.

O projeto apresentado pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa e transformado em Lei, para o ensino primário (15-10-1827) estabelece a *obrigatoriedade de conhecimento da Constituição e da História do Brasil*. É o início de uma formação cívica.

Falta, porém, ao Império uma política de educação.

É a República, sem uma estrutura orgânica, sem um plano de educação nacional, com o ensino livre, a descentralização, a liberdade de iniciativa particular, vai favorecer a inoculação de um espírito totalmente indiferente aos problemas nacionais, quando não antibrasileiro.

E todas as reformas continuam se sucedendo sem um plano de educação nacional.

Na realidade havia, nas escolas primárias, aulas de educação moral e cívica paralelamente às comemorações cívicas nos feriados nacionais; nas Escolas Normais — um programa de Instrução Moral e Cívica, anexado ao de História do Brasil.

Logo após 1930, a Instrução Moral e Cívica passou a ser chamada de Noções de Direito, evidentemente muito menos formativa, quase que se limitando ao conhecimento de direitos e deveres do cidadão.

Em 1934, a Assembléia Constituinte traça um esboço de uma política de educação. Mas a corrente materialista e antitradicional continua a

dominar. E, somente após 1937, a reforma Gustavo Capanema, no ensino secundário dá como finalidade *a formação de uma consciência patriótica e de uma consciência humanística.*

De então e até 1946 foi realmente feita educação moral e cívica nas escolas de nível primário e de nível médio, mesmo nas particulares atingidas pela nacionalização do ensino. Depois as leis que sucedem à Constituição de 1946 excluem a Educação Moral e Cívica chegando até alguns projetos à tentativa de eliminar também a Geografia e a História do Brasil, englobando-as como Estudos Sociais na Escola Primária.

Quinze anos depois, em 1961, o então Presidente Jânio da Silva Quadros, pelo Decreto n. 50.505, restabelece, *"em caráter obrigatório a Educação Moral e Cívica em todos os níveis de ensino"*. Ao citado decreto não foi dado cumprimento. E, mais cinco anos se passam... Em 21 de março de 1966, o então Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, pelo Decreto n. 58.023, determina que *"a formação cívica processa-se obrigatoriamente na escola, como prática educativa..."*. E até a presente data, no que concerne ao nível médio, nada foi realizado.

3 — QUE SE PODE FAZER

3.1 — No Curso Primário

Ligando-se à Religião a Educação Moral, e à História Pátria a Educação Cívica, estas seriam dadas, *efetivamente*, na Escola Primária, especialmente a partir da 3ª série.

Assim, nos dois primeiros anos de convívio escolar, quando a alfabetização ocupa quase integralmente as três e meias horas do dia letivo, seria inoculado:

- O sentimento de amor filial;
- O respeito à autoridade no lar;
- O respeito à autoridade na escola;
- A delicadeza no trato;
- A obrigatoriedade de colaboração nos trabalhos;
- O sentido de solidariedade com os colegas.

A partir da 3ª série, quando há programas de Geografia e História do Brasil a cumprir, correlacionados com tais programas, seriam ministrados conhecimentos sobre:

- Símbolos Nacionais e o dever de culto aos mesmos;
- Biografias de vultos relacionados com o programa de cada série, bem como daqueles considerados como Nomes Tutelares da Nação;
- Lendas e Músicas folclóricas;
- Riquezas nacionais e o que podem representar para o poderio econômico do Brasil.

Paralelamente, ligadas ou não a aulas de Religião, seriam dadas noções de:

- Necessidade de boa educação;
- Respeito próprio;
- Amor à verdade;
- Amparo aos mais fracos (crianças menores, doentes, velhos, animais, etc.);
- Responsabilidade de cada um de bem empregar os dons que de Deus recebeu;
- Responsabilidade dos brasileiros de aproveitamento, pelo trabalho, das riquezas do Brasil.

A Educação Moral e Cívica, dadas com auxílio de historietas, leituras, exposições orais, cartazes e todos os recursos audiovisuais, não somente incentivariam a motivação para outras aulas, como formariam, certamente, não só a pessoa humana cônica de sua sacralidade, como o cidadão convicto de sua responsabilidade.

Paralelamente, como atividades extraclasse realizaria a Escola, com a solenidade possível:

- Comemorações Cívicas, *nas datas históricas*, embora fôsem compensados os feriados;
- Festas folclóricas e tradicionais;
- Cuidados com hortas e jardins e viveiros, dando às crianças amor ao solo e à natureza;
- Assistência a Instituições de Amparo a velhos, crianças, ex-combatentes;
- Assistência a Sociedades de Defesa e Amparo aos animais.

Para tão alto objetivo qual o de orientar moral e civicamente a Infância, seria formado o Magistério em um curso especial, de caráter obrigatório às professoras e às normalistas.

Enquanto que no Curso Primário é mais o sentimento que se forma, porque criança é afetividade; na adolescência é o caráter, porque é a fase da afirmação da personalidade.

3.2 — No Curso Secundário

Para a puberdade e para a adolescência, quando mais se faz sentir a ação do professor, quando a influência do Mestre supera, e muito, a dos pais, é que o Estado deveria se preocupar com a formação de um Magistério convicto da dignidade da Missão de formar uma Consciência Nacional.

Nessa fase, em que o sonho de perfeição se quebra diante da precariedade da natureza humana, em que o atilado espírito crítico faz ressaltar a omissão das gerações que precederam, dando em cada adolescente o desejo de reformar o mundo, é que a Escola como a maior força

formadora, aproveitando-se do idealismo sem limite que caracteriza a idade, pode formar o caráter do homem, a responsabilidade do cidadão, a consciência do patriota.

Na hierarquia de valores, a Pátria deverá estar entre os primeiros. A Grandeza da Pátria deverá ser a meta constante.

Então, a Educação Moral e Cívica não poderá dispensar um programa de palestras informativas e de realizações, como prática educativa. Embora intimamente ligada aos conhecimentos de geografia e de história pátrias, deverá constituir programa independente em que abordará:

3.2.1 — Educação Social

- Noções do comportamento certo em Sociedade;
- Polidez no trato;
- Deferência para com os mais velhos;
- Dignificação da mulher.

3.2.2 — Educação Moral

- Formação da consciência do dever de solidariedade para com os semelhantes bem como para todas as criaturas de Deus;
- Convicção da responsabilidade de cada um no equilíbrio e no progresso de uma sociedade ou de uma nação; daí se origina um
- Zêlo profundo no cumprimento do dever; um
- Amor à verdade e ódio à hipocrisia, ao cabotinismo e à subserviência.

E, para o 2º ciclo, aulas de ÉTICA.

3.2.3 — Educação Cívica

- Conhecimento da Constituição;
- Culto aos Símbolos da Pátria;
- Biografias dos que se deram, na paz ou na guerra, ao Brasil, fazendo de suas vidas modelos a seguir;
- Conhecimento dos problemas brasileiros e da realidade de nosso país.

Paralelamente a esse programa de aulas, uma série imensa de realizações extraclasse, como:

- Conselho de Alunos — ao qual seria dada voz ativa na disciplina da Escola;
- Comissão do Código de Ética Escolar;
- Clubes de Arte — que, devidamente assistidos por um professor, promoverão espetáculos teatrais; audições musicais de alunos artistas ou audições de orquestras sinfônicas, com frequência obrigatória; que organizariam exposições de Artes Plásticas ou visitas aos Museus e às Galerias de Arte.

Clubes de Civismo — que organizariam, com o professor designado:

Comemorações Cívicas — que consigam fazer os educandos sentirem a Pátria como a Família amplificada.

Visitas aos quartéis, aos navios, aos Colégios Militares e às Escolas Militares, às fábricas, às creches, aos orfanatos, aos abrigos de velhos, sendo toda essa atividade documentada por meio de cartazes, concursos literários, etc. Esse conagração viria contribuir para formar, efetivamente, um espírito cívico. E o desejo de servir à Pátria viria substituir a fuga, sob os mais variados e falsos pretextos, do Serviço Militar.

Estágios, para as meninas, fora do horário escolar, em creches, orfanatos, jardins de infância, abrigos de velhos, etc., onde receberiam noções de enfermagem, psicologia infantil e geriátrica, relações humanas, etc. — contribuiriam para formar a cidadã e a mãe de família.

Tais estágios colocariam as moças em situação equiparada à dos rapazes pela prestação de serviços gratuitos ao País.

Se iguais são os direitos, por que não o são os deveres?

3.3 — No Curso Superior

Muito menor é a influência da Escola no jovem universitário. Não obstante, pela sinceridade de propósitos, pela firmeza de atitudes ou pela competência reconhecida ou pela compreensão da mocidade, professores há que marcam a sua passagem.

A formação cívica na Universidade é mais difícil. Seria um apêlo a que a juventude, ávida por atuar na solução dos problemas da sociedade, de uma sociedade em transformação, propusesse soluções nacionais para os problemas nacionais. Seria, assim, a iniciação política de novos líderes, seria o conagração das gerações em que à experiência da idade madura, somar-se-ia o arrôjo da idade jovem.

Entre as sugestões para a formação cívica do universitário começáramos buscando um recurso psicológico — a visão diária do Pavilhão Nacional. Assim:

- Obrigatoriedade de todas as Unidades Universitárias manterem a Bandeira Nacional hasteada em suas fachadas, das 8 às 18 horas;
- Inclusão, nos exames vestibulares, de todas as Faculdades e Escolas Superiores, de *Introdução à Filosofia*, sendo dado especial destaque à parte de *ÉTICA*;
- Inserção, na última série de todos os cursos de nível universitário, da cadeira de *Ética Profissional*;
- Facilidade de fornecimento pela FAB e nos períodos das férias escolares, de passagens aos estudantes universitários, facilitando um maior intercâmbio, e conseqüentemente um maior conhecimento dos aspectos de todo o território nacional;
- Oferecimentos, pelo Teatro Nacional de Comédia do MEC, de espetáculos teatrais aos estudantes universitários;

- Oferecimento, por tôdas as Companhias Líricas ou de Ballet nacionais ou estrangeiras, de 10% de seus ingressos aos estudantes universitários, que os receberiam, individualmente, mediante apresentação da carteira de identidade estudantil nas bilheterias;
- Audições da Orquestra Sinfônica Nacional oferecidas à Juventude Universitária;
- *Realização de séries de conferências, focalizando:*
 - Recursos do Brasil — dando à juventude maior zelo e oposição ao entreguismo;
 - Conhecimento da Cultura Brasileira:
 - quanto ao patrimônio histórico;
 - quanto às nossas tradições;
 - quanto à música;
 - quanto às artes plásticas;
 - Realidade Brasileira e encaminhamento de soluções aos problemas sociais:
 - legislação trabalhista;
 - assistência social;
 - habitação;
 - saúde;
 - educação primária;
 - conhecimento do que já foi conseguido no campo das pesquisas científicas;
 - conhecimento sobre o progresso de nossas indústrias;
 - conhecimento da projeção de vultos nacionais no ambiente cultural do mundo;
 - noção de nosso desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, de nossa independência econômica;
 - orientação de nossa Política Nacional e Internacional;
 - Congratamento da juventude civil com a juventude militar.

4 — CONCLUSÃO

Uma mentalidade de Pátria urge ser inculcada nos meios civis. E é na Escola, o mais poderoso ambiente de educação, especialmente numa época em que as famílias pouco convivem e algumas se desagregam, que uma formação moral e cívica se impõe intensificar. É necessário que seja prática, educativa, de caráter obrigatório, e acrescentaríamos, realmente dada.

Que lucrarmos desde que a Educação Cívica foi excluída de nossos currículos como perniciosa, veículo de propaganda pessoal e peculiar aos governos ditatoriais?

Na então Capital da República, as escolas formadoras do magistério secundário — do magistério que orienta a adolescência, tiveram início com um corpo docente, em sua maioria, estrangeiro. Que amor poderiam ter esses professores ao Brasil?

Na Universidade do Distrito Federal foi lançada a semente do anti-nacionalismo. Na nossa mocidade foi inculcada a supervalorização do poder econômico, fazendo-se ver nêle o único e exclusivo determinante da vida dos povos. A corrente materialista e antitradicional dominou a educação nos principais centros de cultura no Brasil. E o maior País católico do mundo se deixou materializar.

A semente lançada há trinta e poucos anos germinou. E... o resultado aí está.

Respeitadas, embora, as exceções, é notória a diferença de mentalidade dos militares para os civis, em relação ao respeito à autoridade, à hierarquia, ao cumprimento do dever, à dedicação à Pátria.

Por quê?

Tal diferença não será devida à formação cívica que lhes é dada desde o ginásio do Colégio Militar, continuando nas Academias até os cursos de Estado-Maior e na Escola Superior de Guerra?

Tal diferença não será, também, devida ao maior cuidado na escolha de seu magistério, saído dos próprios quadros das Forças Armadas, e, portanto, com igual formação?

Os deveres para com a Pátria não são exclusivos das Classes Armadas. O Brasil deve ser de todos os brasileiros — com iguais direitos, mas também, com iguais deveres; com igual responsabilidade quanto ao bem comum, quanto à segurança nacional, quanto à defesa de nosso patrimônio.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

FRONTEIRA COM A VENEZUELA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES —

1ª DIVISÃO

O ano, recém-findo, de 1965 marcou para a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1ª Divisão uma feliz e grata recompensa ao denodado empenho com que atende a seus serviços de árduo e penoso cumprimento, na fronteira com a Venezuela.

Realmente, no desenvolvimento dos trabalhos de exploração em que, por duas sucessivas campanhas demarcatórias, vinha concentrando suas atividades, nessa fronteira, ao longo das remificações da serra separadora das vertentes dos rios Cauaburi (Brasil) e Bária (Venezuela), no extremo Oeste do encadeamento por que se distende a Cordilheira Parima, pôde a Comissão consignar, ante o exato e rigoroso seguimento por que, ali, se define o traçado da linha divisória, a presença, na região, das duas maiores altitudes do Brasil.

Confirmou, assim, o que, dois anos antes, verificara, em reconhecimento aéreo, com relação ao “Pico da Neblina”, comprovando sua situação em território brasileiro e positivando-lhe a condição de seu mais alto ponto.

Testemunhou, de igual modo, a existência em imediata proximidade desse ponto, de um outro pico, legítima baliza da própria linha de limites e que, por ela cortada, passou a constituir, na parcela, de altaneiro porte, com que se integra em solo brasileiro, a segunda de suas maiores altitudes. Considerada a data em que foi alcançado, coincidente com a do primeiro aniversário da Revolução Brasileira, recebeu o aludido pico a designação de “31 de março”.

Muito se sente honrada a Comissão por poder dar registro a essa feliz oportunidade de contribuição para a geografia nacional, havida a par do desempenho de seus correntes encargos funcionais, em razão do que lhe foi facultado atuar na região em que os acima mencionados picos se situam e aos quais pôde, em primeira escalada, alcançar.

Efetivamente, coubera à Comissão, por decorrência de tarefa acordada entre ela e sua congênere venezuelana, prosseguir, na campanha técnica de 1964-1965, a exploração do "divortium-aquarum" Cauaburi-Bária, a partir do último ponto atingido, na campanha anterior, a Leste do Cérru Cupi.

Objetivava, com isto, promover o reconhecimento topográfico que conduzisse à exata materialização, no terreno, da linha divisória, levada, assim, pela implantação de novos marcos, ao encontro da demarcação já ultimada, em sentido contrário, até a Serra Imere.

Cabia, ademais, em complemento de missão, determinar a exata posição do Pico da Neblina e a respectiva altitude, a fim de pôr termo a dúvidas ou suposições que se tivessem, antes, suscitado.

Organizou-se, em consequência, uma expedição provida dos indispensáveis recursos materiais e de eficiente contingente humano, seguramente habilitado ao exercício do mister.

Iniciou essa expedição seu deslocamento a 30 de novembro de 1964, com a partida de Belém, no Aviso "Comandante Braz de Aguiar", de um escalão-base, que se fêz reforçado, quatro dias após, em Óbidos, pela agregação da lancha "Solimões", do batelão "Mello Nunes" e do adequado número de trabalhadores, e, três dias mais tarde, em Manaus, pela incorporação da lancha "Cuiari", cinco batelões movidos a motor "Godile", dezesseis canoas e, ainda, do pessoal julgado necessário para completar as equipes de especialistas e de trabalhadores. Alcançava, assim, a expedição um total de 25 embarcações e 65 servidores de diferentes categorias funcionais.

A 9 de dezembro, deixava Manaus, viajando pelo rio Negro e atingindo, a 18, Tapuruquara, de onde regressaram, por escassez da profundidade de água para os correspondentes caladões, o Aviso "Comandante Braz de Aguiar" e a lancha "Solimões".

A 21 de dezembro, penetrou a expedição no rio Cauaburi, chegando, no mesmo dia, à cachoeirado Caranguejo, abaixo da qual foi promovido o necessário desmatamento para instalações, ali, de um acampamento destinado à estação coletora do serviço de radiocomunicações e um ancoradouro para as embarcações que não pudessem ultrapassar a cachoeira.

Com as embarcações compatíveis, ante as condições de difícil navegabilidade imposta pelo rio, vencendo-o, apesar dos embaraços, sempre crescentes, que se apresentavam, entrava a expedição a 1º de janeiro de 1965 no canal "Maturacá, onde constituiu, junto à Missão Salesiana ali existente, seu acampamento-base, na proximidade da foz do canal no Rio Cauaburi.

Desde então, passaram a atuar as turmas de exploração, enviadas no rumo do divisor-fronteira, a que buscavam, através da selva

densa, por desbordamento de inúmeros obstáculos, sujeitas à constante impraticabilidade de ásperos aclives, no âmbito, de obrigatória pesquisa de acesso, dos vales dos rios Ariabu e Tucano.

As infrutíferas tentativas de escalada, na procura dos plausíveis itinerários de penetração, correspondia assídua renovação do material desgastado, desdobrando-se, ao mesmo tempo, as atenções para a recuperação das energias físicas, rudemente experimentadas e, não raro, vencidas, ante os múltiplos aspectos da bravia agressividade local.

Diminuídos, assim, a pouco e pouco, nos recursos de que dispunham, mas, firmemente, intocados no ânimo que os conduzia e que os revigorava de sempre renovada resistência, lograram os expedicionários, remontar, por final, com uma de suas turmas, as íngremes escarpas de que promanam as vertentes do rio Ariabu e, desde aí, confirmar o seguimento, para leste do último marco erguido na campanha anterior, do divisor de águas Cauaburi-Bária.

Corriá, então, o mês de fevereiro, durante o qual construíram-se novos marcos nesse divisor e o reconhecimento, por sobre o revolto perfil que o representa, se estendeu para além do Pico Cardona, assim denominado pelos dirigentes de uma expedição do Jardim Botânico de Nova York, levada a efeito, na Venezuela, há alguns anos, com propósito atinente ao interesse científico do Órgão que a promovera.

As operações técnico-geográficas de exploração continuaram pelo mês de março, sobrepondo-se a todos os óbices que lhes embaraçavam a realização e culminaram, no final do mês, com a indiscutível afirmação do traçado, meticulosamente reconhecido, da linha de limite correspondente ao trecho em demarcação, consoante desenvolvimento de expressão muito significativa, pois:

a) confirma a posição do "Pico da Neblina", inconfundivelmente, em território brasileiro, a 687 metros ao sul daquela linha, em espigão que dela se destaca e do qual emerge com 3.014 metros sobre o nível do mar, na legítima representação de maior altitude do país;

b) inclui, igualmente, em território brasileiro, considerável porção de imponente crista, sobre que transcorre a linha divisória em situação que, não só, a faz incorporar-se ao lado do Brasil como, ainda mais, lhe outorga a condição de tornar-se a segunda de suas maiores altitudes, com 2.992 metros sobre o nível do mar.

Esse acidente, tal como já ficou referido, recebeu o nome de "Pico 31 de março" e corresponde ao que, sob o nome de "Phelps", fôra considerado pela atrás citada expedição do Jardim Botânico de

tidas, rudes condições de penetração do terreno sobre que se impunha conduzi-las.

Tudo se fazia, de fato, difícil à penetração. Nenhum dos roteiros por que se procurasse marcá-la deixava de ser hostil, fosse ao longo dos leitos, ora vertiginosos, por vezes escassos, a miúdo encachoeirados, dos rios, fosse por junto aos alcantilados pendores das sucessivas escarpas a galgar. E quando, afinal, vencidos os tropeços, foi o tópo da serrania atingido, ainda aí perdurou a tírrânica influência de pertinazes fatores de desconforto.

A mata cerrada e asfíxiante das encostas, de enervante presença de embaraços, ameaçadora tocia de perigos e molesta incidência de múltiplos agentes de desassossêgo, sobrevieram, na cumeada, deslocadoras imposições de desabrigo.

O solo rochoso, recoberto de tênue camada de terra inconsistente e úmida, em que apenas vingava revestimento de rasteira vegetação, não oferecia, por certo, de si mesmo, favoráveis condições à normal instalação dos acampamentos. A inexistência de árvores, que pudessem assegurar proteção às barracas, apoio à suspensão das rédes de dormida e lenha para o necessário funcionamento das cozinhas, constituía empecilho de tão fastidioso quanto pesado efeito.

Para removê-lo, em quanto se o pudesse conseguir, havia que dormir ao rés-do-chão, em pequenos toldos armados, sobre frágil suporte de alumínio, à feição do resguardo a buscar, atrás de pedras de dimensões adequadas ou no recesso de caprichosos desvãos, para que, assim, se fugisse ao impecto maior do vento, cortante e frio, que tudo fustigava em rajadas de indomada violência. O abastecimento do lume dos fogões levava a longínquas distâncias, na procura do elemento conveniente, obrigado ao transporte de pesadas porções às costas dos trabalhadores, em terreno, sempre encorregadio, de dobrado relêvo.

A tudo se sobrepunha, mantida sob o desencorajadora inclemência de baixíssima temperatura, que de pouco subia para além de 0°, a constância, quase ininterrupta, da neblina, densa, envolvente, penetrante, reduzindo, angustiosamente, a extensão das vistas, incapacitando, em consequência, as observações de ordem técnica, exasperando a paciência nas demoradas esperas de recomposição de tempo favorável às operações de serviço. Esse, não raro, sobrevinha, tão só, após o forte despejar de arrasadoras chuvas que, em sua irreprimível sanha de tormenta, completavam o quadro de desalento, roubando tranqüilidade ao repouso e a recuperação dos desgastes provindos das sofridas fadigas do trabalho.

Quando, pois, ao correr do mês de abril, pela intensa frequência dessas chuvas, mais severos e graves se evidenciaram os óbices para

tidas, rudes condições de penetração do terreno sobre que se impunha conduzi-las.

Tudo se fazia, de fato, difícil à penetração. Nenhum dos roteiros por que se procurasse marcá-la deixava de ser hostil, fôsse ao longo dos leitos, ora vertiginosos, por vêzes escassos, a miúdo encachoeirados, dos rios, fôsse por junto aos alcantilados pendores das sucessivas escarpas a galgar. E quando, afinal, vencidos os tropeços, foi o tôpo da serrania atingido, ainda aí perdurou a tirânica influência de pertinazes fatores de desconforto.

A mata cerrada e asfíxica das encostas, de enervante presença de embaraços, ameaçadora tocia de perigos e molesta incidência de múltiplos agentes de desassossego, sobrevieram, na cumeada, deslocadoras imposições de desabrigo.

O solo rochoso, recoberto de tênue camada de terra inconsistente e úmida, em que apenas vingava revestimento de rasteira vegetação, não oferecia, por certo, de si mesmo, favoráveis condições à normal instalação dos acampamentos. A inexistência de árvores, que pudessem assegurar proteção às barracas, apoio à suspensão das rédes de dormida e lenha para o necessário funcionamento das cozinhas, constituía empecilho de tão fastidioso quanto pesado efeito.

Para removê-lo, em quanto se o pudesse conseguir, havia que dormir ao rés-do-chão, em pequenos toldos armados, sobre frágil suporte de alumínio, à feição do resguardo a buscar, atrás de pedras de dimensões adequadas ou no recesso de caprichosos desvãos, para que, assim, se fugisse ao impeco maior do vento, cortante e frio, que tudo fustigava em rajadas de indomada violência. O abastecimento do lume dos fogões levava a longinquas distâncias, na procura do elemento conveniente, obrigado ao transporte de pesadas porções às costas dos trabalhadores, em terreno, sempre encorregadio, de dobrado relêvo.

A tudo se sobrepunha, mantida sob o desencorajadora inclemência de baixíssima temperatura, que de pouco subia para além de 0°, a constância, quase ininterrupta, da neblina, densa, envolvente, penetrante, reduzindo, angustiosamente, a extensão das vistas, incapacitando, em consequência, as observações de ordem técnica, exasperando a paciência nas demoradas esperas de recomposição de tempo favorável às operações de serviço. Esse, não raro, sobrevinha, tão só, após o forte despejar de arrasadoras chuvas que, em sua irreprimível sanha de tormenta, completavam o quadro de desalento, roubando tranqüilidade ao repouso e a recuperação dos desgastes provindos das sofridas fadigas do trabalho.

Quando, pois, ao correr do mês de abril, pela intensa frequência dessas chuvas, mais severos e graves se evidenciaram os óbices para

desempenho do serviço, duramente tolhido de progresso em todos os seus âmbitos de ação, tornou-se inevitável a retirada da Comissão do cenário de campanha em que agia.

O cômputo de resultados que, até então, conquistara se alinhava em registro de animadora consideração:

- confirmara o exato prosseguimento, em superposição ao "divortium-aquarum" Cauaburi-Bária, da demarcação que, conduzida do Salto Huá ao Cêrro Cupi, daí se deve orientar, no sentido geral de Leste, ao encontro da Serra Imeri;
- realizara, no referido setor, tôdas as operações técnico-geográficas que se fizeram de valimento ao rigor de traçado da linha que se buscava;
- implantara, para que bem assinalada ficasse a dita linha, novos marcos em número compatível com o correspondente desenvolvimento;
- cumprira, para tanto, extenso e exaustivo programa de explorações de amplitude e de reconhecimentos locais, completado por determinações astronômicas que se tiveram como necessárias e por levantamentos topográficos, de apropriada intercorrência nos labores do gênero.

As posições dos marcos que, em decorrência, foram erguidos, em forma e dimensões obedientes ao Acôrdo, a respeito, vigente entre as Comissões Brasileira e Venezuelana, que integram a Comissão Mista, cabem as seguintes expressões de coordenadas geográficas e de altitudes:

Marco BB-1:

- Latitude: $0^{\circ} 44, 52''$. 1 N.
- Longitude: $66^{\circ} 08' 30''$. 6 W. Gw.
- Altitude: 1.338 m.

Marco BB-2:

- Latitude: $0^{\circ} 45' 40''$. 9 N.
- Longitude: $66^{\circ} 05' 08''$ 3. W. Gw.
- Altitude: 1.632 m.

Marco BB-3:

- Latitude: $0^{\circ} 48' 26''$.0 N.
- Longitude: $66^{\circ} 03' 56''$ 1. W. Gw.
- Altitude: 1.853 m.

Marco BB-4:

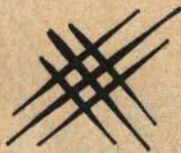
- Latitude: $0^{\circ} 48' 27''$ O. N.
- Longitude: $65^{\circ} 59' 57''$. 2 W. Gw.
- Altitude: 2.371 m.

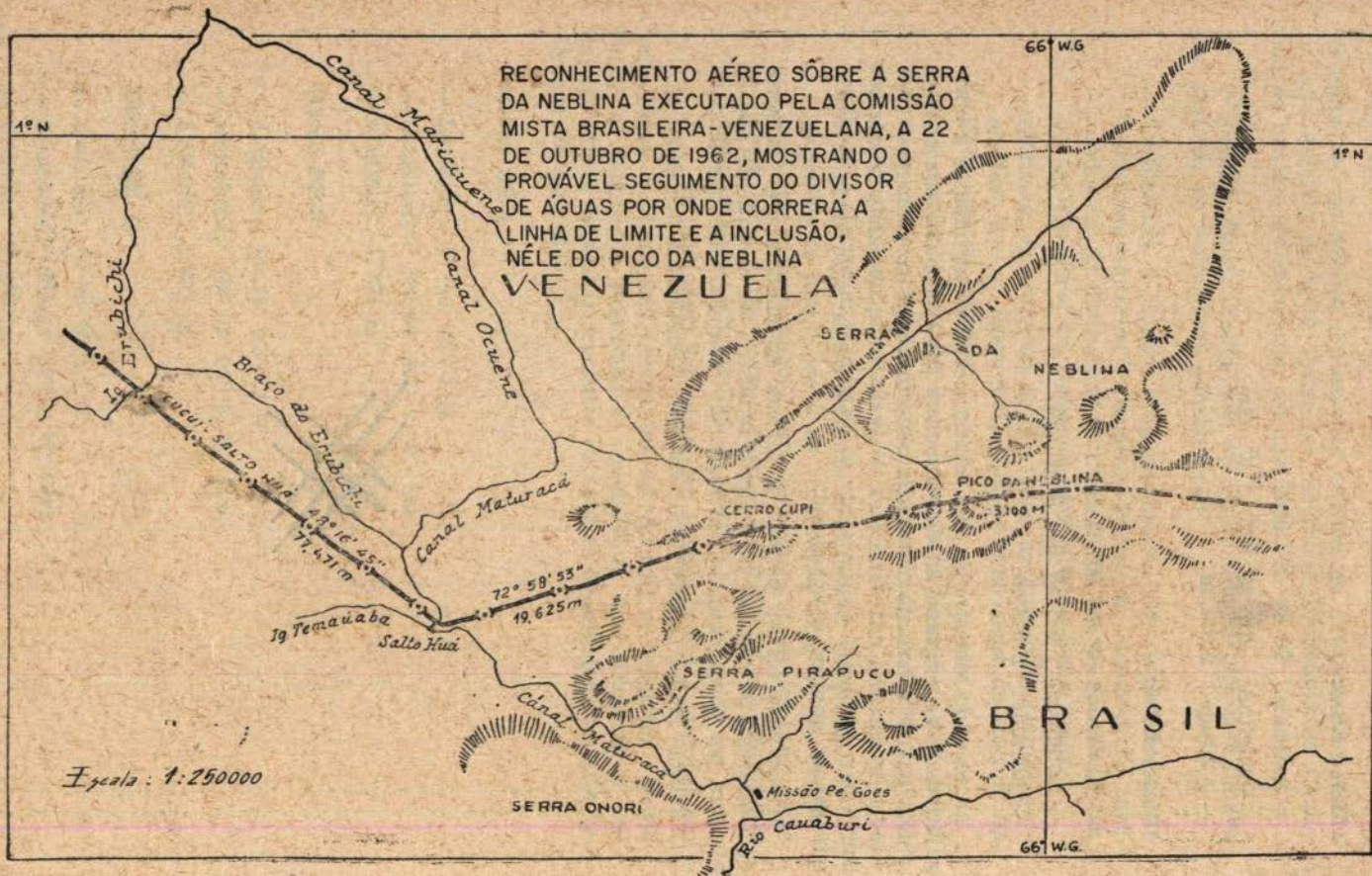
Marco BB-5:

- Latitude: $0^{\circ} 48' 50''$.7 N.
- Longitude: $65^{\circ} 58' 00''$.7 W. Gw.
- Altitude: 2.344 m.

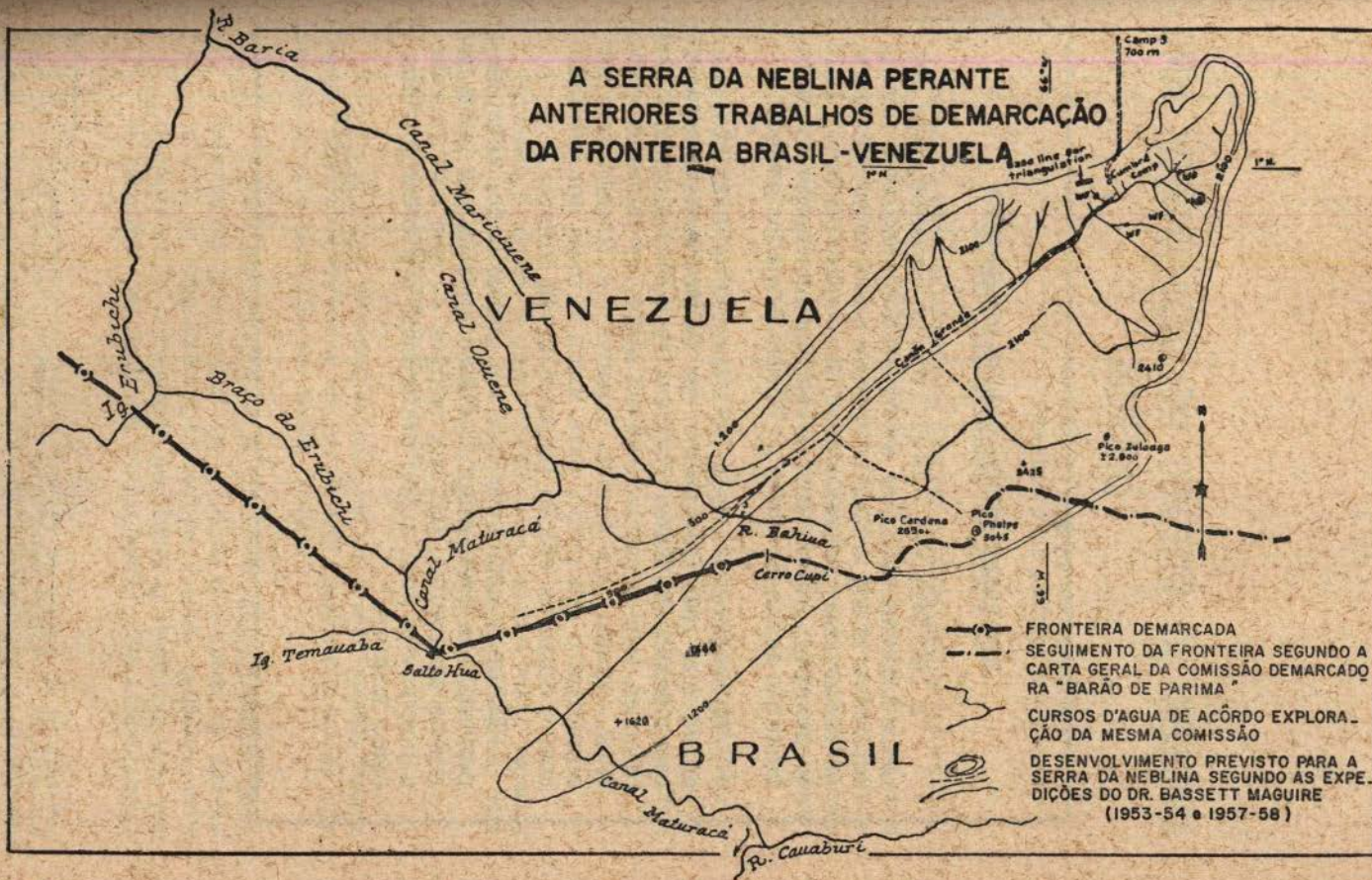
Ao segundo semestre do ano estaria, certamente, imposta a obrigatoriedade de prossecução dos trabalhos interrompidos por contingência que se afirmava tanto pelo aspecto climático como pelo inevitável decréscimo das condições de resistência, abaladas pelo rigor com que o ambiente atuara sobre os elementos materiais e humanos que davam impulso à expedição.

Irredutíveis foram, porém, os fatores de impedimento da volta da Comissão, no decurso do próprio semestre, ao cenário de que se afastara por força daquela contingência. Transferia-se, assim, para o ano seguinte a indispensável retomada dos trabalhos, ali.





A SERRA DA NEBLINA PERANTE ANTERIORES TRABALHOS DE DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA



O PREÇO DESTA REVISTA...

“A DEFESA NACIONAL” vem-se impondo, cada vez mais, à consideração, ao interesse, à simpatia dos nossos leitores — já dos militares (oficiais e sargentos), já agora de destacadas personalidades dos meios oficiais e culturais civis. Até no exterior, ao que sabemos, vem tendo bastante aceitação entre as Forças Armadas amigas.

Entretanto, o preço do exemplar (NCr\$ 0,20) há muito que está inalterado, em flagrante descompasso com a realidade. E isto porque a Diretoria, apesar das alterações, tem-se empenhado em agüentar enquanto possível. Agora, não é mais possível: a Revista tem de aumentar o seu preço, para torná-lo mais apropriado com o custo da edição (embora ainda inferior...).

Estamos certos de que tal necessidade, aliás imperiosa, será bem compreendida e apoiada por todos os nossos assinantes, leitores, amigos — que continuarão a honrar-nos com a sua preferência e a prestigiar-nos, como sempre.

A DIRETORIA

UMA INTERPRETAÇÃO DO CONCEITO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Ten-Cel Inf (QEMA)

FRANCISCO DE FRANÇA GUIMARAES

CONCEITO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Segundo o moderno conceito de Relações Públicas vigente neste Curso:

“Relações Públicas são um método de influência por forma a estabelecer, no seio da Opinião Pública, juízos, imagens ou conceitos a respeito de indivíduos, organizações ou entidades tendo em vista obter manifestações de aprovação, aplauso ou concordância.”

Este conceito, genérico, envolve várias idéias, juízos, conceitos e raciocínios que merecem ser perquiridos ainda que de passagem. E, dentre êles, dois existem de impositiva focalização: são os que dizem respeito à Opinião e à Opinião Pública.

* * *

Napoléão, o genial e controvertido corso, adotava como esquema de manobra de suas batalhas o batimento do inimigo, por partes, para destruir-lhe, com maior facilidade e “a posteriori”, a massa.

Isto é o que tentaremos fazer aqui.

Para tanto, vamos valer-nos, de saída, de um grande ensaísta francês Hipolito Taine e vamos retirar de um de seus ensaios êste trecho cuja melodia serve, à perfeição, aos nossos objetivos:

“Par l'accumulation et la contrariété des expériences journalières, les tendances et les noms se multiplient, se circonscrivent, se subordonnent, comme les qualités générales qu'ils représentent, et la hiérarchie des choses se traduit en nous par la hiérarchie des tendances et des noms.” (*De L'intelligence*)

N. R. — O Autor apresenta uma interpretação do conceito de Relações Públicas, “à luz dos conceitos de OPINIÃO e de OPINIÃO PÚBLICA”. Esta sua tese mereceu a menção “excelente”, no Curso de Opinião Pública e de Relações Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Tais coisas nos ocorrem pelo fato de considerarmos um dos mais belos e esplêndidos atributos humanos esta fabulosa e peculiar capacidade que possuímos de caldear, manipular, combinar e estabelecer idéias através do raciocínio. Pensar, portanto, em sendo um processo intelectual, puro por excelência, é também, um processo cíclico cuja ação motora-primeira é a própria idéia.

Que, no começo, é ela só, mas que, ao término do processo desponta, desabrocha e se desata em outros tantos juízos, conceitos e imagens, mais ou menos formais, mais ou menos definitivos e que, revestidos ou impregnados de certo grau de *certeza* acabam por se sedimentar como a própria *opinião* sobre determinado conhecimento, evento ou pessoa.

Ora, tudo o que até aqui dissemos define as ações do indivíduo, ou melhor, da pessoa agindo de per si. É evidente, por outro lado, que o fenômeno se comporta de igual maneira e intensidade em relação a todas as demais pessoas.

De tudo isto resulta então — num determinado momento do processo coletivo — um contato. Onde os conceitos, imagens, juízos e opiniões se defrontam e interagem.

Fato este que afinal de contas vai caracterizar o próprio fenômeno da *opinião pública* — como instrumento de coesão e coação social — por isso que se comporta como um fenômeno *consciente*, portador de uma condição de *racionalidade*, impregnado de *pluralidade*, *evolutivo* por essência. E que, por se basear na interação, se nos apresenta também eminentemente *social*.

Mas, se é verdade que o fenômeno da *opinião pública* é tudo isso e tais méritos realmente possui, não é menos verdade, por outro lado, que por permitir *oposição* e a incidência da *probabilidade* ele é, por igual, uma manifestação do *incompetente* e do *inseguro*.

Ainda que tal afirmativa se nos afigure dura demais ao primeiro instante ela, na realidade, não o é, tanto assim pois a circunstância por ela fixada é a própria essência do processo opinativo.

É por intermédio dêle, ademais, que o Homem, sendo um ser sensível e racional, revelará o sentido de sua precedência sobre os demais seres vivos, por isso que estabelecerá, através da palavra — e mais do que isso, através do *diálogo*, — o meio segundo o qual melhor fixará a sua *opinião* ou a submeterá a uma revisão ou reformulação, corrigida a nesciência que tiver localizado ou identificado.

Daí, então, a razão de havermos caracterizado o processo ideativo como um ciclo. Figura retórica que corresponde, a seu turno, aos quatro estágios da formação da opinião (e que nos são destacados pelo Prof.

Walter Ramos Poyares após enfatizar o fato de que “a opinião é a manifestação da individualidade, da pessoa individua, racional e distinta”) e que, aqui estão:

- 1) — a *nesciência* que é a ausência de conhecimentos, incapaz, por isso mesmo, de qualquer manifestação;
- 2) — a *dúvida*, que é a oscilação entre duas ou mais afirmações que se contrariam, sem que a inteligência consiga deter-se em uma e formar juízo. A dúvida, tal como entendida aqui, é uma introdução ao conhecimento tanto científico como especulativo;
- 3) — a *certeza* que é a adesão total da inteligência a uma verdade sem admissão de erro ou deriva.
- 4) — a *opinião* que é a aceitação de uma afirmação, por motivos mais ou menos fortes, com a conseqüente formação de um juízo, e sua manifestação, admitida implicitamente a existência de juízo divergente.

OBSERVAÇÃO

O assim chamado processo de “lavagem cerebral” em particular o realizado através da moderna técnica que utiliza o “Stress” (*) como fundamento principal da influência vale-se, também, destes 4 estágios, embora objetivando violar os processos mentais e o psiquismo do receptor sem jamais realizar um diálogo em nível de igualdade. A seqüência então seguida é a seguinte:

- 1 — o ponto inicial é a *opinião* do oponente sobre o tema visado;
- 2 — a seguir, através de sofismas, ocultos atrás de argumentos aparentemente lógicos e coerentes, estabelece-se a *dúvida* no oponente;
- 3 — insinuada a dúvida parte-se para o estabelecimento de um estado de *nesciência* pré-fabricado;
- 4 — atingido este estágio está-se em condições de impor a “nova” *certeza* — objetivo do processo chamado pelos chineses de “Hsi-Nao” (cuja tradução literal é “lavar o cérebro”) — e que tanto pode visar a obtenção de uma confissão (para fins propagandísticos), como a própria endoutrinação.

Isto, porém, como dizia Kipling, é outra estória.

Cabe, portanto, a cada um de nós, nunca considerarmos os ciclos que defrontarmos como definitivos ou encerrados, porque às variadas in-

(*) Ver estudo sobre o STRESS, em tradução do Autor, publicada nesta Revista (n. de Jan/Fev 67).

junções da vida em comum acabam por nos convencer de que a *certeza* é, na verdade, um valor relativo por isso que há, sempre, uma probabilidade divergente a considerar, a sobrelevar, a examinar.

É a hierarquia das coisas portanto atuando em nós pela hierarquia das tendências e dos nomes de que nos fala Taine em pleno século XIX.

O tema, como se vê, é realmente empolgante e contém uma expansionabilidade que há de ser contida, em sua dinâmica, aos limites impostos pelo espaço gráfico.

* * *

Vimos até aqui, então, que o ato de *opinar* é um ato encharcado de insegurança e... de incerteza também.

E que há de ser assim para que possa haver interação, debate ainda que nem sempre tranqüilo e muitas vezes sacudido e convulsionado por verdadeiro tumulto cerebral (ou segundo a expressão original norte-americana "brainstorming"). É de se ver, por outro lado, que se assim não fôsse o próprio *diálogo* não se realizaria, não concretizando os seus objetivos máximos. Mas que assim sendo se transforma também em mais uma fonte de tensão e de elevação do nível de "Stress" peculiar a cada um de nós.

Daí, talvez, uma das afirmativas prediletas do hoje controvertido e quase irreconhecível líder católico *Tristão de Athayde* pela qual êle classifica a nossa centúria de "o século da angústia".

Mas, sê-lo-á mesmo?.

Vejamos o assunto, por partes, nos valendo tanto quanto possível do próprio plano argumentativo de *Tristão de Athayde*.

Etimologicamente *angústia* é insatisfação, ânsia de liberdade, aflição, apertura, tensão, confusão. Elementos que começam a caracterizar, cada vez mais no linguajar médico e dos "experts" em Guerra Psicológica um estado especial de desgaste biológico ou psíquico denominado "Stress" e que pode ser deflagrado espontânea ou artificialmente.

Ora, tais coisas não são peculiares a uma época, a um século. Tal como aliás o próprio *Tristão de Athayde* o admite. Por outro lado — e isto é muito importante — o Homem, enquanto Homem, e enquanto perdurarem os padrões democráticos legítimos de viver e de pensar a que estamos afeitos assim se comportará. Pois que é esta a sua substância, como pessoa. Entidade entológica que *Boetio* nos define em nível filosófico como sendo a "*substância individua da natureza racional*".

Não há que negar por outro lado que estamos a viver, hoje, um ambiente de compulsão muito visinho da angústia pura.

Como explicar, porém, a existência de um *Leopardi*, de um *Tolstoi*, de um *Nitzche* em pleno Século XIX, um século tido e havido como sa-

tisfeito consigo mesmo? (Note-se que é o próprio *Tristão de Athayde* que nos chama a atenção para a incongruência.)

Nosso século, salvo melhor juízo, ainda não revelou indivíduos tais como eles, quase marginalizados pela sua intensa e vertiginosa impulsão angustiante, e cuja expressão máxima é este estranho fenômeno nórdico chamado Kierkegaard — o genial impotente — que terminou extravasando a sua angústia de homem e espôso não realizado numa filosofia de vida que, até certo ponto, é uma reinterpretação do cristianismo. E que acabou, mesmo — como bem destaca uma vez mais *Tristão de Athayde* — por ser a fonte desta filosofia, discutida e discutível, das caves, dos "beatniks", do existencialismo sartreano.

Mas, tudo isso, nos alentamos a crer, deriva mais de um erro de atitude e comportamento do próprio Homem, vale dizer de nós mesmos, do que da existência de um estado de angústia que seria a tônica deste incongruente, anacrônico e obsedante século.

É que o Homem do século XX preocupou-se, demais, com o progresso material, deixando de lado o imperativo progresso espiritual. Hoje, ausculta e sonda os abismos do Infinito, mas permanece, na Terra, regido por normas, folkwais e diplomas legais contemporâneos — ou mais antigos até — dos protótipos dos veículos a motor.

Tinha razão, pois, *Bertrand Russel* ao proclamar:

"Os cientistas não terão, apenas, de lidar com as ciências que se relacionam com o Homem, porém — e isso é algo muitíssimo mais difícil — terão de persuadir o mundo a atender no que têm descoberto. Se malograrem nessa árdua empresa, o Homem acabará por destruir-se, pelo seu conhecimento incompleto."

O atual estágio dos processos de comunicação em massa é, por exemplo, uma das muitas conseqüências irônicas desta imprevidência. O Homem pretendeu criar e desenvolver os processos de comunicação para que o servissem. Paradoxalmente, porém, está por eles condicionado, senão mesmo por eles dominado.

É curioso, ademais, notar-se que a coisa assim se passa e se comporta nos dois lados do muro que demarca os dois mundos ideológicos em presença.

— Do lado ocidental que vemos nós, então?

Uma excessiva comercialização dos meios, uma generalizada e despuradora irresponsabilidade de emprêgo, uma inconseqüente aceitação e acomodação aos fatos (quer da parte dos profissionais ou do público).

— E, no lado oriental, que vemos?

A total subordinação dos meios ao Estado que deles se vale para destruir, cada vez mais, a pessoa e institucionalizar, cada vez mais, o indivíduo.

É de se ver, então, que tudo isso teria de acarretar fatais e decisivas implicações ao processo opinativo, quer em relação ao indivíduo, quer em relação ao público. Pois, como nos dizia o Padre Teilhard de Chardin, em 1940, em uma de suas "Lettres de Voyage":

"... o que mais me impressiona não é o que se pode perceber de evidente nas lutas aparentes, mas o total desconhecimento e a total falta de entendimento da personalidade de Deus".

Vale dizer: dos valores subjetivos, dos valores espirituais, produtos da inteligência que são, tanto quanto o são, também, as navees espaciais, o Direito Espacial e os princípios da Matemática Espacial que se começam a delinear.

É interessante se observar, a esta altura, que o Homem, em sua desarrazoada presunção escolástica se define em termos filosóficos um ser, material, orgânico, sensível, racional...

— Por que, então, não age como tal na hora de opção que está a viver?

É desta impertinência, então, que emana à tôda a sua perturbação e esta ânsia de "viver à vida" dos nossos dias que, peculiares às gerações mais novas, nos primeiros tempos, já, agora, afetam também as gerações ascendentes.

Ora, o processo da *opinião pública* está sujeito, em suas linhas mestras, à formação das *opiniões* dos indivíduos ou das pessoas que integram à sociedade, por princípio, e a comunidade, como fim.

O processo, portanto, pressupõe como afirmamos: pluralidade, continuidade no sentir permanência na ação, racionalidade, evolucionismo, historicidade.

Coisas que, há de se reconhecer, no nosso mundo, começam a periclitar por injunções e ilações advindas de tudo quanto até aqui dissemos.

* * *

São inúmeras realmente as distorções subseguidas ao desnível surgida entre o desenvolvimento tecnológico e o lento desenrolar dos currículos humanísticos. Uma delas, por exemplo, diz respeito ao fato que hoje vivemos num mundo que só se reserva *direitos* (ai está a ONU com seus alentados Códigos de *direitos humanos* e de *direitos civis*).

Onde, porém, os Códigos paralelos e correlatos de *deveres*? — Onde se localiza a autoridade jurídica que lhes garanta a sobrevivência? — a valoração? — e a aplicação de normas coercitivas? (Que já existem, aliás, para os supervalorizados *direitos*...)

É preciso que não nos esqueçamos os *direitos* só se fazem legítimos quando decorrem de *deveres* iguais e correspondentes. O que estamos

fazendo é justificar sempre e cada vez mais o ensinamento de *Sêneca*: "*Jus est in armis*", esquecidos do aforismo mais verdadeiro e mais justo "*Jus et obligatio sunt correlata*".

E a coisa vai a tal ponto que já praticamente não se respeita o ensinamento de *Stuart Mill*: "*A liberdade de um cessa, onde começa a liberdade de outro*". Fato que finalmente torna esta observação do padre *Teilhard de Chardin* dolorosamente atual:

"Esquecemo-nos que somos terrivelmente dependentes, uns dos outros, no setor sociológico. E o nosso mal é que apelamos para os processos de persuasão clandestina utilizando ilações mais ou menos conscientes, desejos mais ou menos confessados, impulsos mais ou menos contidos. É como se já tivessem esgotado os recursos do entendimento sensível e nocional e fôssemos buscar nos andares inferiores o melhor meio de influência e domínio do nosso semelhante."

Pois, na verdade, vivemos a era do predomínio do sub-reptício e do subliminar, buscando-se sempre, e cada vez com maior intensidade, o controle dos indivíduos e das massas fora da área da percepção consciente.

Ora, tudo isso condiz, uma vez mais, com o processo de formação da *opinião pública*, ligado que está a dois tipos de fatores de pressão:

- | | | |
|-----------------------|--|---|
| Fatores
Exteriores | a) <i>ambiência</i> | Definida por componentes tais como Família — Nível social e econômico — Exercício da profissão e culto religioso; |
| | b) <i>contingencia social</i> | Aqui representada pelos sistemas ideológicos políticos predominantes e as tendências de costumes. |
| | c) <i>intensidade dada à influência</i> | Função dos meios de influência postos em ação e da habilidade e oportunidade da sua utilização. |
| Fatores
Exteriores | a) <i>condições psíquicas e psicológicas</i> | Do nível destas condições, vigentes individual e coletivamente, dependerá todo o êxito da influência. |
| | b) <i>grau de cultura e experiência</i> | Componentes estas que dizem respeito especial ao "tipo" de público visado. |

Bem examinados, então, os dois conjuntos notar-se-á que é através dos primeiros — os *Fatores Exteriores* — que se poderá melhor impressionar o psiquismo individual como coletivo atuando fora da área perceptiva conscientizada e agindo de fora para dentro.

Por isso, há bem pouco, afirmávamos ser o processo opinativo, entre outras coisas mais, uma revelação, também, do *incompetente* e do *inseguro*.

E assim o fizemos porque tínhamos em mente a razão mesma de todo o processo de opinião: a presença e a atuação de uma reação suscitada por uma *oposição* e de uma *dúvida* gerada por uma *probabilidade* divergente.

Ora, quem fala em *probabilidade* fala em *instabilidade* que, aqui, é sinônimo de *incerteza*.

Vale dizer, então, que momento haverá em que o indivíduo sentirá que algo está a acontecer com aquela *opinião* que antes se lhe afigurava estável e perfeita, até lhe falirem a competência e a segurança argumentativas. E, a partir deste momento, aquela mesma opinião passará a se degradar segundo o maior ou menor peso dos elementos sustentadores de sua constituição. Peso este, a seu turno — note-se bem o fato — que se modifica e altera de acordo com as circunstâncias vigentes.

É dentro deste quadro que se pode — como bem destaca o Prof. Poyares:

“atuar de fora para dentro tornando mais pesados os fatores exteriores (pela maior ênfase, pela repetição ou multiplicação) de modo a reduzir um estado de *convicção* (ou *certeza moral*) ao de *dúvida* para, daí, conduzir o “paciente” à opinião que interessa ao agente”.

* * *

Não há que negar que a *Opinião Pública* ao mesmo tempo que é criadora, é também, poderosa modificadora do comportamento humano. Mas está sujeita a uma série de injunções e deformações que muito a prejudicam e atrofiam, tais como as que até aqui mal afloramos e superficialmente examinamos.

Mais do que isso pois, como nos estabelece *Emílio Willens*:

“Embora predominantemente racional, a *Opinião Pública* pode ter um caráter emocional cuja intensidade varia de acordo com os interesses em jogo e a oposição feita por opiniões antagônicas.”

A Opinião Pública entretanto por mais que lhe tenham pesquisado e dissecado suas inúmeras e variegadas componentes, permanece sendo até hoje um processo fluido, escorregadio, instável na essência e no próprio conceito. Pois que, na verdade, os existem tantos quantos têm sido os autores que dela se têm ocupado e interessado.

E sendo ela, como é, uma das fontes básicas e essenciais das *Relações Públicas* não é de admirar sejam estas, também, uma fonte de controvérsia, de descrédito até certo ponto e de intenso charlatanismo como infelizmente se vêm caracterizando em determinados setores...

A correta fixação, portanto, dos conceitos de Opinião e de Opinião Pública não só deve ser objeto de estudo e de atenção de quantos se interessem pela existência humana e pela vida social, como estruturas permanentes que são, como, também, do próprio estudioso de *Relações Públicas* porque a falha fundamental de todo o problema — já deve ter o leitor percebido — reside na inexistência de uma teoria satisfatória sobre o que seja Opinião Pública — sólidamente fixada por substância filosófica e social, sobretudo.

Em que pese entretanto a subjetividade e a controvérsia de que está impregnado o assunto resolvemos então tomar e aceitar como integralmente válida a conceituação, proposta pelo Curso, por entender que ela corresponde plenamente à expectativa e à realidade dos fatos, em particular, para atendimento dos objetivos deste ensaio:

"Opinião Pública é um processo coletivo que visa a estabelecer, no espaço social, uma manifestação, concordante, em relação a um determinado fato ou a um determinado símbolo."

* * *

A tese proposta é ampla e grandiosa como o são os conceitos e fundamentos a que ela se subordina. No seu desenvolvimento buscamos imprimir o sentido pessoal do nosso entendimento e das nossas tendências. No seu decorrer — no batimento das partes — levantamos premissas que, bem sentimos, precisam e merecem maior desenvolvimento e melhor caracterização.

Mas que os limites impostos não nos permitiram e, talvez não nos permitissem fôsse maior, também, o nosso poder argumentativo e de síntese.

Em que pese portanto o nosso estado d'alma, o nosso psiquismo e o poder detergente que emana da capacidade crítica do leitor, parece-nos, então, haver sido caracterizado que as *Relações Públicas* estão profundamente identificadas com a capacidade de *opinião* de cada uma das partes dialogantes e a corrente que delas deriva, no caso, a *Opinião Pública*.

E que o processo em si pressupõe, sobretudo, a liberdade de *pensar* e *opinar*, elementos fundamentais do nosso modo de ser democrático ocidental. Esta liberdade individual e pessoal, que é o nosso apanágio, mas que do outro lado do muro significa o "paredón", a internação em manicômios ou o exílio siberiano...

Se nos convenceremos de coisas tais seremos capazes de levar as *Relações Públicas* a um nível técnico, filosófico e profissional jamais igualado e jamais sonhado.



O MÉTODO EM QUESTÃO

Capitão-de-Fragata LAMBERT
(Revue Militaire D'Information)

Trad do Ten-Cel Art RUBENS MÁRIO JOBIM,
Oficial de Estado-Maior

"O poderio desencadeado do átomo tudo mudou, exceto nossos hábitos de pensar". — EINSTEIN.

O PROBLEMA DA DECISÃO MILITAR

A racionalização da elaboração da decisão militar foi objeto dos cuidados de numerosos teóricos e práticos desde muitos séculos, e dos frutos desses esforços nasceram os "métodos" ensinados nas Escolas de Guerra. Ora, é bastante curioso constatar que, enquanto que no setor da economia, por exemplo, as pesquisas contemporâneas sobre o problema da decisão abundam, os autores militares de hoje são de uma discrição surpreendente neste assunto; e isto, precisamente no momento em que os métodos tradicionais dão mostras de sua insuficiência.

Propomo-nos, não a construir, em algumas linhas, um novo método universal e polivalente — o que demonstraremos não ser possível — mas a proceder a um estudo crítico de nossos métodos face a face com os problemas atuais, e indicar, em nosso entender, em que direção deve exercitar-se o pensamento militar, dentro desta ordem de idéias.

É conveniente, logo de início, definir a expressão "decisão militar" e eu adotarei a do general Achard-James: "decisão tomada nas situações de guerra", ficando entendido que pode se tratar de guerra quente, morna ou fria; por exemplo, a decisão do presidente Kennedy, quando da crise de Cuba, foi uma "decisão de guerra"; por outro lado, considerarei antes as decisões estratégicas, ou da "grande tática", que as de pura tática nos pequenos escalões.

Quer em relação aos cursos de Foch, ou às obras similares anglo-saxãs e alemãs, constatar-se-á sem dificuldade, que os métodos atualmente ensinados — pelo menos no Ocidente — procedem de uma reflexão lógica sobre os casos concretos históricos, e que eles integram, mais ou menos explicitamente, uma doutrina que comporta um certo número de "processos técnicos". Os lógicos diriam que nossos métodos são empírico-rationais.

Pelas suas próprias fontes, estes métodos são-nos, pois suspeitos, porque pressupõem a imutabilidade, do passado ao futuro, de todos os fatores contingentes. Em outros termos, que as condições gerais da experiência passada repetir-se-ão na experiência futura. Foch sentiu notavelmente a necessidade deste postulado: para o seu estudo "Princípios da Guerra", pressentindo com uma admirável lucidez que a "próxima" seria uma guerra total de massas, análoga às guerras da Revolução e do Império, negligencia voluntariamente, em seu proveito, o que designa de as "guerras de gabinete" do Século XIX.

OS PRINCÍPIOS A SALVO DE QUESTÃO

Indo, pois, mais longe no zêlo iconoclasta, pode-se perguntar se alguns destes "processos" continuam válidos. Temos pelo menos o direito de colocá-los de novo em questão, submetendo-os a uma crítica de razão pura.

Eis aqui um exemplo apresentado desde 1916 por F. W. Lanchester sobre o processo da concentração. Admitindo (como Foch) que os processos de estratégia são as "integrais" dos processos táticos, este autor escreve:

"Nos antigos tempos, quando a arma respondia à arma, o ato de defesa era passivo e direto, o golpe de gládio ou de hacha d'armas era aparado pelo gládio e pelo escudo... mas a defesa das armas modernas é indireta: impede-se o inimigo de atirar sobre vós, atirando antes sobre ele, e a defesa tem um caráter essencialmente coletivo. Também, como consequência desta diferença, a importância da concentração na história não manteve uma grandeza constante".

Lanchester prossegue sua análise, que termina, sabe-se, nas famosas "equações da guerra"; a lei linear correspondendo às condições "antigas", e a lei quadrática correspondendo às condições "modernas", isto é, às da primeira guerra mundial. A lei linear não permite atribuir à concentração mais que uma importância meramente secundária (fase de exploração), enquanto que a lei quadrática leva a fazer-se dela uma condição essencial da ruptura.

Resulta deste processo, em confronto com o emprêgo da arma nuclear, o que, segundo sei, nenhum estudo publicado conseguiu ainda demonstrar em pura lógica, isto é, por meio de um raciocínio que se possa reduzir a um cálculo simbólico, apoiando-se em axiomas evidentes.

Que me compreendam bem, não afirmo a falsidade de todos os processos do passado; deles contesto somente a verdade absoluta, e assim nada mais faço que me adaptar ao primeiro preceito cartesiano: "Não aceitar jamais coisa alguma por verdadeira sem que a reconheça evidentemente como tal".

Nestas categorias de "coisas verdadeiras", isto é, redutíveis à evidência, enfileiro, em compensação, os grandes "princípios" da liberdade de ação, de economia de forças, etc... que sobressaem da pura lógica.

Os métodos tradicionais, pois, utilizando para seu exercício de aplicação doutrinas empíricas, não podem ser classificados como globalmente racionais. Pelo menos o são, pode-se pensar, em seu mecanismo.

Atualmente, os métodos ensinados podem ser divididos em dois grupos: os que batizarei de continentais, e surgiram da confrontação das Escolas francesa (Foch) e alemã (Moltke); e os que chamarei americanos, e que em detalhe estão expostos no "*Sound Military Decision*", editado pelo "*Naval War College Newport, R.I.*")

MÉTODO CONTINENTAL

Os métodos continentais, quer seja o das "possibilidades", o das "intenções", ou o método "objetivo", caracterizam-se pela construção estritamente cartesiana de uma dessas "longas cadeias de raciocínio, bem simples e fáceis, de que os geômetras têm o hábito".

Mas Descartes apenas encarou o método do pensamento reflexo, e não o do pensamento tendo em vista a ação. Ora, todo problema de decisão visa a definição de um conceito de ação. E a ação é luta: por definição, a ação tende a modificar — em nosso proveito — uma situação dada; batemo-nos, pois, sempre contra a estabilidade ou uma evolução natural desfavorável; em situação de conflito, batemo-nos também contra a vontade hostil do adversário, e existem inter-reações entre nossas próprias decisões e as de nosso inimigo. A "cadeia" de dedução cartesiana tal como aplicada à resolução de um problema cíclico não é, pois, apropriada. Foi preciso encontrar um subterfúgio, e este subterfúgio é "a hipótese sobre o inimigo". As discussões apaixonadas a que se entregaram e a que se entregam ainda — partidários e adversários das "possibilidades", das "intenções", da hipótese "a mais perigosa", da hipótese "a mais provável", bem provam que nos encontramos em presença de um ponto fraco do método.

É que, com efeito, a escolha da hipótese não é propriamente racional: aí intervém um julgamento de valor, portanto essencialmente subjetivo; o chefe se reporta, desde este estágio, a seus próprios critérios de escolha. Bem entendido, é aconselhável, no prosseguimento dos trabalhos, defender-se contra todas as hipóteses não levadas em conta, mas isto é frequentemente difícil, senão impossível de realizar. Se, pois, as subsíntheses clássicas podem ser consideradas como operações puramente lógicas (com a condição de que não tendam somente a justificar uma idéia de manobra intuitiva ou preconcebida), a escolha da hipótese e, naturalmente, a escolha final, são operações subjetivas que surgem da psicologia tanto quanto da lógica.

MÉTODO AMERICANO

O método americano representa uma tentativa interessante na via de racionalização. Apoiar-se na teoria dos jogos e dela utiliza o modelo da matriz. Sabe-se que a teoria dos jogos tem por objetivo precisamente a determinação matemática da melhor linha de ação em situação de conflito. Aparentemente, temos aí uma solução inteiramente racional do problema da decisão militar. Aparentemente, porque, por mais convincentes que sejam os exemplos concretos analisados por O. G. Haywood Jr., em seu artigo "*Military Decision and Theory of Games*", a aplicação prática apresenta um certo número de dificuldades que vamos analisar.

Logo de início, trata-se de determinar todas as linhas de ação amigas e inimigas. Para as linhas de ação amigas, não há ambigüidade, porque somos guiados pela missão, que, desde que convenientemente redigida, impõem-nos critérios de escolha perfeitamente objetivos. Quanto às linhas de ação do inimigo, o problema é mais delicado. Para ser válido, a teoria postula que o jogo seja de soma nula, ou seja, diz que o adversário persegue um fim exatamente oposto ao nosso; somos, pois, automaticamente levados a imputar ao inimigo um comportamento análogo àquele que lhe emprestaria implicitamente o processo da hipótese mais perigosa, sob uma forma todavia menos cheia de nuances.

Estabelecidas estas linhas de ação, é preciso determinar, em princípio numericamente, o "ganho" da partilha resultante do confronto das linhas de ação tomadas duas a duas. Dizemos sem dificuldade que, em uma situação militar, é extremamente raro poder exprimir vantagens e desvantagens, ganhos e perdas, numa escala aritmética; de um modo geral, podemos no melhor dispor os "ganhos" em uma classificação de valores; a constituição do sistema de referência de valores, operação sobre a qual voltaremos, não procede inteiramente da razão pura, donde a intervenção da subjetividade. E esta subjetividade ocasiona um grave inconveniente de ordem lógica: escolhendo nosso próprio sistema de valores, inferimos implicitamente que o sistema de valores do inimigo é exatamente o inverso (postulado da teoria dos jogos).

Admitamos, entretanto, que pudemos estabelecer nossa matriz de valores; falta resolver o jogo. Se este apresenta um ponto de equilíbrio, a solução é única (tática pura) e a aplicação implícita do critério de Wald (maximin) é evidentemente legítima. É inútil precisar que, na realidade, esta eventualidade é rara: corresponde, com efeito, ou a uma situação "fatal", em que liberdade de ação dos dois adversários é nula, ou a uma situação "de informação completa", em que cada um dos dois adversários conhece com certeza tudo o que o outro pode fazer.

Se não existe ponto de equilíbrio, diversos procedimentos matemáticos permitem-nos determinar uma ou diversas estratégias mistas, que garantem-nos o valor do jogo compreendido entre o minimax e o maximin. Uma estratégia mista é uma combinação de diversos modos de ação, jogados aleatoriamente, segundo uma certa proporção. A garantia só vale, pois, para um ganho médio, depois de um certo número de partidas (pode-se calcular, de resto, o número de partidas que é preciso jogar, para assegurar, com um certo grau de confiança, o ganho médio).

Mas uma batalha não acontece senão uma vez, não se toma mais que uma vez uma decisão político-estratégica de alguma importância. A teoria dos jogos prevê que neste caso deve-se proceder a uma tirada à sorte, segundo um esquema de urna, respeitando as proporções indicadas pelo cálculo. Mas qual o chefe que seguiria sem hesitar os conselhos de um chefe de estado-maior, como o do famoso coronel Blotto?

O CORONEL BLOTTO

O bom coronel Blotto dispõe de seis companhias, das quais duas estão engajadas em dois pontos distintos — A e B — contra um inimigo cuja força total está avaliada em 5 companhias. Preocupado em respeitar o princípio da economia de forças, e de agir de forte ao fraco, o coronel Blotto (D.E.M.S., suponho) hesita entre cinco linhas de ação, correspondendo às possíveis divisões de suas companhias, ou seja: (5:1) ou (4:2) ou (3:3) ou (2:4) ou por fim (1:5). Quanto ao inimigo, pode proceder à divisão (4:1), (3:2), (2:3) ou (1:4). E eis o conselho do seu chefe de estado-maior:

“Vigiai a formiga que está sobre a bolsa de vossa carta. Quando ela atingir a mancha de graxa, olhai a agulha dos segundos em vosso relógio. Se ela estiver entre 0 e 6 segundos deveis repartir vossas forças igualmente. Se a agulha estiver entre 6 e 30, enviai todos os reforços a A; se estiver entre 30 e 54, enviai todos os reforços a B; se ela estiver entre 54 e 60, refaça a experiência”.

É provável que, na realidade, o coronel Blotto mandasse para o diabo o chefe de estado-maior, a teoria dos jogos e o critério de Wald. Ora, trata-se de uma apresentação rigorosa, se bem que humorística, da solução do jogo que é: do lado amigo, 4 para (5:1). 0 para (4:2), 1 para (3:3), 0 para (2:4) e 4 para (1:5). Mas o coronel Blotto poderia realizar de outro modo sua escolha, como veremos em prosseguimento. O significado deste exemplo é que, no caso geral, a solução matemática do jogo, se é possível, não é admissível tal qual, como razão da decisão.

UM MÉTODO UNIVERSAL

Vimos, pois, sumariamente, as insuficiências dos dois tipos de métodos; agora é conveniente procurar em que via nos devemos orientar para remediar estas insuficiências. Mas, primeiramente, é desejável, é possível esperar chegar, enfim, a um método único, universal, que resolverá todos nossos problemas? A experiência da metodologia das ciências mostra que a resposta a estas duas perguntas só pode ser negativa. O método é concebido em função de seu objetivo e seria estúpido utilizar a mecânica ondulatória para resolver problemas de dinâmica racional. Neste sentido, o método "continental" continua a ser aplicado muito bem nas situações táticas terrestres; êle perde um pouco o fôlego nas situações atômicas, e é muito incômodo, por vezes impraticável, quando se trata de estratégia, ou mais geralmente, de situações englobando vastos espaços e tempo bastante longo: é o que explica que o exército lhe tenha permanecido fiel, esforçando-se, ademais, em aperfeiçoá-lo, enquanto que marinheiros e aviadores empregam de preferência o método "americano", que se revela muito pesado para as situações simples, e que se presta muito mal para a aquisição do "hábito de agir corretamente (sobre o campo de batalha) sem ter que raciocinar" (Foch).

Parece, pois, necessário obter a flexibilidade de espírito que permita aplicar, em cada caso, o método adequado, sem idéia preconcebida, sem sistematização.

ANALISE DA DECISÃO MILITAR

Tentemos destacar, então, as condições para o estabelecimento de um método de decisão militar. Sendo a decisão militar apenas um caso particular, apoiar-nos-emos nos trabalhos dos teóricos da decisão, particularmente na obra de I. D. Bross "*Desing for decision*", e nas comunicações do seminário do C.N.R.S. sobre a decisão, principalmente, nas do coronel Chandessais.

Simplificando um pouco, a operação da decisão pode-se decompor em três etapas:

- 1 — Prever as conseqüências de cada linha de ação.
- 2 — Avaliar as conseqüências segundo uma escala de "desejos".
- 3 — Efetuar a seleção de ação mediante um critério baseado no fim colimado.

Em outras palavras, a partir de dados (missão, situação, inimigo, meios), trata-se de estabelecer, previamente à escolha, um sistema de previsões e um sistema de valores.

— O sistema de previsões é o conjunto das linhas de ação e de suas conseqüências previstas.

— O sistema de valores é, na linguagem dos especialistas, o conjunto dos "desejos" ligados a cada conseqüência.

De fato, como estamos em situação de conflito, deveremos, ao menos, "a priori", estabelecer um grupo de sistemas "amigos" e um grupo de sistemas "inimigos". Pelas análises e subsínteses clássicas, todos os métodos formam estes dois grupos: a memória da 3ª Seção e a síntese da 2ª Seção. Somente de um modo geral, sistema de previsão (objetivo) e sistema de valores (em parte subjetivo) estão inextricavelmente sobrepostos.

Seria conveniente, então, no método, fazer a distinção bem clara entre estes sistemas.

O SISTEMA DE PREVISÕES

Sobre a elaboração das linhas de ação e de suas conseqüências (sistema de previsões), é inútil estendermo-nos longamente, porque a racionalização aí foi levada ao extremo. Contentar-me-ei em fazer duas observações a este respeito.

A primeira refere-se ao caráter intrinsecamente de seqüência da decisão militar: uma tal decisão não pode ser concebida no absoluto. A decisão tomada em um certo escalão hierárquico arrasta outras decisões nos níveis subordinados — que podem modificar, voluntariamente ou não, o ponto de referência no qual se pensava aplicar a decisão primitiva; é pois possível que se produzam reações de retorno (*feed-backs*), que tenderão seja a uma regulação (a liberdade de ação na disciplina intelectual, de Foch) seja, como diria X. Sallatin, a uma "ressonância" que destruirá toda validade do sistema de previsão. Este problema traz à baila as comunicações, mais genericamente, a informação entre escalões, isto é, as estruturas mesmas da hierarquia. Contento-me em assinalar de passagem esta questão que, por si só, mereceria um profundo estudo.

De outra parte, a decisão militar é também uma seqüência no tempo: ela tende a criar, a partir de uma situação presente, uma situação futura, base de uma nova decisão, e assim por diante, visando a seqüência de todas essas decisões a criação de uma situação final de acordo com os nossos objetivos afastados, constituindo cada decisão elementar uma etapa no tempo. Pode-se mesmo conceber, em certos casos, um prosseguimento sem fim de decisões, tratando-se, por exemplo, de manter indefinidamente uma situação considerada como favorável, ou menos desfavorável que qualquer outra (política de "contenção" de F. Dulles, estratégia de discussão). Na prática, pois, geralmente não poderemos ater-nos à determinação das conseqüências diretas das linhas de ação, mas deveremos também encarar

o conjunto dessas conseqüências como componentes de uma situação futura, ponto de referência de uma decisão futura, e fazer um julgamento de valor, não somente sobre cada uma das conseqüências tomadas isoladamente, como também sobre o conjunto tanto quanto à situação. Breve, como o jogador de xadrez, deveremos prever "diversos lances à frente", estendendo-se esta previsão tanto mais longe no futuro, quanto mais elevado fôr o nível de decisão.

A segunda observação, concernente ao sistema de previsões, refere-se à incerteza ou à ignorância de certos elementos da situação e de sua evolução. Esta incerteza foi analisada pelo general Achard-James, que rejeita categoricamente a utilização das probabilidades em benefício da utilização das técnicas de manobra, que permitiriam guardar possibilidades de resposta a um futuro desfavorável. É inegável que se tais técnicas pudessem ser sempre validamente empregadas, seria tolo substituir o aleatório pelo certo. Estas técnicas baseadas na experiência serão sempre válidas nas condições de guerra atômica? É precisamente isto que nos permitimos contestar no começo deste estudo. Não intitulou o general Chassin um artigo na "Revista das Forças Aéreas": "Existe uma lógica da idade nuclear?", artigo que, precisamente, se propunha a pôr em discussão novamente certas técnicas? Quanto a aumentar o "coeficiente de segurança" considerando o adágio da Marinha a velas: "O que é muito forte jamais falhou, é mais fácil escrever no abstrato que realizar no concreto: o chefe jamais disporá de meios bastantes para fazer frente com certeza a todas as eventualidades. O jogo das reservas, que pode precisamente diminuir o risco, repousa sobre certas disposições preliminares que conduzem a uma opção, e, pois, a uma decisão na incerteza.

Moltke escrevia a este respeito: "É ainda preciso levar em conta estes dois elementos, um conhecido: sua vontade; o outro desconhecido: a do adversário; a ele juntar todos os outros fatores de outra ordem que escapam a todas as previsões; a temperatura, as doenças, os acidentes de estrada de ferro, os mal-entendidos, os erros, enfim, todos os elementos dos quais o homem não é nem o criador, nem o mestre, quer se os chame azar, fatalidade ou se os trate de providências. Entretanto, não é preciso, para isto, que a guerra seja conduzida arbitrariamente ou às cegas. O cálculo das probabilidades indica que, forçosamente, estes acontecimentos fortuitos devem se produzir tão frequentemente num sentido favorável como em sentido desfavorável a um ou a outro. Em conseqüência, o general que, em cada caso particular, toma, senão as melhores disposições, pelo menos disposições racionais, tem sempre oportunidades de atingir seu fim". Mas Moltke comete um erro atribuindo a equiprobabilidade a todos os acontecimentos aleatórios. Certamente é legítimo não raciocinar na probabilidade sobre a vontade do inimigo, mas é também legítimo levar em conta as probabilidades dos "acontecimentos fortuitos" (tais como as circunstâncias meteorológicas), se estamos capacitados a calculá-las.

Seria doloroso, nesse sentido, não aproveitar os progressos da pesquisa operacional. As atuais condições impõem-nos, de resto, em muitos casos, renunciar à nossa lógica aristoteliana (sim é sim e não é não), para raciocinar na lógica probabilista: até 1939, a engenharia chamada tal obra como "em experiência"; agora, fala-nos "de esperança de sobrevivência" de uma obra.

O SISTEMA DE VALORES

É preciso ainda julgar estas probabilidades, "calcular o risco", como muito imprópriamente se diz, e assim chegamos ao exame do sistema de valores.

O sistema de valores pode, pois, ser ligado, em uma certa medida, ao sistema de previsão. Mas, no meu entender, é indissociável do critério de escolha, derivando este diretamente da utilidade atribuída a cada um dos valores. Idealmente, o sistema de valores tem por objetivo fazer corresponder a cada resultado possível um número que lhe mede o caráter desejável (escala de desejos). Este ideal é raramente atingido — por exemplo, quando se pode avaliar ganhos e perdas numa escala monetária (e ainda deve-se determinar a função utilidade da moeda) — e nunca o é em situações de guerra, a menos que se faça intervir uma função contínua em correlação com os nossos "desejos": no exemplo do coronel Blotto, citado mais acima, foi admitido que, com forças iguais, havia partida nula, e que tropas superiores em número eram sempre vitoriosas; estimou-se o resultado final, fazendo-se simplesmente a diferença entre o número de companhias inimigas batidas e o número de companhias amigas derrotadas; em outras palavras o coronel Blotto identificou seu sistema de valores com a medida de superioridade local.

Um tal procedimento talvez seja racional, nem por isso deixa de parecer demasiado simplista, negligenciando uma quantidade de componentes, mesuráveis (superioridade de armamento) ou não (moral das tropas).

Os psicólogos e os lógicos da decisão consagram uma boa parte de seus esforços ao estudo da elaboração dos sistemas de valores que presidem nossas decisões refletidas e irrefletidas. O coronel Chandesais indicou, nesta mesma revista, a via pela qual se encaminham estas pesquisas ("Medir o homem pela régua de cálculo"). O principal obstáculo no qual tropeçam os especialistas, é o que eles chamam a intransitividade dos valores. Um exemplo, melhor que considerações matemáticas, precisará esta noção.

Suponhamos que vossa "decisão" diga respeito à escolha de um automóvel: vosso "inimigo" é o vencedor. Podeis classificar, ordenar os diferentes modelos que vos são propostos dentro de um certo número de escalas, por exemplo; custo, potência, segurança, conforto, es-

tética: como combinareis racionalmente vossas preferências? Sereis reduzidos a uma discussão de forma dialética de vossas preferências "intransitivas", dialética para a qual provavelmente vossa espôsa fornecerá a antítese. Quanto ao vendedor, suas escalas são transitivas: ele levará em conta sua comissão, o desejo que tem de se desembaraçar de um modelo dificilmente vendável que atravanca seu hall, a publicidade que poderá tirar da venda, tôdas as coisas que poderá enumerar em proveito imediato ou provável: expressão simples de transitividade.

Em nosso caso, um resultado se caracteriza por um certo número de componentes em geral intransitivos, tais como o terreno conquistado ou defendido, as perdas amigas e inimigas, as destruições materiais, as despesas de munições (particularmente se se trata de projéteis nucleares, relativamente preciosos).

Para que a decisão militar seja, inteiramente racional, isto é, se reencontre, para um problema dado, seja idêntica a si mesma de um chefe para outro, deveríamos colocar num sistema de axiomas as regras de amalgamento dos componentes. No passado, assim o foi, em certos períodos, por exemplo, no fim do século XVIII, quando reinava, tanto no mar como na terra, a guerra "geométrica", doutrina que confundia Suffren e os generais da Revolução.

... RACIONAL

Notemos, entretanto, que, em cada caso particular, a missão, se é clara e completamente formulada e interpretada em seu contexto situação-meios, pode ela só determinar a classificação dos valores: é o caso dos pequenos escalões táticos, onde se coloca implicitamente em axioma que "a missão prima tudo". A dificuldade não é resolvida se a missão for mal redigida, ou se ela não aparece explicitamente. De fato, quer a missão (no sentido estrito do termo) seja mal formulada, ou não o seja, existe sempre um objetivo, um alvo mais ou menos longínquo e impreciso, senão não haveria problema. Mas este alvo não é, em geral, suficiente para permitir a ordenação dos valores, e então o chefe deve encontrar em si mesmo os elementos que faltam. Estes elementos podem se dividir em duas categorias: elementos pseudo-objetivos e elementos subjetivos.

Chamo elementos pseudo-objetivos, as razões que o chefe, de boa-fé, crê objetivas; são: a experiência pessoal (base de um raciocínio por analogia ou correlação) e a doutrina.

Entre os elementos subjetivos, intervêm a personalidade e o caráter, moral, individual e de grupo, a ideologia. Por ideologia, entendo, neste caso particular, o conjunto de crenças e atitudes frente à situação de guerra, o que se pode assemelhar esquematicamente à tomada de consciência clara do papel pessoal do chefe face a face com os fins supremos da nação.

O sistema de valores, para ser tão racional quanto possível, exige pois, no mínimo:

- conhecimentos profissionais objetivos,
- uma doutrina bem definida com antecedência,
- uma ética integrada,
- uma informação tão completa quanto possível.

Recaímos, assim, nos velhos dados empíricos da "irradiação do chefe e dos valores morais".

Mas, nas circunstâncias atuais, a doutrina é movediça, o chefe tem muito menos contato com seus auxiliares e subordinados que no passado, embora o sistema de valores, portanto a decisão, tenda a ser mais subjetivo que jamais.

Então, o lógico deve voltar-se para o psicólogo ou, mais exatamente, para o especialista em comportamento humano. Pedir-lhe-emos, primeiramente, que nos estabeleça uma tipologia do chefe militar; a seguir, partindo dessa tipologia, que nos forneça meios práticos de racionalizar as intransitividades de valores; por fim, que crie os métodos didáticos de aprendizagem das tomadas de decisão.

CONCLUSÕES

Se a decisão militar pudesse ser inteiramente racionalizada, poder-se-ia conceber substituir vantajosamente o chefe e seu estado-maior por um computador. Assim não parece ser ainda o presente, nem mesmo no futuro previsível. Para concluir estas linhas, li precisamente um artigo na "*Military Review*", de janeiro de 1963, intitulado "*Systems Analysis and decision making*", no qual o autor se levantava contra a legenda, demasiado difundida pela imprensa, da determinação da política militar dos Estados Unidos graças ao emprêgo exclusivo de *robots* eletrônicos.

Entretanto, é necessário levar tão longe quanto possível a racionalização; e é por isso que os métodos de resolução dos problemas militares, tais como existem atualmente, não são de rejeitar "a priori"; mas devem ser aperfeiçoados, pela distinção clara a fazer entre o objetivo e o subjetivo, entre a lógica e a psicologia. Devem também ser completados por um estudo psicológico da tomada da decisão militar, a fim de serem pelo menos criadas as condições favoráveis. Não é possível, provavelmente, fazer da arte da guerra uma ciência exata; é desejável, pelo menos, transformá-la em uma ciência humana.

PREÇOS**ASSINATURA ANUAL**

Brasil	NCr\$ 2,50
Exterior	NCr\$ 10,00

NÚMERO AVULSO

Último número	NCr\$ 0,50
Número atrasado	NCr\$ 0,70

NOTA — As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta de interessado.

— Haverá acréscimo nos preços acima, em caso de registro ou via aérea.

— Estes preços vigoram a partir de Jan 67.

O SERVIÇO DE INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO

ORIGEM E EVOLUÇÃO

Ten-Cel Int (QEMA)

AUGUSTO PINHEIRO GRANDE

A 1º de outubro do corrente ano o Serviço de Intendência do Exército Brasileiro comemorou o 45º aniversário de sua criação. Pareceria, pois, de pouca dificuldade uma pesquisa sobre a sua origem e evolução, visto que abrangeria um espaço de tempo relativamente curto. Porém, não pretendíamos restringir nosso trabalho a esse período; queríamos, por assim dizer, alcançar a pré-história da nossa Intendência e acompanhar as mudanças que ela vem sofrendo até os dias atuais. É isto que procuraremos retratar nas linhas que se seguem.

Serviço de Intendência ou trabalhos de Intendência?

Em todos os tempos, toda e qualquer força armada teve pela frente um problema a enfrentar, muitas vezes acontecendo que fôsse ele mais difícil de vencer que o próprio inimigo: o problema da sobrevivência, em face das necessidades primárias, daquele que continua sendo o fator fundamental nas guerras — o homem. As necessidades de cada soldado — transferidas para a responsabilidade dos chefes militares — representaram sempre uma constante preocupação dos grandes comandantes de exércitos. Entretanto, a leitura das obras descritivas das grandes batalhas quase nunca nos revela aspectos do trabalho paciente e anônimo daqueles que se encarregavam de fazer chegar ao combatente o seu abrigo, a sua alimentação e o seu equipamento. Ou melhor, a referência a essa atividade era feita quase que exclusivamente nos casos de fracassos, para os quais a sua ineficiência era apontada invariavelmente como uma das causas. Não é por outra razão que o trabalho do intendente é freqüentemente comparado com o da dona de casa: ambos só aparecem quando há falhas. Daí ser em parte desejável o silêncio, embora ele não dê glórias a ninguém.

Em nossa História Militar o mesmo fato se repete. A literatura consagrada às grandes campanhas do passado dedica-se exclusivamente a apreciá-las sob os aspectos táticos e estratégicos, como se as tropas pudessem permanecer indefinidamente em luta independentemente de quaisquer recursos provindos da retaguarda.

É bem verdade que as necessidades do combatente do Brasil Colonial ou do Império eram muito menores que as do soldado de hoje, não só em face dos progressos da tecnologia como, também, por uma sensível transformação na mentalidade dos chefes no que diz respeito a uma preocupação maior pelo conforto e pelo bem-estar dos homens sob seu comando. Não se pode dizer, por outro lado, que se aplicasse integralmente em nossas expedições militares a máxima segundo a qual "a guerra deve alimentar a guerra". Os grandes espaços vazios, regiões pobremente humanizadas, desprovidas de quaisquer recursos e carentes de vias de transporte, que ainda hoje caracterizam o teatro de operações sul-americano, repito, tais características deveriam ser muito mais acentuadas à época em que ocorreram as lutas internas e externas em que se envolveram nossas forças no passado. Desde que elas não poderiam viver exclusivamente da exploração dos recursos locais, deduz-se que algum sistema de suprimento deveria ter sido montado para apoiá-las, pelo menos em parte. Isto nos permite concluir que, embora não existisse o Serviço de Intendência, já se realizavam em nosso Exército trabalhos de Intendência, qualquer que fôsse o nome que se lhes desse. Por essa razão vemo-nos obrigado a recuar no tempo o limite de nossa pesquisa para muito antes de 1º de outubro de 1920, procurando na tradição militar portuguesa que nós herdamos e na posterior evolução de nossas instituições castrenses o embrião do que seria o nosso atual serviço.

A INTENDÊNCIA NO BRASIL COLÔNIA

Que processos adotavam os portugueses para sustentar as forças aqui destacadas para a defesa da colônia? De acordo com a tradição lusitana, seus soldados recebiam o dinheiro para o custeio de sua alimentação (as soldadas) enquanto os capitães ficavam responsáveis pelo seu fardamento, com os recursos para isso fornecidos pela Coroa. Já na época de Mem de Sá, 3º Governador Geral, os uniformes das praças de linha ou da milícia eram confeccionados aqui, com tecido vindo de Portugal.

Ao tempo das campanhas do sul, em 1763, o sistema dava mostras de algumas falhas, tendo registrado Manoel Luiz da Silva Pais "o desgoverno que reinava na capitania, onde havia tropas que não recebiam soldo há mais de cinco anos". Nesse mesmo ano foi criada no Rio de Janeiro uma organização chamada "o Trem", para atender as necessidades de transporte e outros serviços para a tropa.

Seis anos após temos notícia de maior normalidade nos pagamentos. É o que nos revela esse trecho de "A evolução militar do Brasil", do Cel J. B. Magalhães: "Os soldos, pagos de três em três meses, davam motivo a que os soldados, ao recebê-los, os gastassem

logo em grandes deboches, passando depois a maior parte do tempo em estado de miséria. Para evitar tais inconvenientes, passou-se depois a pagar às praças semanalmente e aos oficiais mensalmente, sendo que os soldos não ficavam caucionados ou sujeitos ao pagamento de "dívidas".

Cita a mesma obra que uma das causas que concorriam para dificultar a normalidade da vida da tropa era "o fato de a administração dos dinheiros ficar a cargo dos oficiais combatentes".

Em carta de 18 de dezembro de 1767, dirigida ao Conde de Oeiras, o Gen João Henrique Böhm, oficial alemão contratado pelo governo português, pedia a designação de um comissário tesoureiro para cada regimento a fim de se incumbir da administração dos dinheiros "de sorte que coisa alguma fique a cargo dos oficiais, para salvar **des braves gents** tirando as oportunidades de se perderem". Esse documento, velho de duzentos anos, encerra em si uma grande verdade que só não é vista por quem é dado a generalizações maldosas: a submissão às tentações do dinheiro independe do distintivo que se ostente na lapela — é também uma questão de oportunidade.

Para se ter uma idéia dos vícios da época é interessante a transcrição de trecho da carta de 30 de março de 1766, do Morgado de Mateus, governador de São Paulo, ao Conde de Oeiras, referente ao pagamento que mandou aos soldados de um ano que se lhes estava devendo: "não consenti que se fizesse pelo modo ordinário que até aqui se praticava que era de fazer a conta por companhia e se entregar a quantia por junto aos almoxarifes para estes distribuírem pelos oficiais comandantes, mas sim fazendo-se a conta de cada soldado e mandando embrulhar com paciência o que tocava a cada um, para se lhe entregar na mão, do que resultou a satisfação de todos os soldados com tal gosto que, os que buscavam meios para se livrarem, logo não quiseram, e outros sentaram praça de novo por sua livre vontade".

A feitura de uniformes, barracas e equipamentos era realizada na Fábrica Real, no Rio de Janeiro, a qual se ressentia da falta de um técnico, impossível de encontrar por aqui, na ocasião. De sua atividade temos notícia em 1774 pela remessa de barracas para três mil homens e duas barracas para generais que participavam das lutas contra os castelhanos. Das dificuldades enfrentadas para o abastecimento da tropa podemos ter uma idéia se considerarmos que quase tudo tinha de ir por mar, diretamente ou por Santa Catarina, ou por terra a partir de Santa Catarina ou de São Paulo, sendo que, de Laguna a São José do Norte uma tropa em marcha precisava de cerca de trinta dias. A própria eficiência da cavalaria era afetada pela impossibilidade de fornecer à cavalaria outra

ração que não a de pasto verde. As tropas na fronteira consumiam mensalmente "804 bois e 2.550 alqueires de farinha de pau", entre outras coisas.

Após o tratado de paz de 1777 cada regimento da capital dispunha de um pequeno estado-maior no qual figurava, entre outros, um quartel-mestre que podemos considerar como o predecessor do intendente nos corpos de tropa, embora sua função fôsse mais ampla. Fora do Rio de Janeiro, talvez por culpa da administração superior, não era muito recomendável a situação retratada na carta de José Marcelino, governador do Rio Grande, ao vice-rei Luiz de Vasconcelos, em 28 de abril de 1780: "Como os soldados destas tropas não poderão sofrer o inverno (que agora entra e aqui é rigoroso) pela nudez em que V. Exa. deve considerar uma tropa a quem se devem anos de sôldo e que vai para sete anos se lhe deu o último fardamento etc. etc."

O próprio vice-rei Luiz de Vasconcelos assinalou "ser admirável que a tropa, à qual eram devidos anos de fardamento, se apresentasse sempre luzida nas paradas e até na vida corrente, fazendo os chefes milagres de economia, só empenhados em encobrir as necessidades". De lá até nossos dias parece não ter sido outra a política adotada pelos nossos comandantes de tropa, pois as necessidades sempre superam as disponibilidades.

Os anos finais do período colonial, bem como os da época transitória do Reino Unido, transcorreram sem maiores modificações no sistema de apoio montado pelos portugueses, exceto quanto à criação, em 1811, de arsenais de guerra cujas atribuições englobavam o provimento de todos os materiais necessários às forças armadas, desde a munição e o fardamento até as carretas e os animais.

Ao apagar das luzes do Brasil Reino, isto é, em 1821, eram criados dois novos órgãos: o Comissariado Militar do Brasil, com a finalidade de prover as necessidades dos corpos em gêneros, e a Repartição do Quartel Mestre General, cujos encargos abrangiam as questões relativas ao rancho da tropa e ao provimento de equipamento, material de acampamento e arreamento em uso no Exército.

A INTENDÊNCIA NO IMPÉRIO

Durante os primeiros anos após a independência não sofreu modificações o sistema de apoio que provinha do período anterior. Em 1830, depois da campanha da Cisplatina e do estabelecimento da paz no sul, foi extinto o Comissariado Militar do Brasil, sob o fundamento de que tal órgão seria perfeitamente dispensável nos períodos de paz duradoura, como aquêle prometia ser.

Os diversos movimentos revolucionários irrompidos no Brasil, durante a Regência e nos primeiros anos do segundo Reinado, não trouxeram também nenhuma transformação de monta no apoio administrativo às tropas, seja pelo reduzido efetivo dêles participante, seja pela própria característica das operações que excepcionalmente assumiam aspectos de verdadeira guerra.

Entretanto, logo ao iniciar-se a segunda metade do século passado, a atmosfera voltou a carregar-se de nuvens negras para as bandas do sul do país; daí sobreveio a campanha de 1851-1852, contra Oribe e Rosas. A contingência de nova campanha externa foi um incentivo para reformas que assinalavam acentuado progresso em nossa mente militar. Caxias, nomeado Comandante-Chefe do Exército que iria intervir no Prata, deu ao seu Quartel-General uma organização que seria depois adotada para o próprio Ministério da Guerra. Uma das repartições que o integravam era a do Quartel Mestre General, à qual se subordinava o Commissariado do Exército. Esse Commissariado fazia às vészes do Serviço de Intendência e era desempenhado por pessoal civil com direito a honras e insígnias de diferentes patentes. Podemos depreender algumas de suas atribuições pela leitura do seguinte trecho da Ordem do Dia n. 27, de 20 de novembro de 1851: "que, reconhecendo-se não ter sido possível, à vista da escassez de transportes na estação invernososa em que o Exército entrara em operações, completar as rações de etapa marcadas nas Instruções dadas ao Commissariado na Ordem do Dia n. 7, de 12 de julho último, resolveu determinar pela repartição competente, em aditamento à citada Ordem, que fica vigorando para os ajustes do mês de agosto, inclusive, em diante, o seguinte:

1º — pagar-se a dinheiro as livranças dos corpos e contingentes que, durante o tempo que gastaram para se reunir ao Exército, tivessem sido supridos pelos seus respectivos comandantes ou qualquer particular, bem como as daqueles que saíssem do Exército em diferentes Comissões.

2º — distribuir-se o gado aos Corpos à razão de uma rês para 36 praças, sempre que se lhes dê durante o mês todos os gêneros e os quantitativos marcados na 4ª tabela, exceto a aguardente que só se dará por ordem especial; no caso de ser a distribuição completa, uma rês para 50 praças.

3º — fornecer o Commissariado aos Hospitais as precisas dietas e mais misteres, à requisição dos facultativos e agentes dos mesmos Hospitais."

Outras medidas de certo modo curiosas no tocante à alimentação da tropa estão contidas na Ordem do Dia n. 30, de 1º de dezembro de 1851, entre as quais a substituição da ração de aguardente por duas onças de açúcar, durante o verão, e a inclusão da

lenha na 4ª tabela, para distribuição aos Corpos nos lugares onde não houvesse matas nas quais pudessem buscá-la. Permitia ainda aos comandantes dos Corpos substituir a erva-mate por café torrado e a farinha por bolacha, à razão de 1 libra para cada ração.

Tanto o Exército como as Divisões eram dotados de Pagadorias Militares que ajustavam e pagavam os soldos dos oficiais e praças e todas as despesas ordenadas pelo Comandante-Chefe. Era a Pagadoria que fornecia ao Comissariado o dinheiro necessário para a compra dos víveres para os homens. A região de operações não oferecia grandes oportunidades de exploração de recursos locais, exceto quanto ao gado. Os gêneros que chegavam até lá em comboios sucessivos compunham-se de açúcar, café, erva-mate, sal e bolacha, os quais, com a carne verde completavam a alimentação da tropa. Os animais de montaria e de tração não recebiam outra forragem que não a do pasto dos campos. Tudo o que o Exército pudesse obter das regiões por onde ia progredindo era pago a dinheiro; as ordens de Caxias eram terminantes no que se referia à inviolabilidade da propriedade privada.

Em agosto de 1851 foi restabelecido o Trem, que deixara de existir no tempo de paz. Com a finalidade de atrelar e conduzir o comboio do Exército, composto de inúmeras carretas, Caxias criou uma Companhia de Transportes, com o efetivo de 1 capitão, 7 oficiais subalternos, 4 inferiores e 100 soldados. O Diário do Exército de 5 de setembro de 1851 cita que o comboio compunha-se de 19 carretilhas e 80 carretas com munição, víveres e artigos bélicos e, ainda, mais de 400 cargueiros com a bagagem.

Em tempos de paz os corpos dispunham de uma caixa de administração de fardamento, à custa de cujos fundos eles se fardavam e se calçavam. O fardamento era feito em oficinas próprias ou pela incipiente indústria privada. Na fase da concentração da tropa foi expedido um decreto que extinguiu aquelas caixas e determinava que o fornecimento fôsse feito por um Conselho Administrativo Provisório, criado em Porto Alegre. Apesar de a Guarda Nacional e alguns corpos não terem podido receber inicialmente duas mudas completas de fardamento, quando o Exército atingiu o porto de Colônia, recebeu por mar tudo o que lhe faltava.

Dentre as atuais Diretorias que integram o Serviço de Intendência do Exército, foi a do setor de finanças a primeira que foi criada, e tendo funcionamento autônomo, a partir da organização dada ao Ministério da Guerra em 1860, quando foi criada a Diretoria-Geral ou Repartição de Contabilidade da Guerra, cuja autonomia seria mantida até a reforma estabelecida pelo Decreto-lei número 5.002, de 27 de novembro de 1942. Anteriormente, em 1934 a Diretoria fôra extinta, dando lugar à criação do Serviço de Fundos do Exército.

A partir de 1865 viu-se o Brasil envolvido no maior conflito armado jamais ocorrido na América do Sul — a guerra da Tríplice Aliança contra o governo de Solano Lopez. Apesar da aparente desproporção de forças, o Paraguai estava muito mais preparado para a luta do que qualquer de seus adversários, especialmente para o período inicial. De nossa parte tudo teve de ser feito às pressas, de improviso, tanto na parte da mobilização do pessoal quanto no tocante ao seu provimento. Em seu livro "A Intendência Militar através dos Tempos", o Sr. Gen. Januário João Del Ré assinala: "O relato das medidas em torno do reaprovisionamento dos corpos que operaram contra o Paraguai é uma fileira de imprevistos, dificuldades, falhas, faltas, lacunas, enfim, um rosário de percalços que só serviriam para glorificar nosso soldado como um expoente de resignação, sobriedade e patriotismo".

Operações como a de que resultou a epopéia da Retirada da Laguna foram montadas sem um planejamento meticuloso, sem um levantamento das possibilidades de abastecimento da tropa, redundando num heróico desastre para o qual a falta de suprimentos contribuiu com maior parcela do que a própria ação inimiga. Em relação às ações principais da guerra, ou seja, para a invasão do Paraguai pelo sul, parece ter havido um retrocesso no nosso sistema de apoio, pois ficamos em completa dependência de fornecedores particulares e o pior é que tais fornecedores eram, em sua maioria, argentinos e uruguaios. Assim, além de ter arcado com os maiores ônus da campanha, o Brasil ainda colaborou para o lançamento das bases do crescimento econômico de seus aliados, especialmente da Argentina. Desta forma, não haveria grande interesse dos platinos em acelerar as operações porquanto o seu retardamento lhes rendia bons dividendos. Somente após Caxias ter assumido o comando supremo das forças aliadas foi que o ritmo da campanha se modificou, já que ele soube associar o fator logístico à idéia estratégica, fazendo avançar para território paraguaio depósitos, hospitais, repartições e tribunais que até então se mantinham em Corrientes. Como afirmou o Almirante Jaceguai, citado pelo Gen. Del Ré: "A verdade é que na administração de nosso Exército só se cuidou seriamente de hospitalização, da ambulância, higiene, alimentação, vestuário apropriado, abrigo da tropa e asseio de acampamento depois que o Marquês de Caxias assumiu o comando.

A pouca experiência que se pudesse ter colhido na guerra do Paraguai perdeu-se no marasmo a que foi conduzido nosso Exército, desde o seu encerramento até a proclamação da República.

A INTENDÊNCIA NO PERÍODO REPUBLICANO

O advento da República veio sacudir logo nos seus primeiros anos a monotonia em que haviam mergulhado as forças armadas

brasileiras; houve a revolta da Armada e a irrupção de revolução federalista no sul, em 1893. Para a Intendência, entretanto, tais movimentos não tiveram quase nenhuma importância se comparados com outra insurreição ocorrida nos sertões inóspitos da Bahia, no arraial de Canudos. Essa campanha de Canudos, que no dizer de Pedro Calmon "constitui um lamentável equívoco plantado na ignorância das realidades nacionais", revelou a figura do Marechal Carlos Machado Bittencourt, que viria a tornar-se o Patrono do Serviço de Intendência. Após o fracasso de três expedições enviadas contra os jagunços de Antônio Conselheiro, o Marechal Bittencourt compreendeu que o maior inimigo a vencer seria o deserto. Abdicando de sua condição de Ministro da Guerra, seguiu para a região do conflito onde se empenhou na organização de uma base de operações e no estabelecimento de uma linha regular de suprimentos; organizou sucessivos comboios e adquiriu os muares disponíveis porque "mil burros mansos valiam, na emergência, por dez mil heróis". O acerto de suas medidas contribuiu para uma rápida terminação da luta; porém seus dias também terminariam em breve quando tombaria sob o punhal assassino de Marcelino Bispo, ao tentar defender a vida do Presidente Prudente de Moraes.

Após a consolidação da República, em 1898, a estrutura do Ministério da Guerra sofreu algumas transformações importantes entre as quais vemos a criação de uma Intendência Geral da Guerra para as questões de subsistência, fardamento, munição, transporte e remonta. A Direção Geral da Contabilidade da Guerra, nesse mesmo ano, passou a chamar-se Contadoria-Geral da Guerra, com a finalidade de atender a todas as questões atinentes a numerário.

Uma questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina deu origem a novas intervenções do Exército entre os anos de 1912 e 1916, a fim de fazer prevalecer a decisão federal dada à pendência e para combater as tropelias cometidas pelos fanáticos do Contestado. Ante o fracasso das expedições anteriores, a última, comandada pelo Gen. Setembrino de Carvalho, seguiu para a zona em conflito contando já com serviços administrativos bastante evoluídos. Na parte relativa à Intendência, no setor da alimentação, houve grandes progressos, como o estabelecimento de diferentes tipos de rações, inclusive uma de reserva, e a instalação de depósitos denominados Armazéns de Campanha, que supriam depósitos avançados, menores, localizados ao longo da estrada de ferro. No tocante ao fardamento já não ocorreu o mesmo, pois, não tendo sido possível a substituição periódica, ele se revelou desde logo inadequado para a região e para o tipo de operações.

Em fins de 1918 a paz voltara a reinar na Europa, ou como disse alguém, começou a articulação para um novo conflito. A França, embora cheia de cicatrizes, emergira da guerra vitoriosa e

estava em condições de exportar-nos sua doutrina militar. Daí a contratação, em 1919, dos serviços da Missão Militar Francesa, cuja principal ação, a partir de 1920, consistiu especialmente em dar aos nossos quadros conhecimentos mais exatos da guerra e de sua preparação. Dentre as muitas propostas de mudanças na estrutura de nosso Exército que a missão apresentou, uma delas tratava da criação do Serviço de Intendência, tornado realidade com o Decreto 14.335, de 1º de outubro de 1920, que aprovava o Regulamento para o Serviço de Intendência da Guerra, estabelecendo suas atribuições na paz e na guerra. Esse mesmo decreto criou ainda:

Corpo de Intendência da Guerra, com os quadros de Intendentes de Guerra para o nível de Direção e verificação; de Oficiais de Administração — para o nível de gestão e execução.

Cia de Administração (uma por Divisão), composta de escreventes, operários e marinheiros, formando a tropa de Administração.

Escolas de Intendência, compreendendo cursos: para formação de Intendentes de Guerra — Escola Superior de Intendência da Guerra; para formação de oficiais de Administração — Escola de Administração Militar.

Os Intendentes de Guerra eram recrutados entre os Capitães e Primeiros-Tenentes de todas as armas, entre oficiais do quadro de Administração e entre oficiais do então extinto Corpo de Intendentes, que fora criado em 1903.

Para o Quadro de Oficiais de Administração concorriam os sargentos dos corpos de tropa e das tropas de Administração, bem como os sargentos amanuenses.

Em 1921, o Decreto 15.232, de 31 de dezembro, aprovou o regulamento para novo quadro, o de Contadores, que se destinavam à execução da contabilidade de fundos e material nos corpos de tropa e estabelecimentos militares.

A Lei de Organização dos Quadros e Efetivos de 1934 (Decreto 24.287) especificava para o Serviço de Intendência a seguinte organização:

Órgão de Inspeção — Inspetoria do Serviço de Intendência do Exército.

Órgãos de Direção — Diretoria de Intendência do Exército e Chefias dos S I Regionais.

Órgãos de Execução — Sv Reg de Subsistências Militares, Estb e Dep de Material de Intendência, Formações de Tropa de Intendência e S I dos Corpos de Tropa, Estb e Repartições.

Órgão de Preparação Técnica — Escola de Intendência do Exército.

O mesmo decreto previa a organização do Serviço Central de Transporte e a fusão num só Quadro de Oficiais de Administração do Exército, dos Oficiais Contadores e dos Oficiais de Administração.

A Lei de Organização dos Quadros de 1938 (Decreto-lei 556) não trouxe nenhuma transformação de vulto na Intendência. Já no ano de 1940 ocorrem duas modificações importantes: a extinção da Inspetoria de Intendência e a fusão dos quadros de Intendentes de Guerra e de Administração do Exército no Quadro de Intendentes do Exército, que passou desde então a ser o único a integrar o Serviço de Intendência.

A reorganização do nosso Serviço pelo Decreto-lei 5.002, de 27 de novembro de 1942 fez com que o Serviço de Fundos viesse a se constituir num dos ramos do Serviço de Intendência, que passou a ter a seguinte organização:

Direção Geral — Diretoria de Intendência do Exército.

Direção Especializada:

Subdiretoria de Fundos do Exército.

Subdiretoria de Subsistência do Exército.

Subdiretoria de Material de Intendência.

Órgãos regionais e especiais de direção:

Serviços de Intendência Regionais.

Serviço de Intendência da Alta Administração do Exército.

Órgãos de Execução Geral:

Estabelecimentos de Fundos.

Estabelecimentos de Subsistência.

Estabelecimentos de Material de Intendência.

Serviço Especial de Transporte.

Havia ainda, como órgãos de execução local, as formações de Intendência das Unidades Administrativas e, como órgão de preparação de pessoal, a Escola de Intendência do Exército que não abriu matrícula durante alguns anos a partir de 1936. Continuava dependente da Diretoria de Intendência a Caixa Geral de Economias da Guerra, criada desde 1931, enquanto a Comissão do Orçamento do Ministério da Guerra, embora chefiada por oficial intendente, era subordinada ao Ministro da Guerra.

Em face da agressão submarina de navios mercantes nacionais em águas territoriais brasileiras, o Brasil declarou guerra às nações do Eixo a partir de 1942 e já no ano seguinte iniciava o aprestamento da Força Expedicionária com que iria participar da guerra em campos da Itália. O Serviço de Intendência dessa Força contou inicialmente com uma Chefia, uma Companhia de Intendência e uma Companhia de Viaturas de Intendência. Posteriormente, foram

criados o Depósito de Intendência, o Serviço de Fundos, a Pagadoria Fixa e a Pagadoria Central da FEB. Como fonte de experiência e de estudos foi de grande valia para o seu futuro desenvolvimento a participação da Intendência Brasileira no teatro de operações da Itália, especialmente porque nosso Exército viria a reformular sua orientação, passando a seguir a doutrina militar americana. Talvez uma das conseqüências disso tenha sido a freqüência de oficiais de Intendência à ECEME, a princípio por designação e por concurso a partir de 1951.

Depois de formar sua última turma em 1945, a Escola de Intendência do Exército foi extinta em 1946; as turmas de oficiais intendentes declarados a partir do ano seguinte passaram a ser formadas na Academia Militar das Agulhas Negras, do que tem resultado maior integração do intendente com a oficialidade das armas.

Pela Lei de Organização dos Quadros e Efetivos de 1946 (Decreto-lei 9.120, de 2 de abril) a organização da Intendência sofreu as seguintes modificações em relação à anterior:

- a) entre os órgãos de direção especializada surgia a Subdiretoria de Transporte;
- b) os órgãos de execução geral foram desdobrados em órgãos de execução central e de execução regional, sendo centrais os que têm sede na 1ª RM, surgindo como elementos novos a Pagadoria de Inativos e Pensionistas, o Estabelecimento Comercial de Material de Intendência e o Estabelecimento Central de Transporte;
- c) previsão de chefia e de órgãos de execução de S I nas GU.

A reestruturação de nosso quadro em 1950 transformou a Diretoria de Intendência em Diretoria-Geral de Intendência do Exército, elevou a Subdiretoria de Fundos à Diretoria de Finanças e fundiu numa Diretoria de Produção, Suprimento e Transportes todas as demais subdiretorias. Tal fusão perdurou apenas até 1952 quando foi desdobrada aquela Diretoria em duas outras: Diretoria de Suprimento e Diretoria de Transportes.

Acompanhando a evolução material de nosso Exército, a Intendência passou a ser representada no Núcleo da Divisão Aeroterrestre por 1 Cia. de Intendência e por 1 Cia. de Manutenção de Pára-quedas.

A Intendência vinha até então assinalando uma série de conquistas; entretanto, nos anos de 1955 e 1956 ela teria duas perdas importantes: a encampação da Caixa Geral de Economias da Guerra pela recém-criada CoSEF e a supressão da Diretoria de Transportes. Pela Lei 2.851, de 25 de agosto de 1956 a Diretoria-Geral de Intendência passava a ser subordinada ao Departamento de Provisão Geral (e não mais ao Departamento Geral de Administração) compreendendo as diretorias de Finanças, Subsistência e de Material de Intendência, organização que persiste até hoje.

CONCLUSÃO

Nas linhas anteriores procuramos mostrar o que foi a evolução do Serviço de Intendência do Exército nos quarenta e cinco anos de sua existência. Não falamos, entretanto, no modo como ele se faz presente em todos os quadrantes da pátria. Assim é que passaremos a expor: no setor de Material de Intendência contamos com um estabelecimento e sua respectiva Cia. Dep. em cada sede de Exército; há um Estabelecimento de Finanças em cada sede de Região Militar, o mesmo ocorrendo em relação aos Estabelecimentos de Subsistência e respectivas Cia. Dep., havendo ainda depósitos e entrepostos em regiões produtoras de gêneros, para facilidade de aquisição e estocagem, de modo que permita, também, uma rápida evolução de uma situação de paz para uma situação de guerra. Mas a Intendência não tem procurado apenas satisfazer as necessidades da tropa; com a finalidade de atender à família do militar uma vasta rede de supermercados e de armazéns reembolsáveis, lojas e alfaiatarias foi estendida por todo o Brasil prestando grande trabalho de assistência social e procurando sempre melhorar seus serviços. Muitas das nossas Grandes Unidades dispõem de sua Cia. de Intendência orgânica em condições de prestar-lhes o apoio que dela possa esperar. Em cada corpo de tropa encontramos um representante do nosso Serviço, muitas vezes acumulando as funções de tesoureiro, almoxarife e aprovisionador. A Intendência não tem visado apenas estar em toda parte como também tem procurado aperfeiçoar seus métodos e processos de trabalho, através de organismos como a Comissão Permanente de Estudos dos Suprimentos de Intendência. Uma vitória de poucos anos de nosso Serviço foi a instituição do sistema de pagamento através do crédito bancário, medida pela qual se batalhou quase um lustro. Não seria lícito aqui deixar de mencionar a atuação do COIFA, entidade que congrega os Intendentes das três Forças Armadas, onde os problemas comuns são debatidos, analisados e equacionados em busca de soluções adequadas. O Boletim do COIFA e a REVISTA DE INTENDÊNCIA têm sido os veículos de divulgação e os laboratórios de muitas idéias ventiladas sobre nossos problemas e um incentivo ao estudo para os mais jovens.

É inegável que a Intendência evoluiu muito nesses quarenta e cinco anos; e sua evolução não cessará porque haverá sempre o desejo de seus integrantes de elevar-lhe o nível e torná-la cada vez mais eficiente e mais capaz de prestar ao Exército e à família militar maiores e melhores serviços.

8 DE MAIO DE 1945 — DIA DA VITÓRIA

— O Tenente-Coronel TADEU CERSHI pronunciou na Rádio de Cruz Alta, como parte da programação comemorativa do 20º Aniversário do Dia da Vitória, a palestra que abaixo se descreve. Ao fazê-lo, e com satisfação, o Serviço de Relações Públicas da Guarnição de Cruz Alta chama a atenção dos estudiosos da matéria para o que ali é narrado, pois quem o escreveu viveu, pessoalmente, os fatos descritos:

A geração que como a nossa tomou parte efetiva na 2ª Guerra Mundial, verifica, que um grande lapso de tempo passou, quando seus filhos, já adolescentes, perguntam: QUEM FOI HITLER, PAPAI?

Aí então, nos quedamos a pensar naqueles acontecimentos que apesar do tempo passado, estão ainda tão próximos de nós e, respondemos: HITLER, meu filho, foi um homem que negou a espécie humana. Entre 1933 e 1945, enfeixou em suas mãos um dos maiores poderes que jamais alguém teve sobre a terra. Conseguiu com a sua Verbosidade fanatizar a maioria da nação alemã, explorando com o seu nacional-socialismo, baseado na filosofia de Nitzche, a Teoria do Super-Homem, da raça superior.

Conseguiu, sobretudo, galvanizar a juventude alemã. Daí para a realização dos seus sonhos megalómanos de conquista de outros povos considerados de raça inferior, foi um passo.

A Áustria foi engulida. Vieram a seguir os Sudetos e outros. O CORREDOR DE DANTIZIG, foi o pretexto para a invasão e destruição da Polônia.

Estava deflagrada a 2ª Guerra Mundial que iria durar de Set 39 a 8 Mai 45.

O Brasil, como país pacífico, manteve-se, de início, neutro. As simpatias porém de seu povo, estavam com aqueles que lutavam por um mundo livre. Livre da opressão e da tirania.

No transcorrer do conflito não tardou que corsários germânicos comesçassem a infestar as águas territoriais brasileiras.

Inúmeros navios mercantes nossos foram torpedeados por eles e, os lares brasileiros cobriram-se de luto.

Mas, se o Brasil é um país pacífico, no entanto, jamais admitiu agressão contra a sua soberania. Os brios nacionais exigiram, em praça pública, a declaração da guerra contra a Alemanha nazista.

Era o dia 22 de agosto de 1942.

Declarada que foi a guerra, pensou-se desde logo numa participação efetiva no conflito.

Assim, em 9 Agô 43 foi criada a FEB.

Sua efetivação acarretou grandes dificuldades. É que o Exército brasileiro que se estruturava na doutrina francesa, iria combater ao lado dos americanos. Tôda uma gama de conceitos de ordem tática e técnica teve que ser reestruturada. E isto não foi fácil, inclusive pelas resistências internas dos que estavam incrustados na teoria francesa. Mas os Chefes Militares brasileiros souberam se colocar à altura daqueles acontecimentos.

A 2 Jul 44, embarcava o 1º escalão da FEB com destino ao **TEATRO DE GUERRA DA ITÁLIA**.

Seguiram-se os 2º, 3º, 4º e 5º escalões.

Nunca será demais repetir o que foi a atuação das nossas tropas.

O Comando Geral da FEB foi atribuído ao Exmo. Sr. Gen **MASCARENHAS DE MORAES** que tinha os Generais **ZENÓBIO DA COSTA** e **CORDEIRO DE FARIAS** como Comandantes da Infantaria e Artilharia Divisionárias, respectivamente.

Ficou estabelecido, pelo então Ministro da Guerra, Exmo. Sr. General **EURICO GASPAR DUTRA**, que seriam as seguintes as unidades que deveriam integrar, de início, a 1ª DIE.

— Infantaria : — EM — 1º RI, sediado na Vila Militar — RJ; 6º RI, sediado em Caçapava — SP, e, 11º RI, sediado em São João Del Rei — MG;

— Artilharia : — EM — 1º Grupo do 1º RO Au Reb, criado e organizado em São Cristóvão — RJ; 2º Grupo do 1º RO Au Reb, constituído com elementos do I Grupo de Art de Dorso de Campinho, Estado do Rio de Janeiro; I Grupo do 2º RO Au Reb, formado por elementos do 6º Grupo de Art de Dorso, de Quitaúna — SP e o I Grupo do 1º RA Pesada Curta, proveniente da motorização do Grupo-Escola, sediado no RJ.

— Engenharia : 9º BE de Aquidauana, Estado do Mato Grosso.

— Cavalaria : Esquadrão de Reconhecimento, da Vila Militar — RJ;

— Saúde : 1º Btl de Saúde, proveniente das Formações Sanitárias das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, organizado em Valença, Estado do Rio.

— Elementos de Tropas Especiais :

— Cia QG, da 1ª DI — Cia Manutenção — Cia Intendência — Cia Comunicações — Cia Polícia e Banda de Música.

Aqui cabe ressaltar mais uma vez, a magnitude da tarefa que se antepunha ao Cmt da FEB e aos seus oficiais. Pois, para tornar a orga-

nização e a instrução efetivas, impunham-se medidas extraordinariamente complexas.

Tôdas as unidades citadas, disseminadas por vários estados tiveram de ser reunidas em uma determinada área.

Foi necessário reestruturá-las e dotá-las de material bélico que era desconhecido pelos seus componentes e, tiveram que ser instruídas dentro dos novos métodos e processos já então consagrados pela experiência adquirida nos campos de batalha pelo Exército Norteamericano.

Tudo, porém, graças a inteligência e determinação, que são características positivas da nossa gente, foi vencido, e, já a 13 Set 44 o 1º Destacamento da FEB recebia a sua PRIMEIRA MISSÃO DE GUERRA, tomando a si, em substituição a tropas americanas, a defesa do setor de Massaciucoli — Filettolo — Vecchiano.

As primeiras vitórias não se fizeram esperar, pois, coube a seguir à Cia do Cap AYROSA a conquista audaciosa de Camaione, seguindo-se a captura de Monte Prano e outros objetivos em poder dos alemães.

No entanto, seria nos Apeninos que a divisão brasileira (1ª DIE), já então integrada no IV Corpo de Exército dos EE UU, iria marcar os seus feitos mais gloriosos.

O inimigo instalado em Posições Defensivas privilegiadas, dispondo comando absoluto sobre as nossas possíveis bases de partida para o Ataque e cercado de extensos campos minados, aguardava a nossa ofensiva.

Era evidente que os nazistas estavam dispostos a pagar um preço bem alto para manter em suas mãos, aquele formidável bastião constituído, particularmente, pelos Montes Belvedere — Della Torracie — Castelo, conjunto este que dominava totalmente a Rota 64, cuja posse, pelos aliados, significaria o rompimento da Posição Inimiga com o conseqüente acesso ao fértil vale do Rio Pó.

Quando afirmamos que os nazistas estavam dispostos a pagar um preço bem alto para manter as suas posições, baseamo-nos em seu comportamento diante do ataque de 1 GT da 45ª DI norteamericana que, reforçado por 1 BI e 1 Esquadrão Rec Mec brasileiro, atacou tentando a conquista daquela Região-Forte.

A reação alemã foi violenta e obstinada. Tendo o citado Grupo Tático apenas podido apoderar-se, precariamente, do Monte Belvedere.

Dentro do plano de ação do IV Corpo de Exército, coube aos brasileiros a missão de conquistar Monte Castelo.

O 1º ataque foi desencadeado no dia 29 Nov.

Ocorreu então o seguinte fato: Exatamente no momento em que as unidades brasileiras tomavam o dispositivo para o ataque, os alemães

desencadearam um contra-ataque contra os elementos da 45ª DI norte-americana expulsando-os de Monte Belvedere.

Com isto, o flanco esquerdo das nossas tropas atacante ficou descoberto e, por conseguinte, a bravura e a vontade indômita de vencer dos nossos soldados não foram suficientes.

Pagávamos o nosso primeiro tributo, tendo a lamentar aproximadamente 2 centenas de baixas.

Persistindo ainda o Comandante do V Ex Gen MARK CLARK na idéia de retomar a ofensiva antes do inverno, caberia às tropas brasileiras a missão de atacar, novamente, o baluarte de Monte Castelo.

Louvando-se nas experiências das operações anteriores o Cmt da DIE concebeu um plano de manobra judicioso, e que, por certo, seria coroado de êxito não fôssem os imprevistos irremovíveis que se verificaram.

A execução desse ataque seria antecipada por uma ação diversória, no flanco direito do nosso dispositivo e a cargo do "Destacamento Cel Nelson de Mello". Também ficara ajustado desencadear de surpresa a operação.

Assim, sem preparação da Artilharia, os Batalhões dos Majores FRANKLIN (do qual fazíamos parte) e SYZENO (III/1º RI e II/1º RI), deveriam ultrapassar a base de partida às 06,30 horas.

Chegava, afinal, a jornada de ataque.

Os aguaceiros, que vinham caindo ultimamente, transformavam a área de acesso às bases de partida num imenso lodaçal.

Raiava a jornada de 12 Dez sob chuva fina e irritante.

A visibilidade, reduzida a meia centena de metros pela presença de denso nevoeiro, dificultava, senão impossibilitava, a regulação dos tiros da Artilharia de apoio.

O momento de partir rumo a Castelo se aproximava e aquele nevoeiro dava esperanças no bom êxito da surpresa.

Mas, no justo momento da partida do nosso Batalhão (Btl Maj FRANKLIN), isto é, às 06,00 horas, a artilharia americana desencadeou prematuramente um bombardeio diversório sobre Monte Belvedere, quebrando por completo o sigilo operativo.

O Btl Maj Franklin desembocou para o ataque dentro das previsões. No entanto o outro Btl, colhido desde logo pela barragem mortífera dos morteiros inimigos não pôde progredir.

O Btl Reserva também não logrou êxito em sua manobra impedido por barragens de Morteiro, Artilharia e por fogos de flanco de armas automáticas.

Não obstante a dificuldade de progressão e a circunstância de permanecerem detidos os elementos vizinhos, o Btl Maj Franklin transpôs

a primeira zona da barragem inimiga e se lançou arrojadamente para o cimo da elevação.

Houve mesmo elementos seus que conseguiram aproximar-se da crista do lendário morro, mas não voltaram.

A resposta inimiga foi brutal e instantânea, desencadeando uma violenta e certeira barragem de fogos sôbre o nosso Btl.

Alvejados a curta distância, por fogos frontais e de flanco, restava sômente a alternativa de retrair ao escurecer.

Mais um insucesso a lamentar profundamente, porém não o suficiente para abater o moral dos nossos bravos pracinhas.

Nossos mortos, dada a crueldade do inimigo permaneceram insepultos mais dois meses e nessa situação foram encontrados, quando novamente atacamos aquele maldito morro, conquistando-o no ataque vitorioso de 21 Fev 45.

Após o 2º ataque a Monte Castelo a Divisão Brasileira recebeu ordens para instalar-se defensivamente numa frente de 18 km, desde Monte Belvedere até Lissano, o que acarretou o emprêgo simultâneo de quase todos os seus meios para guarnecer tão longa e agitada frente.

A temperatura passou a descer visivelmente, chegando a atingir, algumas vêzes, dezoito graus centígrados abaixo de zero.

O Soldado brasileiro, tendo vivido em clima de temperatura amena, apesar disso, cedo se adaptou ao rude inverno dos píncaros apeninianos.

Durante a estabilização defensiva da sua Divisão, ou seja, um período de setenta dias, suportou ao relento as nevadas inclementes e as emoções fortes das madrugadas.

Sua capacidade combativa revelou-se no aprendizado rápido das artimanhas da guerra, operando em estreito contato com o inimigo; e, em breve, aprimorada a técnica, apresentou alto grau de agressividade, impondo-se à admiração de seus camaradas aliados.

As operações nesta fase, caracterizavam-se pelo intenso emprêgo de patrulhas e a entrada em ação dos bombardeios de Artilharia e Morteiros, de parte a parte.

A medida que se dava a atenuação do inverno, iniciavam-se os preparativos para a ofensiva.

O dia 21 Fev seria o dia da desforra dos nossos pracinhas sôbre os nazistas. Daí em diante não mais conheceriam derrotas. Monte Castelo — La Serra — Castelnuovo — Montese, Collecchio — Fornovo, em duros combates, foram conquistados sucessivamente.

A 1ª DIE encerrou a sua última fase de operações militares, realizando um singular feito d'armas, que foi o cêrco e aprisionamento da 148ª Divisão inimiga, com a totalidade dos seus meios de vida e de combate.

Quase todos os Chefes da maior graduação e inúmeros oficiais jovens, traziam no punho esquerdo o dístico do "Africa Korps", distintivo dos combatentes de Von Romel no território africano.

Eis uma pálida idéia da nossa contribuição para a vitória da Democracia.

Se considerarmos a nossa participação na 2ª conflagração mundial por números, não teremos a veleidade de dizer que influímos decisivamente no conflito. Agora, se considerarmos que a nossa participação na luta trouxe para o nosso país e, particularmente, para o nosso Exército, novos horizontes, diremos que valeu à pena lutar. Se já tínhamos a consciência de ser um povo livre, essa consciência ficou ainda mais engrandecida.

O Brasil jamais será campo para extremismos, tanto da esquerda como da direita, porquanto eles não encontrarão guarida na alma brasileira.

A índole do nosso povo, nascida sob o signo da cruz, repugna qualquer regime que atente contra a dignidade humana.

Ao Estado compete proporcionar ao homem o bem-estar social, nunca porém, o de ser o seu guardião e o seu SENHOR. E toda a vez que os arreganhos extremistas nos ameaçarem nos terão a postos como estímulos contra o nazi-facismo. Só assim teremos a consciência tranqüila de que os soldados da FEB não derramaram o seu sangue generoso em vão.

Salve 8 Mai 45 — Salve a Democracia.



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA DEFESA

(REVISTA MILITAR SOVIÉTICA)

Cel L KAZMIN

A derrota do inimigo e sua completa destruição sòmente poderão ser obtidas através de um resoluto ataque.

É impossível porém conduzir uma ofensiva ininterruptamente ao longo de tóda a frente. O princípio de concentração de fôrças e superioridade de meios na direção do esforço principal — sem o que é inconcebível um ataque — implica na necessidade de assumir uma atitude defensiva nos setores secundários da frente. Em consequência, a defesa deve ser considerada como uma imposição, uma forma temporária de combate, subordinada aos interêsses da manobra ofensiva. O objetivo da defesa é economizar tropas e material nos setores menos importantes, permitindo a concentração de uma poderosa fôrça no ataque principal.

A defesa é assumida quando o ataque é impossível ou inoportuno. Sua finalidade é consolidar terreno conquistado, repelir contra-ataques ou contra-ofensivas e proporcionar cobertura para fôrças que executam um retraimento. Seu objetivo principal é repelir o ataque de fôrças inimigas superiores, infligir-lhe perdas graves, reter as posições mantidas pelas tropas amigas e criar condições que permitam a passagem à ofensiva.

A defesa apresenta melhores oportunidades do que o ataque no emprêgo do terreno para proporcionar cobertura às tropas e ao material, e para executar manobras.

A organização do terreno pelos trabalhos de engenharia concorre para reduzir os efeitos do fogo inimigo. Na defesa é mais fácil planejar e organizar um sistema de fogo, que efetivamente neutralize o inimigo à longa distância e para concentrar o fogo na direção principal.

A base das posições defensivas é constituída pelos pontos fortes de companhia de infantaria motorizada. Esses pontos fortes são localizados em terreno que ofereça vantagens táticas aos defensores. Cada ponto forte é organizado para a defesa em tódas as direções, particularmente para o combate aos blindados inimigos, e especial atenção é dada à camuflagem. O ponto forte de uma companhia de

infantaria motorizada é formado pelo conjunto de pontos fortes de pelotão e posições de tiro das armas em reforço e é uma componente da instalação tática do batalhão.

O tamanho de um ponto forte de companhia de infantaria será função dos seguintes fatores:

- potência de fogo;
- reforços;
- terreno;
- inimigo (potência e composição);
- natureza da ação.

As armas disponíveis para as subunidades e a possibilidade de desencadear fogos densos, cruzados e de flanqueamento por ocasião de um ataque inimigo de infantaria ou blindados, condicionarão em grande parte a extensão do ponto forte. Normalmente uma companhia de infantaria motorizada, completa, reforçada, inclusive, com blindados e artilharia (6 — 9 armas anticarro), instalar-se-á numa frente de 1.000 metros e com uma profundidade de 500 metros.

Os pontos fortes de pelotão poderão ser escalonados para a direita ou para a esquerda, avançados ou recuados, conforme o terreno e separados por um intervalo de cerca de 300 metros.

Esse dispositivo assegura a defesa em todas as direções e proporciona condições para enfrentar os ataques inimigos de infantaria e carros, vindos de qualquer direção. Os intervalos entre os pontos fortes de companhia variarão de 1.000 a 1.500 metros.

A forma de defesa dependerá, acima de tudo, dos meios e da situação. Um exército lutando contra um inimigo equipado com armas nucleares deverá organizar uma defesa antinuclear.

Os exércitos modernos dispõem de grande número de carros de combate e transportes blindados de pessoal. Dessa maneira a defesa deve ser também anticarro.

Um ataque de infantaria e carros será invariavelmente apoiado pela artilharia e pela aviação. Em consequência para suportar este impacto a defesa deve ser antiaérea e à prova de projéteis.

Os modernos aviões de transportes e helicópteros são empregados no ataque para desembarcar tropas pára-quedistas. Isto obriga que a defesa seja também antipára-quedista.

A organização dessas diferentes formas de defesa visa obter sua ESTABILIDADE, que é a exigência básica.

O tipo de defesa é determinado pela missão e pela situação tática e inclui o dispositivo das subunidades em posições preparadas com trabalhos de engenharia. Como qualquer outra operação militar, a

defesa não pode admitir um dispositivo estereotipado das tropas e das armas de apoio.

Pontos fortes e posições de tiro são escalonados em profundidade para assegurar que o inimigo seja batido por escalões sucessivos de fogos, particularmente de flanco e anticarros. Elevações, ravinas e localidades são transformadas em pontos fortes e a LAAD é selecionada, basicamente, para permitir a todas as subunidades combater os carros de combate, com sucesso.

A adequada utilização do terreno não se restringe a um dispositivo taticamente correto de pontos fortes e posições de tiro ou à escolha da linha de fogo.

Uma cuidadosa camuflagem é necessária e deve ser feita em toda a área.

O período do ano, a data e o tempo disponível para os trabalhos de engenharia são fatores essenciais que influirão na programação, no volume e na qualidade desses trabalhos. O efetivo de tropa que um comandante pode utilizar para construção de posições defensivas dependerá principalmente do valor dos elementos à sua disposição. A experiência demonstra que o máximo que se pode destinar a este fim é de 2/3 do pessoal e do equipamento de combate, porque o restante deverá executar outras tarefas no campo.

A organização do terreno com trabalhos de engenharia capacita-o ao estabelecimento de uma sólida defesa capaz de resistir às explosões nucleares, ao bombardeio aéreo e de artilharia, bem como aos ataques de infantaria e carros de combate.

A DISPERSÃO das subunidades é imposição da estabilidade da defesa. A dispersão das tropas é essencial para evitar a destruição de duas subunidades vizinhas por uma única explosão poderosa.

Ao mesmo tempo a dispersão não deverá prejudicar a integridade tática ou o plano de fogos das subunidades.

Não deverá também excluir a possibilidade de uma sigilosa e rápida manobra durante o combate.

O sucesso da defesa em muito depende da eficiência do seu plano de fogos. Este deverá englobar as zonas efetivamente batidas por todas as armas, particularmente os anticarros, à frente da posição defensiva, nos intervalos entre as subunidades, nos flancos e em toda a profundidade da posição defensiva. O plano de fogos deverá proporcionar:

- tiros oblíquos e de flanqueamento;
- rápida concentração de fogos sobre qualquer ponto crítico;
- manobra rápida dos órgãos de apoio de fogos à frente e em profundidade.

O fogo da artilharia, morteiros, carros de combate, armas anticarro e metralhadoras será minuciosamente coordenado com o sistema de barreiras. Ambos são componentes de um todo. Os obstáculos anticarro e antipessoal são instalados à frente, no interior e nos flancos da posição defensiva. Sua finalidade é retardar o avanço inimigo, aumentando o efeito do fogo. Este, por sua vez, aumenta as perdas do inimigo em pessoal e material, quebrando suas formações de combate.

O plano de fogos está para ser desencadeado (o que também implica no preparo da posição como um todo) quando os carros de combate, carros blindados e outros órgãos de apoio de fogo tiverem ocupado suas posições de tiro, depois que as locações e os dados de tiro tiverem sido preparados e quando tôdas as armas tiverem sido completamente supridas de munição.

Entre os fatores essenciais que contribuem para a estabilidade defesa, destaca-se a atividade defesa, que consiste em persistentemente impor ao inimigo a vontade do defensor, antecipando-se às suas ações e criando condições desfavoráveis para o inimigo no campo de batalha. Isto é conseguido pelo uso intensivo da iniciativa em todos os escalões, unidades e subunidades de tôdas as armas auxiliadas por hábeis manobras de fogo, tropas e meios dispostos ao longo da frente e na profundidade do dispositivo defensivo. Todos os comandantes deverão desenvolver sua iniciativa sem aguardar instruções do escalão superior. Dever-se-á buscar obter vantagens de tôdas as oportunidades favoráveis para infligir o máximo de perdas ao inimigo, com o objetivo de frustrar seus planos e suas intenções. Uma inesperada manobra rapidamente executada, de fogos, tropas e petrechos habilitarão o comandante a colocar as forças amigas em posição vantajosa e a derrotar, com uma força inferior a um inimigo mais forte e numericamente superior.

A atividade da defesa manifesta-se mais intensamente nos contra-ataques. Um contra-ataque de surpresa, desencadeado no momento certo, mesmo com uma força limitada, pode resultar na destruição de um inimigo que tenha conseguido penetrar na posição defensiva.

Outro fator vital para a estabilidade da defesa é o valor e a coragem dos defensores.

As posições defensivas são algumas vezes ocupadas antecipadamente, no entanto, na guerra moderna é mais freqüente a ocupação em contato com o inimigo, sob pressão de sua força aérea e fogos de artilharia, morteiro, carros de combate e armas de pequeno calibre. Imediatamente após receber a ordem de passar à defensiva, o Comandante de subunidade determina as medidas para assegurar a posse da área designada, organiza o Plano de Observação e o Plano de Fogos e coloca seus subordinados em condições de repelir possíveis ataques de surpresa. Em seguida completará sua organização para o combate, coordenando com os Comandantes de subunidades vizinhas o Plano de Fogos e as ações para repelir os ataques do inimigo e destruir suas tropas nos intervalos.

Os trabalhos de engenharia da posição defensiva iniciar-se-ão no momento em que a unidade passar à defensiva.

Deve ser mantido um reconhecimento contínuo para estabelecer em tempo oportuno, se o inimigo está preparando uma ação ofensiva.

As subunidades são mantidas em situação de alerta, prontas para o combate. Para repelir os ataques de surpresa, contarão com o apoio de guarnições de permanência em todos os canhões, morteiros e carros de combate; em complemento estabelecerá um rodízio na situação de alerta, de suas metralhadoras, morteiros e canhões.

Elementos inimigos de reconhecimento de pequeno valor serão alvo das armas em alerta, que deverão imediatamente, em seguida, mudar de posições de tiro.

Tão logo o inimigo inicie sua preparação aérea e de artilharia, todos os comandantes deverão pessoalmente observar o inimigo de seus postos de observação para precisar o momento do assalto inimigo ser desencadeado. O pessoal das subunidades com exceção dos observadores e guarnições de permanência permanecerão nas trincheiras e em outros abrigos.

No momento em que o inimigo desencadear o assalto, todas as armas abrirão fogo sobre os atacantes.

Os carros de combate inimigo serão detidos pelos fogos da artilharia, carros de combate, projetis dirigidos anticarro e rojões anticarro. Todas as outras armas atirarão sobre a infantaria visando separá-la dos carros de combate e destruí-la.

Mediante ordem do comandante de subunidade o fogo da artilharia em apoio, dos morteiros e da parte das armas instaladas nas áreas mais calmas, será concentrado nas áreas críticas. O ataque inimigo deve ser detido antes que consiga atingir o limite avançado da posição defensiva. No entanto, se o inimigo forçar a posição, todas as medidas devem ser tomadas para limitar a penetração na profundidade da posição defensiva. Os carros de combates inimigos que conseguirem penetrar na posição, deverão ser destruídos pelos meios anticarro da infantaria e pelo fogo das armas anticarro instaladas na profundidade da posição. Do mesmo modo a infantaria que tiver penetrado será detida pelas metralhadoras e outras armas automáticas, granadas-de-mão e combate corpo a corpo.

Para evitar que o inimigo tire a maior vantagem do terreno conquistado, os defensores deverão instalar rapidamente ouriços, cavalos de frisa e outros obstáculos portáteis preparados com antecedência. O fogo da artilharia em apoio e dos morteiros será dirigido contra os inimigos que tiverem penetrado na posição.

Na hipótese de uma ruptura, pode ser necessário concentrar nessa área, parte da tropa e dos meios retirados das áreas calmas, ou de outras áreas onde o assalto inimigo tiver sido repellido com sucesso.

No decorrer da ação contra um inimigo que esteja progredindo no interior da posição defensiva, o papel desempenhado pelas pequenas frações — seções, pelotões e companhias — atuando isoladas e

sem possibilidade de ligação com os vizinhos, cresce de importância. A firmeza de sua resistência, mesmo quando completamente cercados, obrigará o inimigo a dispersar as suas forças com a finalidade de reduzir êsses pequenos núcleos isolados de resistência, e em consequência, retardará a sua progressão.

Na conduta do combate defensivo atualmente, as pequenas frações, normalmente, não poderão executar com seus meios um contra-ataque. Em consequência, deverão concentrar seus esforços, em manter firmemente as suas áreas, pontos fortes e posições, com a finalidade de fixar o maior efetivo inimigo possível.

O contra-ataque é normalmente organizado pelos escalões maiores e envolve considerável potência dos elementos de 2º escalão ou da reserva. É precedido por poderosa preparação de artilharia e aviação desencadeada sobre as formações de combate inimigas existentes na penetração, e sobre suas reservas mais próximas.

As pequenas frações, combatendo completamente cercadas, cooperarão também nesse contra-ataque empregando toda sua potência de fogo contra o inimigo. Tão logo estabeleçam contato com os elementos que participam do contra-ataque, cooperarão com eles na destruição do inimigo. O contra-ataque deve visar o restabelecimento da posição defensiva inicial. Depois que as subunidades e unidades tiverem consolidado suas posições, deverão reconstituir as instalações destruídas e se preparar para repelir novos ataques do inimigo.

A DEFESA NACIONAL

ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — NCr\$ 2,50).

MANEIRAS DE DESENVOLVER A ATIVIDADE GIMNO- DESPORTIVA NAS FÔRÇAS ARMADAS DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA

Gen (Res)

JAYR JORDÃO RAMOS

INTRODUÇÃO

Dentre as diferentes modalidades de trabalho adotadas no treinamento físico-militar, o Desporto, fato social universal, impõe-se como uma atividade de real importância na preparação do soldado e de valor inestimável, de emprêgo futuro, como elemento compensador às inibições da vida atual, cheia de inquietação e de novos problemas num mundo em transformação. A Ginástica nêle será integrada como fator básico de preparação física.

Quer na preparação profissional-militar, quer no aperfeiçoamento do indivíduo, tendo em vista a promoção do "homem", torna-se necessário, dentro das Fôrças Armadas, que tôdas as iniciativas e meios sejam postos em ação pelos chefes militares, de todos os escalões hierárquicos, para assegurar o desenvolvimento da atividade desportiva. Os métodos e processos a adotar para superar o restrito desenvolvimento do Desporto nas organizações militares dos nossos Países, na nossa opinião, não são específicos para o ambiente de Portugal e do Brasil, mas podem ser consubstanciados em um princípio básico, já aceito pelas organizações militares de quase todo o mundo, isto é, dar a cada soldado o direito de praticar o Desporto não somente na caserna como nos meios civis, através de associações ou centros convenientemente organizados.

No "Manifesto Sobre o Desporto", documento do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Educação Física (CIEPS), organismo de alto gabarito patrocinado pela UNESCO, tal proposição consubstanciadora é desdobrada, de maneira feliz e com propriedade, em três itens:

1. As atividades desportivas devem fazer parte de todo o sistema de educação. Elas são necessárias ao equilíbrio e à formação geral dos jovens, preparando-os para uma sã utilização dos seus lazeres de adultos.

2. Todo o praticante, qualquer que seja a sua condição social, tem direito à mais completa realização desportiva.

3. O equipamento desportivo deve ser suficiente para permitir a cada um praticar em condições favoráveis os desportos de sua escolha.

Os itens enunciados, nas suas linhas e entrelinhas, leva-nos a examinar e esmiuçar as seguintes questões:

1. Importância e natureza do trabalho.
2. Criação do espírito de competição.
3. Instalações e material.

Tanto em Portugal como no Brasil, muito há que fazer para melhorar a situação desportivo-militar existente. Tentaremos, de maneira objetiva e sem fantasias, apresentar soluções para equacionar a questão, naturalmente subordinando-as à situação econômica e cultural de nossas Pátrias.

IMPORTÂNCIA E NATUREZA DO TRABALHO

Para um mundo nôvo — fórmulas novas. O "homem", desde a sua integração ao meio militar, deverá, qualquer que seja o seu grau de desenvolvimento gimnodesportivo, ser submetido a uma Educação Desportiva capaz de agir simultaneamente sobre o seu corpo, a sua inteligência e a sua vontade.

O Desporto, ministrado de maneira atraente e dentro da idéia de competição, constitui processo de trabalho indispensável em qualquer plano de treinamento físico-militar, contribuindo para a aquisição das qualidades viris necessárias ao soldado.

As tropas beneficiadas pela prática da atividade desportiva têm demonstrado à saciedade, através dos tempos, grande valor combativo e elevado sentimento de responsabilidade e abnegação. Há mesmo um paralelismo entre o espírito e a tenacidade no combate. Assim, expressou-se com propriedade o general norte-americano Mac Arthur, quando fez gravar no pórtico do Estádio da Academia Militar de West Point as seguintes palavras: "Nos campos de lutas amigáveis são lançadas as sementes, que, em outros campos e outras épocas, produzirão os frutos da vitória".

Diremos, ainda, a título de exemplificação, que a enérgica e magnífica atuação da tropa pára-quedista portuguesa na África, deve-se, em parte, às pelejas desportivas realizadas nos campos de Tancos, que, além da aquisição de qualidades físicas necessárias ao soldado, deram aos seus praticantes um elevado conceito desportivo, não somente em Portugal como no estrangeiro. Igualmente a tropa brasileira, no últi-

no Grande Conflito Mundial, teve no Desporto, principalmente no futebol popular, bastante praticado no País, um excelente elemento de preparação militar, permitindo-lhe escrever em Camaiore, Monte Castelo-La Sierra, Castelnuevo, Montese, Zoca, Fornovo e em muitos outros pontos do território italiano, páginas de heroísmo e bravura.

No campo desportivo o mundo continua sempre marchando, surgindo, por conseguinte, novos conceitos e idéias. Embora algumas, dêles, pela quebra de rígidos padrões, a que estamos acostumados, não estejam inteiramente de acôrdo com a nossa visão das coisas, impõem-se como uma realidade dos tempos. Cumpre aos dois povos lusíadas aceitá-los e empregá-los, sob pena de ficar em situação de inferioridade no cotejo internacional.

É óbvio, que, nas Fôrças Armadas, no quadro de treinamento desportivo, o grosso do trabalho deve visar à massa dos soldados. Mas, é preciso não abandonar o atleta categorizado, acompanhando os seus passos, estimulando-o e facilitando a sua realização. Será uma promoção humana, profissional, social e nacional ao mesmo tempo.

Quanto ao aspecto nacional, relativamente ao Desporto de alta competição, as Fôrças Armadas do Brasil e de Portugal, cónscias de suas responsabilidades, muito poderão cooperar na organização das suas respectivas representações para disputas no exterior. A exemplo da França, Itália, Noruega, Finlândia e outros países, deverão ser criadas unidades militares especializadas, onde serão incluídos os militares selecionados desportivamente e de categoria internacional. Eles terão, ao lado do adestramento militar, um treinamento bem orientado, apoiado nos modernos recursos científicos, dirigido pelos melhores médicos-desportivos e técnicos, civis e militares.

Nas Olimpíadas de Tóquio, 52 militares norte-americanos conquistaram 22% do total das 90 medalhas ganhas por seu país. Além disso, melhoraram quatro recordes do mundo e um recorde olímpico. Igualmente, notável foi a atuação dos militares dos Estados Unidos no remo, onde conquistaram, de maneira brilhante, juntamente com três civis, a medalha de ouro na prova de oito remadores. Numa demonstração de união, é interessante constatar que os cinco elementos militares da guarnição eram do Exército, Marinha, Aviação e Corpo de Fuzileiros.

CRIAÇÃO DE ESPÍRITO DE COMPETIÇÃO

É coisa sabida e reconhecida, desde os mais remotos tempos, que os bons atletas normalmente são excelentes soldados. O ideal de superação, inerente ao Desporto, transfere-se ao combatente sob a forma de cumprimento de sua missão, mesmo com sacrifício da própria vida.

O fato acima apontado, embora em poucas palavras, é mais que suficiente para mostrar a necessidade da prática desportiva, animada pela competição, tendo em vista formar soldados convictos de suas obrigações e com elevado espírito de luta.

As horas de instrução e de lazer, sempre que possível, devem ser inteligentemente aproveitadas, realizando-se nelas práticas recreativas e competições voluntárias ou dirigidas. Será uma iniciativa que proporcionará bem-estar ao soldado e elevará o seu espírito desportivo.

Quando o Desporto, durante o serviço militar, é desenvolvido ou aperfeiçoado de maneira honesta e segura, cria-se no praticante uma consciência desportiva, expressa pelo gosto pelas atividades motoras e o sentimento do valor desta ação na afirmação de sua personalidade.

Porém, além da ação educadora expressa pela prática desportiva intensa, muitas outras iniciativas, adotadas aqui ou ali, poderão motivar o atleta-soldado e servir de sugestão para sua adoção nas Forças Armadas do Mundo Luso-Brasileiro.

De maneira idêntica a inúmeros países (França, Alemanha Ocidental, Finlândia, etc.), e de acordo com as autoridades desportivas civis deve ser instituído o "Emblema Desportivo", cuja realização no meio militar caberá aos seus próprios elementos. Constituirá uma honra e será permitido o uso de tais emblemas sobre o uniforme militar.

Em 1963, na Alemanha Ocidental, a "Jornada do Desporto Militar" foi disputada por cerca de 200.000 concorrentes. Dez por cento dos participantes acumularam mais de 50 pontos na classificação total, o que corresponde aos resultados exigidos para obtenção do "Emblema Desportivo Alemão".

Os campeonatos desportivos militares necessitam ser realizados anualmente e incrementada a programação de certas provas atléticas, a fim de concorrer para descobrir "valores" que, durante ou ao término do serviço militar, irão, por certo, integrar os clubes, concorrendo assim para o progresso desportivo nacional. Urge fazer algo, pois, tanto no Brasil como em Portugal, pouco popular e bastante irrisório é o desenvolvimento do atletismo, bastante para cotejar os quadros dos resultados das Olimpíadas.

Além dos campeonatos regulares, realizados na base do Desporto clássico, devem ser organizadas provas de caráter militar, visando interessar a massa dos soldados, pois muito contribuem na formação do espírito desportivo. Normalmente, elas somente se tornam: "desporto militar", pela forma de competição que foi criada. Há inúmeras dessas competições, algumas mesmo de caráter internacional, como as criadas pelo C.I.S.M. (pentlato militar, aeronáutico e naval, concurso de patrulhas militares de esqui, campeonato de pára-quedismo etc.). Há inúmeras provas do mesmo gênero: o "Troféu Moscardo" (Espanha), os Concursos de Verão (Suíça) e a Marcha Militar no Nimègue

(Holanda). No Brasil, embora de caráter popular, a Corrida de São Silvestre, que reúne os maiores fundistas internacionais, pode ser considerada dentro do gênero, em virtude da participação de um número elevado de atletas-militares. Igualmente, a Prova Náutica Estácio de Sá, realizada na entrada da Baía da Guanabara e em torno do Morro Cara de Cão, parte integrante do sítio histórico onde foram lançados os fundamentos da Cidade do Rio de Janeiro, constitui um exemplo típico a seguir.

O Conselho Internacional de Desporto Militar (C.I.S.M.), com os seus anuais programas de competições, é uma organização que deve ser prestigiada e encorajada na sua ação e, sempre que possível, os militares portugueses e brasileiros, de alta categoria atlética, devem participar de suas bem organizadas competições. Nelas, para orgulho nosso, apesar do número diminuto de participações, Portugal já venceu no futebol e o Brasil, por duas vezes, fêz-se campeão do pentatlo-militar.

Há, também, algo a dizer sobre os agentes de ensino da educação física, formados para as necessidades do meio militar. Nos cursos de formação especializados, cumpre dar ênfase aos assuntos desportivos, tendo em vista utilizar os seus diplomados como treinadores da mocidade. Além disso, as demais escolas militares, de formação de oficiais e sargentos, devem ministrar com carinho as atividades gimnodesportivas, a fim de criar uma mentalidade favorável à difusão dos Desportos na vasta extensão da Comunidade Luso-Brasileira.

INSTALAÇÕES E MATERIAL

Um programa de treinamento desportivo, quer geral para a totalidade dos soldados ou especializados para os desportistas selecionados, exigirá instalações adequadas. Porém, dentro da idéia da difusão do Desporto nas Forças Armadas em larga escala, é imprescindível disseminá-las em grande número.

No Exército Brasileiro, em trabalho realizado em 1958, abrangendo um levantamento estatístico em cerca de 95% de suas unidades administrativas, foi apurada a existência de 101 estádios de treinamentos (pistas de corrida, campos de desportos coletivos, locais para a prática de atletismo etc.), 22 praças de desportos, 67 conjuntos dispersos e 36 organizações administrativas dispendo apenas de uma instalação. Os campos de futebol, basquetebol e vôlei, apresentando variados tipos de construção, somavam 166, 273 e 364, respectivamente. Foram registrados também 15 ginásios e 6 recintos cobertos.

Os resultados obtidos no levantamento realizado, apesar de serem atualmente bem mais expressivos, mostra-nos insuficiência de instalações. Para difundir ao máximo o Desporto no Exército Brasileiro, co-operando ao mesmo tempo com o mundo civil, é preciso dobrá-las ou triplicá-las.

Sob o ponto de vista médico desportivo, cumpre as Forças Armadas criar um Laboratório de Fisiologia Aplicada ao Desporto, a fim de possibilitar o estudo e controle dos grandes atletas militares, eventualmente civis, dentro de cânones modernos e de elevados padrões científicos. Tal organismo será dedicado, principalmente, aos atletas de classe internacional que, rigorosamente controlados e orientados de maneira precisa, poderão ser conduzidos ao máximo de suas possibilidades e conquistar, para nossas terras, os ambicionados recordes olímpicos e mundiais. Servirá também para o estudo e pesquisa de todas as questões ligadas às atividades físicas. De caráter civil, há na Suécia, integrado no Instituto Central de Ginástica, uma organização desse gênero, magnificamente equipada e servindo, também, para a seleção dos aviadores militares.

As indústrias militares também poderão trazer sua contribuição à difusão do Desporto, produzindo material e equipamento de boa qualidade a baixo custo. Em certas regiões brasileiras e do Ultramar Português, de escasso desenvolvimento e de população de recursos limitados, poderá ser facilitada a aquisição de tais artigos.

Cumpre informar que alguns estabelecimentos fabris do Exército Brasileiro já vêm trabalhando nesse sentido, fabricando camas elásticas, equipamento elétrico de esgrima, tabelas de basquetebol, halteres etc. Tal fato poderá ser facilmente testemunhado, mesmo em Portugal, onde há duas camas elásticas, ofertadas, respectivamente, ao Instituto Nacional de Educação Física e ao Regimento Pára-quedista de Tancos.

No Brasil e em Portugal, principalmente no seu Ultramar, as instalações das Forças Armadas devem ser facilitadas à população civil, constituindo esta maneira de agir, uma excelente contribuição para a difusão do Desporto. É verdade que, comumente na vastidão enorme do território brasileiro, muitos locais de prática desportiva são franqueados aos civis, podendo confirmar tal afirmação o testemunho do Dr. Mário Gonçalves Viana, professor do Instituto Nacional de Educação Física de Portugal, que na sua obra "Dezessete Dias no Brasil", publicada em 1954, referindo-se a um centro brasileiro de prática ginnodesportiva, assim se expressou: "A Escola de Educação Física do Exército não se isola do mundo com altos muros; tem um parque infantil que, as crianças e suas mães podem frequentar e frequentam. Assim a vida militar está em contato permanente com a vida civil, característica impressionante desta Escola verdadeiramente singular".

Em reciprocidade, as associações desportivas devem permitir às Forças Armadas o uso de suas instalações, naturalmente sem prejuízo para os seus associados e de acordo com convênios realizados. Mais ainda, sempre que for possível, devem colocar as suas instalações e locais desportivos à disposição dos militares durante os seus momentos livres.

CONCLUSÕES

Da exposição que acabamos de fazer, podemos retirar as conclusões abaixo, indicadoras de "como" o Desporto nas Forças Armadas pode cooperar no desenvolvimento da atividade desportiva luso-brasileira:

- 1º — Todos os meios devem ser postos em ação para assegurar o desenvolvimento desportivo-militar.
- 2º — Dar a cada soldado o direito de praticar o Desporto no meio militar e nas associações civis.
- 3º — O Desporto deve ser praticado de maneira atraente e dentro da idéia de competição.
- 4º — Ministar o Desporto à massa dos soldados, cuidando ao mesmo tempo do soldado-atleta categorizado.
- 5º — Realizar a síntese Desporto-Forças Armadas organizando unidades desportivas, onde serão treinados os soldados-atletas.
- 6º — Fora dos quadros de trabalho facilitar à prática do Desporto e organizar competições, aproveitando as horas de lazer do soldado.
- 7º — Criar no soldado uma consciência desportiva, alicerçada no espírito de competição.
- 8º — Criar o emblema desportivo, cujo uso poderá ser feito sobre uniforme militar.
- 9º — Realizar anualmente campeonatos desportivos-militares e incrementar a prática de provas atléticas.
- 10º — As provas de caráter militar devem ser organizadas, pois muito contribuem na formação do espírito desportivo.
- 11º — Prestigiar o C.S.M. e procurar tomar parte em suas competições.
- 12º — Tendo em vista utilizar os oficiais e sargentos, especializados ou não, na difusão do Desporto, dar ênfase ao seu ensino nas respectivas escolas de formação.
- 13º — Disseminar a construção de estádios, praças de desportos, ginásios, piscinas etc., e equipar as unidades com bastante material desportivo.
- 14º — Criar um Laboratório de Fisiologia Aplicada ao Desporto, a fim de possibilitar o estudo e controle de grandes atletas militares e civis.
- 15º — Facilitar a aquisição de material desportivo, confeccionado na indústria militar, pelas populações de escassos recursos.
- 16º — Permitir o uso dos locais desportivos-militares pela população civil e, reciprocamente, estabelecer convênios com as associações desportivas para uso de suas instalações.

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração, não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

O ECLIPSE DE 12 DE NOVEMBRO DE 1966

Cap Inf

JOAO MARINÔNIO AVEIRO CARNEIRO

No dia 12 de novembro de 1966, a cidade de Rio Grande foi o palco da grande festa que a mãe natureza houve por bem nos oferecer.

O eclipse total do Sol, cuja faixa de totalidade começou ao nascer do Sol no Oceano Pacífico descrevendo uma trajetória atravessando o Peru, a Bolívia, o Norte da Argentina e o Sul do Brasil, para depois deslocar-se pelo Atlântico Sul até o pôr do Sol. Somente a três de novembro de 1994 haverá outro Eclipse deste jaez que atravesse toda a América do Sul cobrindo tão vasta gama de latitudes magnéticas como o que se realizou a 12 de novembro próximo passado.

A astronomia era quase que somente a interessada no fenômeno do Eclipse.

Hoje em dia há vários outros ramos de ciências que estudam pormenorizadamente as conseqüências dos Eclipses nas relações energéticas sol-terra incluindo estudos de aeronomia e magnetismo.

Nosso governo através do Conselho Nacional de Pesquisas estabeleceu a Comissão para o Eclipse para coordenar e auxiliar a execução no Brasil do vasto programa de pesquisas por grupos nacionais e estrangeiros.

Estes grupos perfazendo um total de mais de 500 cientistas e técnicos usaram cerca de 800 toneladas de equipamentos de solo. Além disso 6 aeronaves a jato foram total e especialmente instrumentadas para observações durante o Eclipse.

Estas aeronaves voaram a alturas de 10 mil metros ao longo da faixa de totalidade sobre o Oceano Atlântico.

De instalações na praia do Cassino, na vizinha cidade de Rio Grande, foram lançados mais de 2 dezenas de foguetes Sondas para estudos de alta atmosfera no espaço compreendido entre 40 a 300 km de altura num programa de colaboração entre a NASA e a CNAE.

Quarenta (40) grupos de experimentos foram realizados, principalmente no Cassino, base de lançamentos de foguetes, Bagé e Pinheiro Machado.

As cargas úteis científicas foram lançadas com foguetes de sondagem capazes de atingir altitude de 40 até 280 km. Cinco tipos de foguetes foram usados: Nike-Apache, Nike-Hydac, Nike-Javelin, Nike-Tomahawk e Hasp.

Todos são veículos de dois estágios utilizando propelente sólido, seus comprimentos variam até 10 metros, sendo que o primeiro estágio impul-

sionado tipo Nike tem 43 cm de diâmetro. Os foguetes foram fornecidos pela Agência dos Participantes Norte-Americanos. As cargas úteis foram construídas pelas agências interamericanas e pela CNAE no Brasil.

As 24 cargas úteis levaram experimentos que se destinaram a medir as características e propriedades da alta atmosfera e ionosfera, antes, durante e após o eclipse.

Dêste modo os dados obtidos, foram tomadas amplas mudanças causadas pelo Eclipse do Sol, como por exemplo os bloqueios de radiação solares pela Lua.

Foram medidas a densidade e temperatura dos elétrons livres, densidade atmosférica e ventos em altas altitudes.

Foram tomadas também medidas de variações ocorridas com o tempo.

Um eclipse solar apresenta condições ideais e especiais para que se estude os distúrbios que ocorrem nas proximidades da borda solar bem como seus efeitos na terra, inclusive no que tange as *condições atmosféricas* do planeta e nos *sistemas de comunicações*.

O Sol realiza agora sua fase ascendente de seu ciclo de atividades e manchas solares.

Dois lançamentos foram realizados antes do eclipse em que se testaram os equipamentos de rastreamento e traqueamento ótico.

Dezenove outros lançamentos foram realizados num período de quatro horas e concentrados no curto período de totalidade aproximadamente às 11:00 (hora local) de novembro ou seja 14:10 hora média de Greenwich. O período de totalidade durou menos de dois minutos.

Foram lançados três foguetes Hasp para sondagens meteorológicas e para medidas de ventos até 60 km de altura.

Os lançamentos e a manutenção dos equipamentos em terra incluindo radartelemetria, comunicações, controle e os sistemas geradores de força foram montados por técnicos brasileiros e norte-americanos.

Os "trailers" utilizados são do tipo Missile Master, conhecido popularmente por Birdie, o qual ocupa 97% menos espaço, usa 95% menos energia e requer 80% menos pessoal do que seu similar de tamanho normal, processa e distribui dados.

O primeiro Birdie foi instalado na Base Turner da Força Aérea perto de Albany, Geórgia, em setembro de 1961. Adotam circuitos eletrônicos moldados em chapas de ligação direta. Recebe também e armazena em lançamentos binário aquilo que apresenta em suas fitas magnéticas.

Levando-se em consideração a cidade de Bagé que se encontrava no centro da faixa de totalidade tínhamos na ocasião do evento as seguintes circunstâncias locais:

Bagé: Latitude 31° 22' 5

Longitude 54: 6' W

Comêço do Eclipse (1° Contato): 9hs 45m 47seg

Comêço da fase total (2º Contato): 11hs 4m 7seg

Fase máxima: 11hs 5m 6seg

Fim da fase total: (3º Contato): 11hs 6m 4seg

Fim do Eclipse (último contato): 12hs 31m 30seg

Magnitude da fase total: 1,024

Duração da fase total: 117 segundos

Altitude do Sol na hora da fase máxima: 68º

Particularmente, participamos da observação das Faixas de Sombra, faixas estas que soem aparecer antes e depois do eclipse em lapso de segundos.

Na manhã de 12 de novembro nosso grupo de observação chegou à linha exterior da faixa de totalidade cerca de 9:30 a.m. hora local no sítio 02 que se encontrava, aproximadamente, a 10 km da Estação da Quinta, município de Rio Grande. Neste local estivemos em contato com o Institute of Exploratory Research Fort Monmouth, New Jersey. Este grupo deu-nos a hora exata WWV, e as horas exatas do primeiro, segundo, terceiro e quarto contatos, a leitura barométrica e a temperatura. Estes valores são os que abaixo se seguem:

Hora WWV: 9:37

Contatos: 1º — 10:49:57.1

2º — 12:09

máximo: 12:10

3º — 12:10:59.8

4º — 13:36:34.3

Barômetro: 1011.5 milibares

Temperatura — 67º Fahrenheit ($\pm 20^\circ$ C)

Desde nosso local de observação, Taim, que estava na parte central da totalidade, o cálculo nos deu 30 segundos que deveriam ser acrescidos nos tempos de contato acima descritos.

Dos grupos de trabalho tiraram-se as médias e possuímos o que abaixo se segue:

	I	II
Orientação	50 230	60 240
Direção	4.5 9.5	230 50*

Tempo	2 seg	2.5 seg
Número de faixas	12	11 a 12
Anotações individuais:		
	WDA	WLA
Cap. J. M. A. Carneiro	1 in	4 in
Tânia Guerra	$\frac{3}{4}$ in	2 in
Prof. Dr. Roger Fargess	1 in	4 in
(*) Prof. Dr. Malcom Hults	2 in	4 in

Podemos verificar que os valores da orientação I e II correspondem razoavelmente bem.

Utilizaram-se câmaras Argus a 3.5 e 1/25 pés por segundo e máquinas filmadoras de 8 mm.

Taim: Latitude: 32° 29' S

Longitude: 52° 35' W

Orientação da linha central: 132°

Hora de Totalidade (máxima): 12:09.5

As faixas foram vistas de 2 a 5 segundos. Estima-se a velocidade de 0,5 a 0,7 m (segundos). Foram utilizadas telas cinematográficas devidamente marcadas e orientadas para que as faixas, projetando-se sobre as mesmas, pudessem ser fotografadas e filmadas.

Tivemos a oportunidade de por várias vezes, entrar em contato com o Cap Av. Dr. Fernando Mendonça, Coordenador-Geral Brasileiro e doutor em Física que com seu cabedal de conhecimentos, a par de suas características de modéstia, consideração e mesmo amizade, ao lado dos demais companheiros da Força Aérea, responsáveis pela entrada do Brasil na longa e difícil estrada que nos leva a ombrear com os países mais adiantados do globo em pesquisas espaciais, quer em nossa base na Barreira do Inferno, quer no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos.

É necessário, realmente, que o Brasil entre, e já o está fazendo, na fase tecnológica, e que procuremos a formação de nossos técnicos quer nas Forças Armadas, quer na vida civil, pôsto que nossa grande necessidade atual é de técnicos, principalmente dos técnicos de nível médio, elemento que está entre o engenheiro e o operário, orientando este último na execução de seus trabalhos pelo contato diretor.

(*) Estas tiradas por outro processo, que não o de n.º 1.

SÔBRE O GENERAL ULHOA CINTRA

Cel Art (QEMA)

F. CERQUEIRA LIMA

Um movimento revolucionário não se desencadearia e seria vitorioso em um país de 80 milhões de habitantes, espalhados por 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, sem que tivesse tido articulação muito bem feita. E feita por gente capaz, operosa e discreta. Na história da Revolução de 31 de março, que não pode ser escrita agora, muito próximo que estamos ainda dos acontecimentos, um personagem, entretanto, pode e deve ser projetado publicamente: o General José Pinheiro de Ulhoa Cintra.

Pode, infelizmente, pois o tendo levado a morte, para tristeza de seus amigos e lástima para a Pátria, de tantos serviços seus ela ainda carecia, o justo enaltecer de seu decisivo papel no movimento não provocará, decerto, a natural polêmica realizada sobre a responsabilidade maior entre os chefes dessa Revolução pelos milhões de democratas sinceros que possui o Brasil.

Deve porque, desde 1959, o Gen Cintra, com impressionante antecedência, anteviu o desenrolar dos acontecimentos e concluiu inevitável o choque de vida ou morte entre os comunistas e os democratas pelo poder no Brasil.

Conheci pessoalmente o Gen Cintra em maio de 1962 apresentado pelo então Ten-Cel Felício Guida, que com ele servia na Diretoria de Recrutamento. Ele queria manter-se inteiramente informado do desenrolar dos fatos político-militares e, conhecedor de minha posição ideológica, pediu que colaborasse nesse sentido, como ex-oficial do Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência, que poderia ainda manter contatos úteis. Nessa oportunidade, mostrou-me ele um documento — "Reflexões que poderiam auxiliar a concepção estratégica de uma eficiente repressão do movimento subversivo que as correntes de esquerda preparam no Brasil". Esse documento, de estilo elegante e sóbrio (o General Cintra redigia excepcionalmente bem) alertava, com base nos acontecimentos de outubro de 1930, sobre como é possível serem surpreendidos os comandos que confiam demasiadamente em sua autoridade e não se dispõem a tomar medidas práticas de cautela. A análise desse trabalho, elaborado quando ainda grande parte do País confiava em que o então Presidente João Goulart saberia conduzir

o Governo dentro da ordem democrática, sem obrigar as Forças Armadas a praticarem mais um "ato histórico de cirurgia", mostra quão profunda era a visão do General Cintra. Dizia êle, referindo-se a 1930:

Em 21 dias fôra abatido o Governo, a ordem constitucional e o Regime Democrático.

Surpreendente desfecho, que deve ser, nos dias de hoje, objeto de maduras reflexões.

A rememoração dêsses fatos, sumariamente alinhados, outro propósito não colima senão o de evitar a reprodução dos erros perpetrados no passado.

Devem constituir uma das bases de nossas atuais meditações.

Um exame geral da situação do País, neste momento, leva-nos a admitir a possibilidade da eclosão (nos próximos meses?) de um movimento sedicioso de larga amplitude, de feição nitidamente comunista, se medidas convenientes não forem postas em prática, desde já, com o objetivo de fazê-lo abortar.

Tal movimento poderá irromper com relativa surpresa em diferentes pontos do território nacional, sob a forma de ações simultâneas ou sucessivas, provavelmente interligadas a fatos ou acontecimentos políticos de intensa repercussão na vida do país: greves generalizadas, conflitos populares desencadeados no decorrer da campanha política que se aproxima, inesperada acefalia do governo, atentados pessoais de aspecto político, seqüência de atos de sabotagem convenientemente engendrados, inclusive o desaparecimento de gêneros alimentícios essenciais, repressão a supostos movimentos de perturbação da ordem, adrede e astuciosamente urdidas, alimentados e conduzidos, etc.

Em seguida, analisa, Estado por Estado, como poderia eclodir um movimento subversivo liderado por elementos de esquerda. Sugere medidas para tornar a tropa imune à pregação subversiva, de acôrdo com as características regionais. O documento, sucinto (apenas 23 páginas), não poderia constituir um plano de ação completo para enfrentar a subversão no País inteiro. Mas deixa claro o quão necessária se fazia a elaboração de um planejamento meticuloso para enfrentar o perigo que infelizmente muito poucos viram. Sugere, em caso de conflagração geral, a concentração das forças democráticas no quadrilátero — Rio — Belo Horizonte — Ponta Grossa — Paranaguá — para depois iniciar-se a reconquista do restante do território nacional. Termina com as seguintes palavras:

A meditação mais aprofundada dos problemas aqui afluídos conduzirá por certo, ao meticuloso trabalho de equi-

pes, que tomarão a seu cargo a colheita de judiciosas informações e a conseqüente apreciação das possibilidades dos que se mostram interessados na sublevação da ordem e conseqüente modificação das instituições políticas e do regime democrático.

Dos reconhecimentos de áreas e regiões surgirão, sem dúvida, idéias claras sobre os dispositivos a organizar, prazos necessários para as arrumações e daí a fixação das ações mais convenientes à repressão do movimento subversivo. É bem possível que, depois de tudo isso, novas idéias mais objetivas, precisas e consentâneas com a realidade venham a prevalecer para orientação dos Chefes responsáveis.

O que aqui fica não é senão modesta contribuição para que o problema seja imediatamente examinado, debatido e equacionado.

Anexo ao documento vem um trecho do Relatório Mensal de Informações de 31-3-62 do EME, que se refere a uma palestra na Rádio Farroupilha do então Governador Leonel Brizola, dirigida às Forças Armadas, que assim termina:

Eu não tenho dúvida que este é o desejo de nossos irmãos que servem nas Forças Armadas, porque como disse, repugna a eles terem de bancar os guardiões, sacrificando suas vidas e a suas famílias, causam repulsa a idéia de verem seus chefes irem para interior para reprimir movimentos reivindicatórios ou movimentos de revolta de nossos irmãos do interior, porque esta não é sua verdadeira missão. Bancar, sobretudo, guardiões de uma ordem social injusta que eles não querem ver continuar.

A alusão era clara e positiva. Entretanto, de balde o Gen Cintra procurou que o Ministério da Guerra tomasse as providências que o documento sugeria, muito embora habilmente tenha procurado evitar que o documento revelasse qualquer sentido conspiratório. Por isso mesmo, procurou fazê-lo chegar ao conhecimento dos sucessivos Ministros da Guerra do Governo João Goulart. O reconhecimento oficial do documento geraria, entretanto, um impasse: Brizola, governador e cunhado do então Presidente da República, teria de ser considerado subversivo em face do estudo mais aprofundado do problema. Daí nunca um Ministro da Guerra de Goulart ter chegado oficialmente a tomar conhecimento do documento e remetê-lo aos órgãos competentes da República, para o estudo que se impunha. Mas o passar de mão em mão, entre militares de alta hierarquia, embora sigilosamente, não deixou de dar seus frutos — e muitos oficiais-generais devem ter sentido claramente o que poderia advir como conseqüência do estado de coisas iniciado pela campanha da "legalidade".

As "Reflexões" foram utilizadas como uma forma de "entrar no assunto" nos incontáveis contágios que o Gen Cintra teve com militares não ligados a êle por laços funcionais durante os anos de 62 e 63. Cumpre dizer que o Gen Cintra, sempre escravo do dever, julgando de sua obrigação alertar os colegas e subordinados menos atentos, procurou entender-se com todos aqueles, civis ou militares, que sabia capazes de compreender o problema e passar a agir em consequência. De início de 1962 até março de 1964 o Gen Cintra passou a viver exclusivamente para aquilo que julgava indispensável para a sobrevivência da Pátria: a estancada, mesmo pela força, da onda comunicante que ameaçava fazer submergir a democracia no Brasil. Nessa época, dificilmente o Gen Cintra terá dormido um dia antes da meia noite ou acordado após as 6 horas, sempre com encontros marcados ou com uma visita a receber.

Em todos esses contatos, o Gen Cintra transmitia a idéia da *Região de Confraternização*, artifício necessário para o caso de terem os democratas de tomar a iniciativa de apossar-se do poder pelas armas. O Gen Cintra sentia que, partindo a subversão do próprio Governo, mais dia menos dia isso teria de ocorrer, e às guarnições de São Paulo e Minas teria de caber essa iniciativa. Ora, o Governo Federal de então, como é lógico, dera os grandes comandos da tropa sediada na Guanabara a elementos de sua inteira confiança. Seria praticamente impossível aos elementos que se dispusessem a se revoltar contra o Governo Goulart, fazê-lo ainda na Vila Militar ou noutro ponto do Rio. A palavra de ordem portanto foi "acatar a decisão dos comandos de marchar contra os revolucionários e confraternizar-se com eles na hora do encontro".

Com o evoluir da situação e o fortalecimento crescente do bloco civil e militar que comungava do ponto de vista de que os democratas deveriam articular-se para lutar por seus princípios, sentiu o Gen Cintra que poderia ser difundido ante os militares um documento mais avançado. Assim, redigiu o "Documento Leex" (Lealdade ao Exército), cuja autoria tem sido atribuída erroneamente a outros chefes militares. A introdução desse documento, que não teve grande difusão por se terem precipitado os acontecimentos durante o mês de março de 1964, é bem expressiva:

Prezado camarada,

Grande número de oficiais das Forças Armadas, constituído de militares de formação e convicções rigorosamente democráticas, isentos de quaisquer vinculações político-partidárias, equidistantes de extremismos de direita ou esquerda, inteiramente dedicados aos afazeres profissionais e de comprovada experiência, alguns dos quais em elevados postos da hierarquia, diante da situação grave em que se debate o País, tomaram a resolução de coordenar os anseios e esforços que vêm sendo observados em vastas áreas das Forças Armadas.

Esse grande número de militares, com propósito de salvaguardar as instituições democráticas, defender as tradições cristãs do nosso Povo e fazer respeitar os postulados fundamentais da Constituição livremente debatida, estruturada e promulgada em 1946 pelos legítimos representantes do Povo Brasileiro, decidiu agir para que possam ser evitadas ações e manifestações parciais e isoladas, que só viriam favorecer a minoria ativa e atrevida que procura agitar a Nação em busca de uma oportunidade para a implantação de um regime político da feição nitidamente comunista.

Depois de alertar para o texto do art. 177 da Constituição Federal, afirma:

O que há, porém, na consciência de todos os militares de formação democrática é o justificado receio de que certos setores governamentais, através de fraudulento e astucioso exercício de prerrogativas, venham por fim destruir a ordem social e a democracia representativa, de profundas raízes na vida brasileira.

Termina a primeira parte desse documento, asseverando:

"Agora, mais do nunca, a Nação tem necessidade de um corpo de Oficiais de mais alto padrão moral, de espírito forte e decidido, cônscios das responsabilidades que o atual momento lhes faz pesar sobre os ombros. Da compreensão do perigo que se avizinha e da ação viril de seus oficiais dependerá o futuro dos nossos filhos, os destinos da nossa Pátria.

A Nação angustiada tem certeza de que o *Exército cumprirá honradamente o seu dever*".

Que o Exército cumpriu "honradamente o seu dever" dizem melhor que ninguém os acontecimentos de março e abril de 1964.

A *Região de Confraternização* prevista pelo Gen Cintra fora as imediações de *Viúda Graça*. Errou em apenas alguns quilômetros. Mas a "confraternização" entre as tropas da Guanabara que marcharam contra as de São Paulo no eixo da Via Presidente Dutra e as que marcharam contra as de Minas Gerais no eixo Rio — Juiz de Fora, deu-se exatamente na forma idealizada pelo Gen Cintra.

E para que se concretizasse o sonho de milhões de brasileiros, que não queriam o Brasil transformado em uma enorme Cuba, e quem sabe num Vietnã sul-americano, decisiva foi a atuação do Gen Cintra. Decisiva nos meses de preparo do movimento. Decisiva, também e mais ainda, em toda sua vida na caserna pelo exemplo de amor à Pátria, dedicação profissional, espírito de sacrifício e destemor de atitudes, que tanto contribuíram para possibilitar ao Exército as condições para que viesse a reagir à anarquia, escrevendo a jornada gloriosa do Movimento Revolucionário de 1964.

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações.

Estrangeiras

- "Revue de Défense Nationale" — França
- "El Caballo" — Argentina
- "Rivista Militare" — Itália
- "Revista del Suboficial" — Argentina
- "Jornal do Exército" — Portugal
- "TAM" (Terre — Air — Mer) — Bimensuel des Forces Armées —
França
- "Revista Militar" — Portugal
- "Ejército" — Espanha
- "Guión" — Espanha
- "Military Review" — Edição Brasileira
- "Revista de las Fuerzas Armadas" — Rep Dominicana
- "Educação Física — Desportos — Saúde Escolar" — Portugal
- "Revista de las Fuerzas Armadas Ecuatorianas" — Equador

Nacionais

- "Revista da Es Com"
- "Revista do Conselho Nacional de Economia"
- "Digesto Econômico"
- "Revista Marítima Brasileira"

PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

SI RICHIEDE LO SCAMBIO